



PERFIL DO AGRESSOR

Controle, intimidação e vigilância são sinais de violência doméstica

*Padrões comportamentais servem de alerta para mulheres que vivem relacionamentos abusivos. **Página 7***

Foto: Carla Miranda



Mulheres empreendem em busca de mais autonomia

Seja para cobrir necessidades imediatas, conciliar trabalho e maternidade ou promover realização pessoal, como é o caso de Danúbia (foto), o nanoempreendedorismo feminino ganhou força e tornou-se alternativa para um bom negócio.

Página 17

Profissionais da EPC somam 40 prêmios em sete anos

Trabalhos produzidos no jornal A União, na Rádio Tabajara e na Editora A União conquistam reconhecimento local e nacional, como o obtido no 8º Prêmio da Abeu (foto).

Página 5

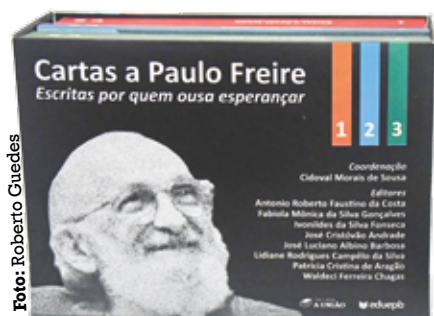


Foto: Julio Cezar Peres



Imagineland termina hoje

Cantor coreano Lee Jin-hyuk e desfile de cos-plays são atrações do evento de cultura pop.

Página 12



Ilustração: Tênio

■ “Leiam o jornal **A União** e me digam o que falta para estarmos em qualquer esquina ou banca de revista do mundo”.

Gonzaga Rodrigues

Página 2

■ “Poucas coisas na física são tão mágicas quanto um qubit em superposição, existindo em dois estados ao mesmo tempo”.

Claudio Furtado

Página 19

■ “A prática de apagamento do futebol feminino em SAFs não tem sido incomum no cenário nacional”.

Pedro Alves

Página 23

Com poucos resultados positivos, Botafogo faz 95 anos sem festa

Time pessoense vem de uma sequência de derrotas na luta pelo acesso à Série B e não divulgou comemorações para o aniversário, amanhã.

Página 21



Pensar

Quais são as vozes da literatura no Brasil? E quem decide o que é ou não literário? Esses são alguns dos questionamentos propostos pelo caderno especial, que convida à reflexão sobre democratização na arte da palavra.

Páginas 29 a 32

Eleições

Faltando uma semana para as Eleições 2026, reportagem especial detalha as funções do Executivo e do Legislativo, que levarão os brasileiros — incluindo 3,2 milhões de paraibanos — às urnas no próximo domingo.

Páginas 33 a 36



Editorial

Gesto que mantém a vida

A possibilidade de prolongar ou transformar vidas ganha uma dimensão concreta pelo ato de doar. Hoje, Dia Nacional da Doação de Órgãos e Tecidos, é uma oportunidade para ressaltar o quanto essas ações devem ser estimuladas.

Na Paraíba, os números de 2026 reforçam a importância desse gesto, já que, até 14 de setembro, havia sido registrado 30 doações de múltiplos órgãos e 129 transplantes realizados, segundo dados da Central de Transplantes. Até junho, a Paraíba contabilizou 87 transplantes, número equivalente ao primeiro semestre deste ano, 40,3% acima dos 62 realizados no mesmo período de 2025.

Cabe salientar que, por trás de cada procedimento executado, existe uma decisão familiar, pois a legislação brasileira estabelece que a autorização da família é necessária para a retirada de órgãos de uma pessoa falecida, mesmo que ela tenha manifestado em vida o desejo de ser doadora. Por isso, conversar sobre o tema antes de uma situação de luto é uma atitude que pode evitar dúvidas e tornar conhecida uma vontade capaz de beneficiar outras pessoas.

Nesse sentido, o crescimento registrado no estado, em 2026, também demonstra que informação, treinamento das equipes e acolhimento das famílias são elementos decisivos para transformar potenciais doações em transplantes.

Ainda assim, 773 pessoas permaneciam na lista de espera por um órgão ou tecido. Os números revelam, portanto, duas faces de uma mesma realidade. De um lado, cresce a capacidade da rede para identificar potenciais doadores, acolher famílias e viabilizar a captação dos órgãos. Do outro, permanece elevada a demanda de pacientes que aguardam por uma oportunidade de transplante, muitas vezes durante meses ou anos.

É necessário, portanto, tratar a doação não como assunto distante, mas como parte da educação em saúde e da cultura de solidariedade. O Sistema Nacional de Transplantes estabelece protocolos para garantir segurança desde a identificação da morte encefálica até a distribuição dos órgãos aos pacientes compatíveis. O Sistema Único de Saúde (SUS) participa de todo esse processo, garantindo assistência aos transplantados na rede pública.

Assim, a principal mensagem deve ser a de que falar importa. Declarar aos familiares a vontade de doar pode fazer diferença quando uma decisão difícil precisar ser tomada.

Concomitantemente, é preciso reconhecer que a doação de tecidos amplia esse alcance. Os transplantes de córneas, pele, ossos e outros tecidos podem representar a recuperação da visão, da mobilidade e da qualidade de vida de pacientes. Por isso, o debate sobre doação não deve se limitar aos órgãos vitais, mas abranger todas as possibilidades previstas pelo sistema de transplantes. Informação correta e permanente pode reduzir medos, desfazer mitos e fortalecer uma cultura de solidariedade.

Artigo

Rui Leitão
iurleitao@hotmail.com

Cajazeiras: uma cidade diante do medo

Há noites que o tempo não consegue apagar. Mesmo depois de um século, permanecem vivas na memória de uma cidade, transmitidas de geração em geração como uma história de medo, coragem e resistência.

Amanhã, Cajazeiras rememora uma dessas noites. Completa-se o centenário da invasão da cidade pelo bando de cangaceiros comandado por Sabino Gomes, lugar-tenente de Lampião. Foi uma noite de tiros, incêndios, saques e pavor, mas também de resistência de homens e mulheres que decidiram enfrentar a ameaça que avançava sobre suas casas e suas vidas.

Para marcar os cem anos daquele episódio, a Academia Cajazeirense de Artes e Letras (Acal), com o apoio da Secretaria de Cultura do Município, reunirá pesquisadores e historiadores no Casarão da Rua Epifânio Sobreira, a partir das 19 horas. Será uma oportunidade para revisar um dos capítulos mais dramáticos da história de Cajazeiras e devolver às novas gerações a memória de uma cidade que, naquela noite, precisou lutar pela própria sobrevivência.

A programação, organizada pela presidente da Acal, a professora Nadja Claudino, contará com palestras do pesquisador Wesley Rodrigues Dutra, do professor Rigonaldo Pereira e da escritora Fabiana Agra, que fará o lançamento do livro *Sabino Gomes: o carcará de Lampião*. Também será exibido o filme *O Carcará*, baseado na obra literária do escritor Ivan Bichara Sobreira.

O ataque teve grande repercussão na imprensa. O jornal *O Nordeste*, da Diocese de Fortaleza, foi o primeiro a noticiar o acontecimento. Na edição do dia seguinte, estampou uma manchete que registrava a dimensão do episódio: “A próspera cidade de Cajazeiras, na Paraíba, é atacada pelo grupo de Sabino Gomes”. As primeiras informações chegaram por telegramas enviados de Lavras de Mangabeira. A notícia descrevia uma cidade surpreendida pela chegada dos cangaceiros. O medo, certamente, espalhou-se pelas ruas à medida que os estampidos dos rifles anunciavam a presença do bando.

Por volta das 23 horas, quando o grupo chegou à Rua Sete de Setembro, um estrondo rompeu novamente o silêncio da noite. Uma explosão na Usina de Força e Luz, instalada ao sopé do Açude Grande e diri-

gida pelo técnico José Sinfrônio, produziu tamanho impacto que os cangaceiros imaginaram estar diante da chegada de reforços policiais. O barulho inesperado contribuiu para o recuo do bando.

Foram mais de cinco horas de pavor. Enquanto os homens resistiam, famílias inteiras procuravam fugir da cidade. Mulheres, crianças e idosos buscavam abrigo nas proximidades, tentando escapar da violência que tomara conta das ruas. E, no meio daquela noite de angústia, dom Moisés Coelho, bispo da Diocese, permaneceu em oração.

O ataque de Sabino Gomes não foi apenas um episódio da história do cangaço. Foi uma experiência vivida por uma comunidade inteira. Uma cidade que, durante algumas horas, conheceu o medo de perder suas casas, seus familiares, seus bens e a própria tranquilidade. Ao longo do tempo, escritores e pesquisadores registraram diferentes aspectos daquele acontecimento. Cada relato acrescentou uma peça à memória coletiva de Cajazeiras.

Agora, cem anos depois, a Acal abre novamente essa página da história. Não para cultivar a violência do cangaço, nem para transformar a tragédia em lenda, mas para compreender o que aconteceu e preservar a memória daqueles que viveram aquela noite. Porque o tempo passa, as testemunhas desaparecem, as casas são reconstruídas e as ruas mudam de aparência. Mas uma cidade também é feita das histórias que guarda. Cajazeiras precisa lembrar daquela noite.

“

O ataque de Sabino Gomes não foi apenas um episódio da história do cangaço. Foi uma experiência vivida por uma comunidade inteira

Foto Legenda

Carlos Rodrigo



Mãos à obra

Gonzaga Rodrigues

gonzagarodrigues33@gmail.com | Colaborador

Como se escreve bem, e quantos!

Houve quem escrevesse, logo depois da Primeira Guerra, a França livre da ocupação nazista e do seu derrotismo, que “um mundo ganho para a técnica está perdido para a liberdade”. Pinço a sentença do *Dicionário de Citações*, fruto da santa e generosa paciência de um sábio que escolheu o Brasil da ditadura de Getúlio para respirar a liberdade que faltou nos países detentores dos maiores arsenais bélicos de maior poder catastrófico, o húngaro Paulo Rónai.

A sentença vem de Bernanos, veterano da Primeira Guerra, como Rónai, também corrido para o Brasil em 1938, já célebre com seu *Diário de um pároco da aldeia*, ainda com vestígios na minha memória.

Com ele, com Ortega y Gasset, com o grande Tristão de Ataíde, ficou-me um certo receio de ligar o chuveiro elétrico ou diante dessa caixinha que carboniza comida sem fogo. E gozo a felicidade de morar num país que não pensa em artefatos mortíferos nem em ganhar dinheiro com eles. País do Carnaval a se sacudir no romance de Jorge Amado. País do futebol na unanimidade da nossa cultura alegre.

Mas temos de nos render a este outro mundo novo reduzido à aldeia pelas comunicações e próximo do milagre, ou em pleno milagre, como os avanços inimagináveis no campo da saúde. Muitos deles produzidos pela pressão da guerra, como a penicilina, um tesouro forjado nos laboratórios e oficinas do mal.

Eis um introito comprido derivado de três livros que me chegaram esta semana, todos saindo de nossos prelos ou editoras de João Pessoa, Campina ou Cajazeiras, de um padrão editorial que nada fica a dever às experientes matrizes tradicionais do Rio e São Paulo. Não há semana que não me venha uma novidade, um autor novo, além dos já implantados ou estabelecidos na expectativa do leitor viciado. Nem termino emocionado o convívio por duas horas com o pensamento e as obras de restauração histórica e religiosa do padre Ernando, pesquisadas e recobradas em livro de Francisco Sales Cartaxo Rolim, e me chegam na semana duas outras obras, entre elas *Dito e Feito*, de Adhailton Lacet Porto, obras que nos recomen-

dam, gráfica e literariamente, a todos os públicos e mercados deste país. Sem falar na beleza de livro em que Gil Messias nos faz maiores.

A União Editora acrescenta, de uma só vez, mais de trinta títulos, a maioria de gente nova de idade, porém madura em sua estética literária, tendo a seu favor e da nossa cultura prelos a escolher, por mais que se restrinja hoje o número de livrarias.

Em 1978, quando editei meu livro *Notas do meu lugar*, dispúnhamos, além da nossa nobilíssima editora oficial, a Editora Universitária em seus primeiros trabalhos. Ainda compus em linotipo, já às vésperas de virar sucata com a composição a frio. E imprimi numa impressora plana que o presidente João Pessoa importou da Suíça, para um salto de vara do velho jornal. Hoje, a tecnologia juntou no mesmo teclado a máquina do escritor e a do componedor. Isto justamente depois que o jornalismo, a literatura, a filosofia, a história, passaram a ser ministrados pela universidade, a grande revolução cultural com profunda e ostensiva influência na paisagem urbana e humana.

Leiam o jornal *A União*, legítimo testemunho e patrimônio cultural da Paraíba, e me digam o que falta para estarmos em qualquer esquina ou banca de revista do mundo. Como se escreve bem, e quantos!

SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL EMPRESA PARAIBANA DE COMUNICAÇÃO S.A.



Gisa Veiga
GERENTE-EXECUTIVA DE MÍDIA IMPRESSA

Naná Garcez de Castro Dória
DIRETORA-PRESIDENTE

Amanda Mendes Lacerda
DIRETORA ADMINISTRATIVA,
FINANCEIRA E DE PESSOAS

Rui Leitão
DIRETOR DE RÁDIO E TV

A UNIÃO

Uma publicação da EPC

Av. Chesf, nº 451 — CEP 58.082-010 — Distrito Industrial — João Pessoa (PB)

Renata Ferreira
GERENTE OPERACIONAL DE REPORTAGEM

PABX: (83) 3218-6500

E-mail: circulacao@epc.pb.gov.br (assinaturas)

ASSINATURAS IMPRESSAS: anual R\$ 404,25 / semestral R\$ 202,12 / número atrasado R\$ 4

CONTATO: redacao@epc.pb.gov.br / ouvidoria@epc.pb.gov.br

Fica proibida a reprodução, total ou parcial, de matérias, figuras e fotos autorais deste jornal, sem prévia e expressa autorização da direção e do autor, exceto para impressão de cópias, com o fiel e real conteúdo, para uso e arquivo pessoal.

EMPREENDEDORISMO CULINÁRIO

Projeto da UFPB investe em receitas regionais

Da Cozinha, Nasce a Força capacita 50 mulheres para atuar no próprio negócio

Emerson da Cunha
emerson.auniao@gmail.com

Gilvânia Menezes mora em Mamanguape e cuida sozinha de duas filhas. Estava desempregada, “com contas para pagar e muitas lágrimas nos olhos, a mão na cabeça sem saber o que fazer”, como lembra. No caminho, com um pouco do conhecimento que tinha na cozinha, decidiu passar a vender marmittas, bolos e tortas saudáveis. “Passei a vender bastante, porém não sabia o que era preço, o que era pesagem, o que entrava, o que saía, não sabia o que era organização, um desastre total. Eu só tinha aquela coisa de vender, mas eu não via lucro, eu não via o meu trabalho”. Esse conhecimento mais técnico dos cuidados com os alimentos e com o preparo culinário, além da precificação e pesagem de alimentos, ela foi receber no projeto Da Cozinha, Nasce a Força, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Gilvânia é uma das cinquenta mulheres reunidas em torno do objetivo de torná-las mais emancipadas economicamente a partir do empreendedorismo culinário.

“O projeto Da Cozinha, Nasce a Força veio com essa preparação, com essa capacitação que ampliou muito minha visão na área de tecnologia, de aprendizagem, na área de qualidade, de tudo. Foi muito bom para mim. Aprendi muita coisa, a organizar, a fazer pesagem”. Ela conta que também foi lá que aprendeu a fazer novas receitas, especialmente bolos com materiais acessíveis nos locais dos cursos. “Aprendi novas técnicas de preparo, novas receitas e formas diferentes de utilizar ingredientes da minha região, de Mamanguape — como rapadura, o melão, a mandioca, a castanha”.

Coordenador do projeto e técnico da UFPB, Hebert Henrique explica que o Na Cozinha tem sido realizado em duas cidades paraibanas, Mamanguape e Caaporã, sendo especialmente voltado para as mulheres moradoras do entorno de usinas sucroalcooleiras e familiares de colaboradores e colaboradoras dessas indústrias — mas que também podem se ampliar para moradoras de outras cidades. A ideia é oferecer formação para um público que muitas vezes está desempregado e sem muitas perspectivas de vida ou aprimorar o que elas já realizam nas cozinhas, como é o caso do que aconteceu com Gilvânia.

“Essas mulheres da comunidade, especialmente as que têm interesse em desenvolver suas atividades, de uma forma informal, a princípio, encontram na produção de alimentos como esse, como o bolo, os doces, essa possibilidade de complementar uma renda familiar, porque muitas vezes o marido trabalha na usina, mas ela não tem uma renda”, coloca Hebert.

No curso, há a parte teórica, em que são abordados

Municípios

Coordenador do projeto e técnico da UFPB, Hebert Henrique explica que o Na Cozinha tem sido realizado em duas cidades paraibanas: Mamanguape e Caaporã

pontos como qualidade de alimentos, higienização, padronização e organização de cozinha. Dele, segue-se a parte prática, em que as mulheres aprendem receitas desenvolvidas em cursos da UFPB a partir de materiais da produção sucroalcooleira encontrados no entorno de onde as mulheres vivem, como o bolo doce de rapadura, bolo engenho velho, bolo coração de cana. “São receitas que nos fazem lembrar aquele cafezinho que a gente toma com bolo, em casa do interior, bem regional. Essa é a ideia também do projeto, esse resgate cultural, essa questão histórica, essa prática familiar, essa questão da valorização da economia da educação popular”, resalta Henrique.

A colaboradora técnica do projeto Natasha Diniz ministrou um dos módulos teóricos, com o tema das boas práticas de fabricação. “Nesse primeiro ano, a gente fez bolo de cocada, bolo de chocolate com cobertura de melão e pé de moleque. Nós fizemos bolo de macaxeira, bolo de café com cobertura de melão. Um cardápio bem amplo. A gente está pensando em reduzir para otimizar o tempo, para dar mais ênfase e ensinar melhor para elas focarem e aí a gente vai dando as diretrizes para elas usarem a criatividade delas. A gente tentou usar frutas como abacaxi, usamos chocolate, que todo mundo gosta, café, melão, rapadura”, afirmou.

Para Gilvânia, o que mais surpreendeu foi perceber que, com criatividade e conhecimento, ela pôde transformar ingredientes simples em produtos saborosos, além de poder gerar renda. “E pretendo levar esse aprendizado para meu dia a dia e continuar aprimorando as minhas receitas”.

Mamanguape

As primeiras ações do projeto ocorreram em Mamanguape, de abril a junho, com encontros semanais, reunindo cerca de 30 mulheres. Na cidade, o projeto aconteceu em parceria com a prefeitura, a partir do programa municipal Capacita Mamanguape. A proposta é que o curso possa abrir oportunidades profissionais para o público participante.

“A maior parte do nosso público do Capacita são pessoas que, por exemplo, às vezes, não concluíram o Ensino Médio, são donas de casa ou são pessoas responsáveis



Foto: Arquivo pessoal/Hebert Henrique



As primeiras ações do projeto ocorreram em Mamanguape, de abril a junho, com encontros semanais, reunindo cerca de 30 mulheres

financeiras dos seus lares. A gente tem muitas mães solo que vêm se capacitar para conseguir um emprego melhor. Então nosso objetivo com esse curso foi realmente desenvolver essa veia empreendedora juntos”, explica o coordenador do programa, Rodrigo Dutra.

Ele sinaliza que o projeto de extensão da UFPB tem como objetivo capacitar e desenvolver o empreendedorismo feminino. “Nós capacitamos mulheres com o desenvolvimento de produtos regionais para que elas possam vender e poder desenvolver essa veia empreendedora”, aponta Dutra.

Caaporã

O sucesso do Na Cozinha em Mamanguape chamou a atenção de outros municípios, como é o caso de Caaporã. Na cidade, o projeto começou a ser desenvolvido junto com a usina e destilaria Tabu e seu braço social, o Instituto Philippe Meeus, tendo realizado até agora um encontro em setembro, com um grupo de aproximadamente 20 mulheres. Uma das articuladoras é Marquiza Melo, que atua na gestão do instituto. Ela conta que, além do aprendizado das próprias receitas pelas mulheres, dos módulos sobre organização da cozinha e dos conhecimentos sobre como empreender a partir da culinária regional, há outros pontos positivos trazidos pelo projeto, como o fortalecimento de vínculos, principalmente no caso de Caaporã, em que o público-alvo são mulheres das famílias de colaboradores e colaboradoras da usina.

“A gente passou também a fortalecer esse vínculo comunitário, porque a vila tem em torno de 40 casas, então al-

gumas famílias não tinham, apesar de morarem no mesmo local, uma convivência. Assim a gente conseguiu. Na verdade, a gente consegue isso no dia a dia, que essas pessoas estejam cada vez mais próximas. Isso traz também uma melhoria do ambiente, da habitação, um cuidado local e aí, com a produção de bolos, a gente vai ter a oportunidade de proporcionar para essas mulheres isso de uma forma mais ampliada”.

Ficam os aprendizados. Para Gilvânia, o projeto mostrou ser possível começar com aquilo que se tem e construir os próprios caminhos, acreditando no trabalho, buscando conhecimento, lendo bastante, prestando atenção, tendo bastante criatividade. “O projeto me mostrou que a minha força é maior do que eu já tinha. Tanta sabedoria dos professores me mostrou a vontade maior de aprender. Essa capacitação me representou muito, por estar ao lado de mulheres com grandes experiências, com grandes desafios e grandes dificuldades. E me passando aprendizado e autoestima e a oportunidade de perceber que nós mulheres somos capazes de criar e conquistar nosso próprio espaço”, finaliza.

■
Na cidade de Caaporã, o projeto começou a ser desenvolvido junto com a usina e destilaria Tabu

Eduardo Augusto

eduardomelosocial@gmail.com

A obliteração da razão

Bom dia. Há manhãs em que o sol nasce e, ainda assim, parece que vivemos um crepúsculo. Não um crepúsculo qualquer, mas aquele descrito por Adorno e Horkheimer em *Dialética do Esclarecimento*: a luz que prometia libertar a humanidade acabou por cegá-la. A razão, outrora instrumento de emancipação, converteu-se em ferramenta de dominação e, agora, em ruína de si mesma. O eclipse da razão não é um fenômeno astronômico: é social, político e íntimo.

Marx já nos alertava que as ideias dominantes de uma época são as ideias da classe dominante. Hoje, porém, as ideias que dominam não pertencem a nenhuma classe, pertencem ao algoritmo. A teoria da conspiração tornou-se o novo senso comum, e o negacionismo, sua liturgia. Não se nega apenas a ciência; nega-se a própria possibilidade de verdade. O pensamento crítico, que deveria desconfiar do poder, passou a desconfiar de tudo, exceto da própria desconfiança. É a razão canibalizando a si mesma.

Walter Benjamin, em sua tese sobre a história, falava do anjo que olha para trás e vê ruínas, enquanto o progresso o empurra para o futuro. Vivemos esse paradoxo: temos acesso a mais informação que qualquer geração anterior, mas somos empurrados para um presente eterno de *fake news* e câmaras de eco. O anjo de Benjamin já não olha para as ruínas do passado — ele as compartilha no grupo da família.

A catástrofe não é mais interrupção, é fluxo contínuo.

Adorno escreveu que “a exigência de que Auschwitz não se repita é a primeira de todas as exigências”. Hoje, o negacionismo histórico tenta apagar até isso. Não se trata apenas de revisionismo, mas de uma recusa estrutural em pensar a dor do outro. A razão que não se deixa afetar pelo sofrimento é uma razão morta. E é exatamente essa razão morta que circula em postagens virais, em discursos de ódio

travestidos de liberdade de expressão, em “estudos” que negam vacinas, holocaustos e aquecimento global.

Para onde vai o pensamento crítico? Ele resiste nos interstícios. Nas salas de aula onde ainda se ensina a duvidar com método. Nos livros que não cabem em 280 caracteres. Na conversa lenta, na leitura atenta, na escuta que não se apressa em responder. O pensamento crítico não morreu — está exilado. E, como todo exilado, carrega consigo a memória de uma pátria que talvez nunca tenha existido plenamente: a pátria da razão emancipatória.

Horkheimer dizia que a razão instrumental é aquela que calcula meios, mas perde os fins. Vivemos isso: sabemos como fazer, mas não sabemos por quê. A tecnologia avança, a barbárie também. O eclipse não é total, mas é persistente. E talvez a tarefa do pensamento crítico hoje seja menos iluminar o mundo inteiro e mais acender pequenas fogueiras na escuridão. Fogueiras que aquecem, que reinem, que permitem ver o rosto do outro.

Não há garantia de que a razão vencerá. Adorno sabia disso. Benjamin também. Mas ambos insistiam: mesmo na catástrofe, é preciso olhar. Mesmo no eclipse, é preciso nomear a sombra. E, quem sabe, esperar, não passivamente, mas com lucidez o instante em que a luz volte a ser possível. Não como certeza, mas como aposta.

Bom dia. Apesar de tudo.

Dadá Venceslau

Artista

“Eu faço as pessoas se encantarem, mas eu me encanto fazendo”



Em entrevista, ator, palhaço e artesão reflete sobre sua trajetória e fala de criação, permanência na arte e projetos futuros

Priscila Perez
priscilaperezcomunicacao@gmail.com

Antes de fazer a plateia rir, Dadá Venceslau foi o menino de Patos encantado pelo circo e que, por coincidência ou provocação do destino, nasceu em pleno domingo de Carnaval. Desde cedo, não parava quieto — gostava mesmo era de pintar, desenhar e fazer teatro. Como Gabriela, de Jorge Amado, ele diz que “nasceu assim”. Nele, uma linguagem puxa a outra, como se a arte fosse seu jeito de estar no mundo. Venceslau de Sousa Justino nos registros, Dadá nos palcos, é ator, palhaço, artesão, artista plástico, cenógrafo, figurinista, aderecista e arte-educador, entre tantos outros ofícios que foi incorporando ao longo da vida. “Tem uma coisa meio mágica nisso. E comigo veio até demais, não é?”, brinca. Hoje, aos 65 anos, o multiartista continua fazendo sua mágica. “Faço as pessoas se encantarem, mas eu me encanto fazendo”, diz. Ainda jovem, deixou Patos para estudar eletrônica, em João Pessoa, mas acabou trocando a formação pelo artesanato. Depois, seguiu para o Rio de Janeiro, onde viveu por quatro anos, até retornar à Paraíba e mergulhar, de vez, no teatro. Foi nesse vaivém que ajudou a criar a Agitada Gang, sua trupe de palhaços. E, como quase tudo em sua história, uma escolha acabou puxando outra. Dadá tornou-se arte-educador e encontrou no serviço público uma forma de continuar fazendo o que gosta. Até novela já fez, atuando na primeira fase de *Velho Chico*, da TV Globo. Mais recentemente, trocou o papel de intérprete pelo de protagonista da própria história no curta *Venceslau: o pequeno grande mestre*. Na entrevista a seguir, ele fala das escolhas e dos tropeços que moldaram sua trajetória até aqui, deixando claro que o espetáculo está longe de terminar.

Entrevista

■ De onde vem sua inspiração e como funciona seu processo de criação?

Sou aquariano, estou sempre planejando alguma coisa. E o passado também é muito marcante, até porque nasci no domingo de Carnaval. Para mim, tudo isso é uma mistura. Método a gente precisa ter, não é? Como me formei em Arte, acabei ficando metódico em parte. Mas eu já me libertei muito disso. Foi importante como aprendizado e para poder falar das coisas que eu fazia. Eu pinto telas também, mas não sabia falar sobre — e hoje já sei. Quanto à inspiração, ela é constante. Eu me inspiro muito de tão aguçada que ela é. Vivo muito intensamente o artesanato, reciclando materiais o tempo inteiro. Também pinto e escrevo. Viajei, agora, para Fortaleza, com minhas 17 poesias. Pessoas e histórias me inspiram. Como falo muito, até quando estou na feira de artesanato, converso bastante com meus clientes. Para mim, as histórias são muito importantes. Acredito até que a vida seja uma história, um grande teatro, e nós somos os personagens. Quando dou oficina de teatro, sempre falo: “Olha, a conversa que a gente está tendo agora é teatral. Eu estou interpretando, e você também”. Sinceramente, acredito que estamos sempre em cena.

■ Você saiu de Patos para estudar em João Pessoa. Você já sabia que seria artista?

Vim para fazer escola técnica. Na verdade, nem fui eu que escolhi. Foi um tio-avô ao ver que eu gostava de desenhar. Desde criança eu desenho, faço teatro, pinto. Eu acredito que nasci assim. Embora as pessoas achem que é dom, eu não acredito nisso. Até porque, se consigo ensinar e você aprende, desmistificamos um pouco essa história. Mas tem uma coisa meio mágica nisso. E comigo veio até demais, não é? Tive uma professora fantástica que me colocou no palco, na época da escola. Só que,

na adolescência, a gente não sabe muito o que vai fazer. Fiz Eletrônica durante um ano, mas não foi legal. Depois, mudei para Edificações. Até gostava do curso, porque desenhava bastante, mas me sentia sufocado por ser muito técnico. A minha energia era diferente. Foi quando deu aquela virada na minha cabeça. Enquanto estudava, também fazia artesanato. Naquele momento, claro, não sabia que me tornaria artesão, faria feiras e ganharia prêmios. Então, fiquei três anos no curso e, no último, desisti. Minha família via que eu era artista, mas eu mesmo não assumia isso, e eles também não. Quem vem do Sertão tem muito disso. Acha que a arte está longe. Só que eu já tinha essa vontade de viajar, de conhecer outros lugares.

■ E como o artesanato entrou nessa mudança?

Eu saí da escola direto para a feirinha. Fui o primeiro artesão a me inscrever na Feira de Tambaú, que, hoje, virou praticamente um *shopping* de artesanato. Na época, era uma coisa meio *hippie*, com muita gente vendendo bijuterias. Enquanto isso, eu fazia trabalhos com palha. Depois, continuei fazendo artes plásticas, pintando telas, adereços, cenografias, fantasias de Carnaval. Nunca parei totalmente, mas, por um tempo, acabei deixando o artesanato um pouco de lado. Só que, durante a pandemia, quando tudo parou, inclusive o teatro e o circo, foi aí que retomei o trabalho. Em casa, fiz algumas coisas pequenas e comecei a postar nas redes. Era mais para mostrar que eu continuava trabalhando. E deu tão certo que começaram a me ligar querendo comprar meus trabalhos. Passei por salões e aquela história que tinha começado lá atrás me trouxe até aqui: virei mestre artesão. Acredito que o artesanato junta tudo. Consigo me realizar transformando lixo em arte. Consigo transmitir através dele minhas emoções. Cheguei a ganhar um prêmio com um trabalho feito

de caixas de remédio, representando uma favela. Foi algo que me deu mais vontade de continuar.

■ Os palcos entram em que momento na sua vida?

Fui embora feito ‘pau de arara’ para o Rio de Janeiro, sem dinheiro nem nada. Não sabia como seria essa história. A maior cidade que conhecia era João Pessoa. O primeiro ano foi muito difícil, depois foi melhorando. Fiquei quatro anos. Por lá, acabei montando um texto meu, *A Bruxa Chucaia*, que anos depois virou livro e, também, foi montado aqui, na Paraíba. Hoje, o livro está circulando e eu mesmo o ilustrei. Quando voltei, em 1984, foi uma mudança muito radical. Tudo o que eu tinha no Rio ficou para trás. Mas não parei. Continuei viajando muito, fazendo teatro e, em 2002, fui para a Dinamarca, onde fiz uma escola de circo. Queria estudar e descobrir a alma do palhaço. É realmente uma coisa de dentro. Não é só fantasia, não é só nariz. Não é porque você colocou a bolinha vermelha que virou palhaço. Fui experimentando isso aos poucos, entendendo como funciona, até perceber que é de uma riqueza muito grande. E aí percebi que é uma parte de mim. Sou eu. Eu faço as pessoas se encantarem, mas eu me encanto fazendo. Gosto de ver os olhos brilhando.

■ Você trabalha com teatro, circo, artes plásticas, cenografia, figurino, entre outras linguagens. Como você se define?

Eu nunca me preocupei com isso. Nem consegui, nem consigo, nem quero ser uma coisa só, porque são linguagens diferentes, mas dentro de uma coisa interligada. Meu estilo também é muito variado. Hoje, sou muito colocado na arte *naïf* por ser mais primitiva, colorida e livre, tanto na pintura quanto no artesanato. Inclusive estou em uma exposição com artistas de todo o Brasil, sendo convidado como artista *naïf*. Mas minha arte é diferente. Tem textura, papel, tecido. Ao mesmo tempo, se eu quiser pintar algo expressionista, eu faço. Consigo sair de uma linguagem para outra, já fiz isso. Só que é preciso focar no que você mais gosta. Por outro lado, consegui fazer cinema, teatro e televisão, que são vivências muito diferentes. Fiz *Velho Chico*, na Globo, uma experiência fantástica. Nunca pensei em fazer novela e, de repente, aconteceu. Fiz um personagem na primeira fase, durante três meses. Mas, para mim, também foi muito rico experimentar a parte técnica, como cenografia e figurinos.

■ Além da arte, você trilhou um caminho no serviço público. Como foi isso?

Quando voltei do Rio, pensei: “Poxa, vou ficar, aqui, só fazendo teatro?”. Era muito pouco. O teatro não sustenta você. Até hoje, a arte, em si, não sustenta. Eu precisava trabalhar, ser assalariado. Recebi um convite para o Espaço Cultural. Diziam mais ou menos assim: “Esse cara vem do Sertão, foi para o Rio, já montou espetáculo, faz teatro, vamos dar um emprego a ele”. Comecei dando oficinas, ensinando a fazer bonecos para teatro, trabalhando na biblioteca. Foi

aí que começou essa parte de educador. Eu ainda nem tinha me formado e já dava aula, até para professores. Mas minha vontade era estudar mais para ensinar mais, e foi assim que cheguei à faculdade. Hoje, estou com 39 anos de serviço público. Um tempo atrás fui transferido para o Museu do Artesanato, o que, para mim, foi melhor, porque é um espaço onde posso produzir. Tenho um ateliê lá.

■ Como a Agitada Gang surgiu na sua trajetória?

Quando assisti ao espetáculo *Mundo faz de conta*, com aqueles palhaços maravilhosos, fui ao camarim para elogiar e, naquela mesma hora, o diretor me convidou para substituir um ator que estava saindo. Quem não me conhecia nem sabia que eu era do Sertão. Eu era “do Rio”. O espetáculo começou em 1985. Já em 1987, resolvemos formar uma trupe com os palhaços daquela peça. Depois, nós nos profissionalizamos como palhaços e começamos a fazer festas, que nos sustentaram durante muito tempo. Viajamos o Brasil inteiro com os espetáculos e ganhamos prêmios. Foi nesse momento que também fui entrando no Carnaval. Comecei a fazer muitos estandartes: Muriçocas, Virgens, Portadores da Folia... Foram tantos que nem me lembro. Cheguei a sair na capa de uma revista como “o rei dos estandartes”.

■ O espetáculo Como nasce um cabra da peste fez muito sucesso. É difícil manter um trabalho desse por tanto tempo?

Foram 23 anos incríveis e de muita dificuldade. Apesar de ser uma comédia trágica, porque fala de fome e miséria, as pessoas riem o tempo inteiro. Eram três palhaços sem fantasia. A tragédia estava lá. Fizemos uma temporada em Portugal, de dois meses, com 17 apresentações. Um jornal de lá trouxe uma manchete mais ou menos assim: “Rindo da própria miséria”. Era exatamente o que acontecia. O espetáculo tinha uma simplicidade muito grande, mas ganhou muitos prêmios. Todos os atores foram premiados, o diretor também, assim como os técnicos. Ganhamos por luz, cenário... E eu fazia adereços, figurino, cenário e ainda tinha três personagens. Muitas vezes, a gente fazia o espetáculo inteiro só para o diretor, como parte do aquecimento. Só ele na plateia. Terminava e ele dizia: “Agora vamos trocar de roupa, porque o público vai entrar”. E a gente fazia tudo de novo. Também viajamos muito. Além de Portugal, fomos para Cabo Verde, na África. O espetáculo foi, realmente, um momento de muita magia em nossas vidas. Inclusive, o material era uma pesquisa etnográfica de Mário Souto Maior, um pernambucano. Não era um texto teatral, mas uma pesquisa sobre uma mulher grávida que paria no Alto Sertão. Quando lemos, achamos que podia se tornar um espetáculo. E estreamos sem pretensão nenhuma.

■ O que a arte-educação passou a representar na sua vida?

Quando entrei no curso de Educação Artística, a proposta era formar

professor para dar aula em escola. Mas eu via uma dificuldade enorme nisso. Em uma aula de 50 minutos, não dá para fazer quase nada. No estágio, vi gente escrevendo a história da arte de uma ponta a outra do quadro. Eu pensei: “ensinar não é assim”. Hoje, eu gosto de ensinar dando muita liberdade para quem está em uma oficina comigo. A gente viaja junto, cria muito. As pessoas experimentam pintura, colagem, escultura, reciclagem. O Folia Cidadã, por exemplo, foi uma joia na minha vida. Foram quatro anos seguidos. Era um projeto ligado à Folia de Rua, na comunidade do Porto do Capim. As crianças tinham, em média, 10 anos, algumas entrando na adolescência. Hoje, elas já são adultas e algumas viraram artistas. Inclusive, duas alunas minhas, gêmeas, são mulheres que representam a cultura dentro da comunidade. Tenho muito orgulho de tê-las na minha história. Isso tudo foi transformador tanto para mim quanto para elas. Recebi em troca aprendizado e vontade de fazer mais, porque sentia que estava construindo alguma coisa para outro ser humano e aquilo estava dando certo.

■ Depois de tantos anos interpretando personagens, como foi se ver em um filme sobre a própria história?

Eu realmente sou o personagem dessa história. Faço meu papel. Não é uma biografia no sentido de uma entrevista. Sou eu falando, contando essa história como estou contando aqui. O filme tem cerca de 20 minutos e mostra muita coisa. Tem até mais de 20 estandartes feitos por mim. O mais forte foi quando lançamos o filme em Patos, no Festival de Cinema. Já tinha visto no celular e na televisão, mas, quando vi na tela grande, aconteceu uma coisa muito estranha comigo. Assisti como se não fosse eu. Estava vendo um filme sobre uma figura muito versátil, alguém que fazia tantas coisas. A roteirista conseguiu compactar muito bem a história. Quando ela me mostrou o roteiro, eu disse: “Nossa, ela conhece mais minhas histórias do que eu”. É interessante alguém de fora lançar um olhar diferente sobre você.

■ E, hoje, o que tem ocupado seu tempo? O que tem no horizonte?

Tudo isso [risos]. Tenho uma oficina nacional, *on-line*, e outra para crianças. Em outubro, geralmente aparecem trabalhos mais infantis, que é o momento em que o palhaço volta. Já estou produzindo a roupa dele, porque o meu palhaço não morre. Mas eu diria que, hoje, estou meio a meio entre artesão e palhaço. O artesanato é permanente, já o palhaço é de vez em quando. Recentemente, passei 10 dias em uma feira em Fortaleza e trabalhei todos os dias. As pessoas chegavam para comprar e me viam produzindo. Além das feiras, temos os salões também, um em janeiro e outro em junho. Quanto ao futuro, provavelmente vamos voltar com o teatro. Além disso, ainda faço uma coisa sozinho, que é contação de histórias a partir do livro. E tem o filme, que continua circulando. Acho que não podemos parar.

JORNALISMO LAUREADO

EPC soma 40 prêmios em sete anos

Profissionais de A União, da Rádio Tabajara e da Editora A União têm se destacado em eventos dentro e fora do estado

Renata Escarião
Especial para A União

Desde 2019, a Empresa Paraibana de Comunicação (EPC) vem se destacando em prêmios estaduais e nacionais, principalmente por meio do conteúdo jornalístico produzido pelo jornal A União e pela Rádio Tabajara. A empresa contabiliza 40 conquistas, incluindo o Prêmio Sebrae de Jornalismo, o Prêmio Nacional de Jornalismo do Poder Judiciário, a Comenda Acadêmico Mário Tourinho de Imprensa, a Medalha do Jubileu de Ouro no Festival de Inverno de Campina Grande, o Prêmio Unimed de Jornalismo, o Prêmio Semear Internacional de Jornalismo, o Prêmio Nacional de Comunicação da Fundação José Luiz Setúbal, o Prêmio Afraep de Educação Fiscal, o Prêmio Nacional do Banco do Nordeste, o Prêmio de Jornalismo Inclusivo e o Prêmio da Associação Brasileira de Editoras Universitárias (Abeu).

O jornal A União, diário impresso com 133 anos, acumula destaques nas premiações. O repórter Joel Cavalcanti ficou em terceiro lugar na edição deste ano do Prêmio Sebrae de Jornalismo, com a reportagem “Couro é ouro no Cariri paraibano”. Ele diz que, para contar essa história, seguiu os caminhos



Junto à diretora-presidente da EPC, Naná Garcez (C), equipe comemora participação vitoriosa no Prêmio Sebrae deste ano

do bode e da cabra, conhecidos por sua convivência com o semiárido e por serem motivo de tanto preconceito — o qual sempre foi extensivo aos seus criadores. Joel visitou Cabaceiras e conheceu como o couro dos caprinos reverteu o fluxo do êxodo rural na região.

“Ao fazer essa reporta-

gem, eu me toquei que vêm do Cariri as características mais marcantes da identidade sertaneja do paraibano. Que tenha vindo de lá, também, a história que eu deveria narrar, e que ela tenha me levado ao terceiro lugar no Prêmio Sebrae de Jornalismo, só dá mais sentido ao caminho que resolvi

seguir”, relata. Em 2025, Bárbara Wanderley foi premiada em primeiro lugar com a Comenda Acadêmico Mário Tourinho de Jornalismo, na categoria Impresso, com a matéria “Melhores condições de trabalho são estratégia”, que destaca como benefícios oferecidos pelas empresas

podem ajudar a recrutar e manter bons funcionários. “O resultado do prêmio foi divulgado em diversos veículos de comunicação, tornando meu nome mais conhecido no meio profissional, além de ser sempre prazeroso ter um trabalho reconhecido dessa forma”, conta a jornalista.

Fotografias também já renderam homenagens

O experiente fotógrafo Roberto Guedes, mais um profissional do jornal centenário, tem uma lista recheada de premiações. No Prêmio Sebrae de Jornalismo, foi segundo lugar em 2026 e 2024, e primeiro e terceiro lugar no ano passado. Neste ano, a foto premiada foi Chás e garrafadas. Os dois registros laureados em 2025 foram Ambiente vai muito além das vendas e Ribeirinhos buscam novos nichos. Já em 2024, a homenagem coube a Turismo resgata dignidade de ribeirinhos na capital.

Roberto também teve seu trabalho reconhecido pelo Prêmio Amelinha Theorga, em 2020, e pelo Prêmio Hermano José, em 2021 — ambos editais promovidos via Lei Aldir Blanc. “Fico feliz em poder contribuir com matérias que são de grande relevância social. Os prêmios são muito importantes na minha carreira profissional, trazendo reconhecimento e incentivando a produção de novos conteúdos”, comenta.

O fotojornalista Carlos Rodrigo começou a carreira em A União já com destaque nacional. Ele ganhou o terceiro lugar no II Prêmio Nacional de Jornalismo do Poder Judiciário, em 2025, com a foto Pequena Marta, dentro do eixo temático Direitos Humanos, Cidadania e Meio Ambiente. Neste ano, graças à fotografia Guardião invisível, ele ficou em terceiro na categoria Fotojornalismo do Prêmio Sebrae de Jornalismo.



Guardião invisível motivou honraria a fotojornalista

Rodrigo pontua que as duas premiações representam um reconhecimento muito importante para sua trajetória, especialmente por abrangerem gêneros diferentes do fotojornalismo. “Pequena Marta é uma foto ilustrativa, dirigida por mim, em que defini qual seria o plano de fundo, a ação e a posição da personagem. Já Guardião invisível é uma fotografia de notícias. Eu sabia o que iria fotografar, pois fui pautado para isso, mas a foto foi fruto de uma observação da ação dos catadores em atividade. Ter trabalhos reconhecidos que demandam habilidades diversas faz com que eu me sinta um profissional mais completo, me dá ânimo e ajuda a amadurecer um olhar próprio sobre as histórias que fotografo”.

Na sucursal do jornal A União em Campina Grande, Julio Cezar Peres faz a diferença. Ele obteve o primeiro

lugar na categoria Fotojornalismo do Prêmio Sebrae de Jornalismo de 2026, com a foto Mãos que dão vida à imaginação, e, em 2024, ficou na mesma colocação da premiação com Programa garante sustento para comerciantes de Campina Grande. Julio revela que a foto da matéria deste ano partiu de uma pauta sobre as homenageadas da 42ª edição do Salão do Artesanato Paraibano, o que deu visibilidade ao programa e ao comerciante retratado, que se sentiu homenageado ao ver sua imagem publicada em um jornal impresso. Já a de 2024 trata do programa Empreender Paraíba, dedicado a fomentar o empreendedorismo no estado. A foto premiada apresenta o comerciante Flávio Rocha, que vende sombrinhas e brinquedos. “A premiação representa o reconhecimento de uma sensibilidade que acaba sendo re-

troalimentada pelo próprio prêmio. A partir do momento em que li sobre o Prêmio Sebrae de Jornalismo, passei a ter um outro olhar sobre o assunto, de modo que, ao tratar com empreendedores diversos — que encontro no meu dia a dia ou em meio às pautas para o jornal —, já fico imaginando as matérias e pensando nas fotografias que podem render, o que é um ganho para os empreendedores e empreendedoras, por terem seus negócios e histórias vistos com mais atenção”, observa Julio.



Ao tratar com empreendedores diversos, já fico imaginando as matérias e pensando nas fotografias que podem render

Julio Cezar Peres

Trilogia sobre educação venceu troféu nacional

A Editora A União também teve destaque nacional na cena das premiações de jornalismo. A trilogia Cartas a Paulo Freire: escritas por quem ousa esperar, coordenada por Cidival Moraes de Sousa e publicada pela Editora da Universidade Estadual da Paraíba (Eduepb), em parceria com a Editora A União, venceu o primeiro lugar na categoria Ciências Humanas do 8º Prêmio da Abeu, em novembro de 2022. Os livros foram lançados em homenagem ao centenário de nascimento de Paulo Freire e reúne cartas pedagógicas escritas por professoras e professores de todas as regiões do Brasil, que trabalham com esperança em seu cotidiano, sob a influência do educador. A obra busca refletir sobre a atualidade do pensamento freireano e a prática da esperança no cotidiano escolar.

O gerente-executivo da Editora A União, Alexandre Macedo, aponta que receber uma premiação nacional como essa é o reconhecimento de um trabalho realizado por vários profissionais envolvidos na editoração da publicação, assim como a coroação de um projeto gráfico arrojado e feito com esmero. “Qualquer premiação nos deixa satisfeito, por nosso trabalho estar sendo bem acolhido por profissionais da área editorial que avaliaram as propostas. Nesse caso, um prêmio nacional, com a relevância de uma entidade como a Abeu, é ainda mais gratificante e instigante. É um claro sinal de que estamos trilhando o caminho que valoriza a qualidade editorial e a responsabilidade social que temos frente às instituições que representamos”, frisa Macedo.



Alexandre Macedo festeja condecoração do setor editorial

CRESPOS E CACHEADOS

Cresce opção pelo cabelo natural

Com o novo cenário, serviços e produtos especializados em atender esse segmento também ganham impulso

Camila Monteiro
milabmonteiro@gmail.com

A valorização do cabelo natural, juntamente com o processo de transição capilar, tem impulsionado o aparecimento de salões de beleza especializados em fios crespos, cacheados e ondulados. Assim, nos últimos anos, muitas pessoas têm procurado profissionais para, além de cortarem as madeixas, aprenderem a finalizar e a cuidar delas da melhor forma possível.

Esse foi o caso da apresentadora e *social media*, Bianca Stort, que decidiu parar de fazer progressiva quando começou a fazer aulas de teatro. “Eu estava mais perto de pessoas que não me julgavam, pelo contrário, me incentivavam a explorar todo volume do meu cabelo”, destaca. Para ela, perceber que atualmente a procura pelo salão de beleza é para cuidar dos fios e não para maltratá-los, é uma felicidade. “Hoje, é leve e transformador sair por aí com meus cachos”, pontua.

A capital paraibana possui diversos estabelecimentos com serviços especializados para fios naturais. Um exemplo é o Espaço Joice Vieira, localizado no bairro de Tambauzinho. Há mais de 10 anos atuando no ramo, Joice conta que a vontade de ajudar outras pessoas a cuidar das suas próprias madeixas, começou com sua trajetória de autoconhecimento após a transição capilar. “Esse amor tomou conta de mim, fui me especializando e resolvi que queria realmente trabalhar com cabelos naturais”, relata.

Assim, aprender a cuidar dos cachos é a maior demanda dos clientes que chegam ao salão. “Como eu lido com meu cabelo? Como é o meu fio? Qual produto devo usar? O que eu faço no dia a dia? São as perguntas que mais fazem quando chegam aqui”, ressalta Joice Vieira. Segundo ela, o que levava muitas pessoas a aderir ao alisamento era simplesmente o fato de não saberem como cuidar do próprio cabelo. Com o conhecimento sobre a melhor forma de tratá-los, os fios naturais passaram a ocupar seus espaços nas ruas. Após essa onda de produtos e estabelecimentos direcionados a esse público, as pessoas viram que era possível sim, ter cabelos cacheados e crespos bonitos e hidratados.

A assistente social Douraci Santos, de 73 anos, prova que os cuidados com os fios naturais não têm idade. Ela conta que, após o período de gravidez, perdeu os cachos devido às alterações hormonais, e, logo após, passou a fazer permanente — tratamento químico com o objetivo de ondular o cabelo —, devido à vontade de voltar a ser cacheada. Mas os produtos utilizados acabaram causando queda de cabelo. Ela precisou, então, parar com o procedimento e se rendeu aos apelos das pessoas próximas de sempre fazer uma escova ou chapinha para comparecer a eventos sociais. Mas quando conheceu Joice, tudo mudou. “Foi, então, que eu comecei a realmente cuidar e me en-



Foto: Arquivo pessoal

Passei a questionar mais as coisas que eu fazia. Por que eu preciso perder tanto tempo alisando o cabelo?

Bianca Stort

contrei. Meu cabelo voltou a ter ondas. Mas, mais do que ter cachos, foi o cuidado diferenciado que me chamou atenção: ensinar como é que a gente cuida dos cabelos. E, desde então, eu tenho trazido várias amigas de idade para cuidarem de si mesma, aqui”, detalha.

Um outro exemplo de estabelecimento especializado é o Rafa Espaço dos Cachos, no bairro de Valentina. Rafaela Justiniano é especialista em terapia capilar e cortes geométricos. Além disso, é idealizadora de uma linha de tratamento desenvolvida especificamente para a autonomia das madeixas cacheadas. “Estou há quase cinco anos trabalhando com cabelos com curvaturas e venho dedicando os últimos anos

da minha carreira estudando para unir a ciência de bancada ao acolhimento no lavatório, para transformar a forma como essas pessoas cuidam de suas identidades”, explica.

A experiência pessoal foi o motor para entrar de vez nesse mercado e ela percebe que esse nicho só tende a crescer. Segundo Rafaela, foi justamente a percepção dessa expansão, além do desejo por tratamentos exclusivos por parte das clientes, que a impulsionou a investir não ape-

nas no salão, mas também na criação de sua própria marca de cosméticos. Para ela, os salões especializados não são modismos, vieram para ficar. Sugiram para preencher uma lacuna em relação à diversidade capilar que foi ignorada por muito tempo. “É uma reparação histórica e cultural. Durante muito tempo, a indústria impôs um padrão único de alisamento que violentava a estrutura dos fios e a autoestima de homens e mulheres. O que vemos hoje

é uma tomada de consciência, o que vemos são os cabelos contando suas histórias e se expressando de forma original. As pessoas não querem mais se esconder sob químicas agressivas”, comenta.

Para Bianca Stort é maravilhoso ter um espaço que entende as demandas do cliente. “Quando vou na Rafa é sempre uma descoberta nova, aprendo muito sobre como cuidar melhor do cabelo, me sinto inspirada por ela e empoderada a seguir me permi-

tindo conhecer cada textura dos meus fios, e isso é muito especial”, afirma.

■ **Com a transição capilar, é comum surgirem dúvidas sobre como tratar e finalizar fios**

Aceitação foi ganhando força ao longo do tempo

Quem nasceu nos anos 1980 e início dos anos 1990, consegue lembrar claramente que, no período da adolescência, quem tinha cabelos cacheados ou crespos tentava, a todo custo, esconder esse fato. O alisamento era uma solução, bem como usar o cabelo preso quase todo o tempo. “Há 30 anos, a regra era o controle total, o gel pesado que tirava o volume e o alisamento forçado”, afirma Rafaela Justiniano.

Bianca fez sua primeira chapinha aos 10 anos de idade. Seu sonho era ser loira e ter o cabelo liso. “Lembro de ver revistas na época e desejar muito ser igual a elas”, comenta. Ela explica que essa vontade perdurou por muito tempo: “Foram muitos anos de procedimentos, que faziam mal para o meu cabelo e, com certeza, para a minha saúde”, lamenta.

Hoje, esse fato mudou. De acordo com Rafaela Justiniano, a preferência absoluta, atualmente, é pela liberdade dos cabelos naturais. A transição capilar de Bianca veio lado a lado com um processo de aceitação e autoconhecimento. “Passei a questionar mais as coisas que eu fazia. Por que eu preciso perder tanto tempo alisando o cabelo, enquanto

os homens só estão liderando por aí?”, relembra.

Joice Vieira explica que esse progresso não é um caminho fácil. “Essa dor é real. Quanto mais a pessoa sofria bullying e racismo com o seu cabelo, mais demorado é o processo de aceitar o seu cabelo natural. Porque ainda há muita cobrança com o espelho”, destaca. Então, fora o atendimento capilar, a especialista conta que, muitas vezes, age como uma psicóloga dos clientes, porque trabalha também essa questão da autoestima. “Sempre conversamos, trocamos informações, ideias e experiências sobre esse cuidado”, pontua.

Bianca deixa um conselho para quem conhece e convive com meninas e mulheres com cabelos cacheados e crespos: “Elogiem! Realcem essa beleza única, ajude essa criança a enxergar que está tudo bem ser diferente e que cada cabelo tem a sua beleza”, destaca.

Resistência

Segundo a antropóloga Uliana Gomes, durante muito tempo, os cabelos cacheados e crespos das pessoas negras foram alvo de controle. “Vivenciamos a negação desses cabelos, que eram ti-

dos como duros, ‘de bucha’. Colocar o cabelo da população negra enquanto sujo, feio, desarrumado, não é só uma questão de estética, fala da negação, do controle e da desumanização dessa população”, esclarece.

Assim, utilizar os cabelos naturais faz parte de um processo de enfrentamento e resistência. Como detalha Uliana, para a população negra, o cabelo representa a sua ancestralidade e a sua força. Contudo, ela faz uma reflexão sobre o momento atual. “É preciso olhar de forma crítica como o mercado se impõe. Criou-se o padrão do cacho perfeito e ainda temos uma negação do cabelo crespo”, detalha. Embora reconhecendo todos os avanços que ocorreram ao longo do tempo, ela enfatiza que as situações envolvendo o controle desses cabelos ainda precisam ser pensadas e problematizadas.

A especialista em cabelos, Joice Vieira concorda com esses apontamentos. “Após a aceitação, muitas vezes vem a cobrança de sempre estar com tudo perfeito, com cachos definidos, sem frizz. E eu sempre digo que o cabelo natural é vida, um dia vai amanhecer de um jeito; depois, de outro, e você

tem que lidar com isso”, comenta. A antropóloga reforça que, pensar sobre a questão do cabelo é essencial para se entender como a sociedade ainda lida com as questões ligadas à população negra. “Apesar de tudo, essa população, constantemente, mostra que, através da luta e da resistência, ela transforma esse processo social a partir das suas narrativas e das transformações cotidianas”, destaca.

Cuidados específicos

Para iniciar os cuidados com os cabelos crespos, cacheados e ondulados, procurar uma profissional especializada é o primeiro passo, aponta Joice. Um segundo passo é encontrar produtos próprios. “Tentar procurar cremes de acordo com o seu fio. Manter os fios hidratados é super importante. A hidratação de um cabelo com curvaturas é essencial para manter a beleza no dia a dia”, explica Joice.

Já Rafaela pontua que a anatomia dos fios traz necessidades específicas. “Ele é em forma de espiral, o que dificulta que a oleosidade natural produzida no couro cabeludo chegue até as pontas. Por isso, são cabelos naturalmente mais se-

cos e porosos”, destaca. Assim, os cuidados com esses fios, de acordo com a especialista, envolvem xampus com pouco sulfato, umectação frequente com óleos de baixo peso molecular, além de nutrição dos fios. “Em resumo, é higienização suave, bastante nutrição e cortes terapêuticos com frequência para evitar que pontas se deteriorem”, finaliza Rafaela.



Foto: Arquivo pessoal

Colocar o cabelo da população negra enquanto sujo, feio, não é só uma questão de estética, fala de negação

Uliana Gomes



Foto: Leonardo Ariel

Em João Pessoa, é possível encontrar salões voltados a cuidar e orientar as pessoas a como lidar melhor com o próprio cabelo

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Atitudes revelam sinais de abuso

Padrões comportamentais de controle e intimidação servem de alerta em relações com potenciais agressores

Camila Monteiro
milabmonteiro@gmail.com

“Começou tudo muito saudável. Ele sempre demonstrou ser uma pessoa extremamente prestativa e atenciosa”. Foi assim que Rebeca (nome fictício), de 33 anos, definiu o início do relacionamento com o homem com quem viria a se casar. Durante o namoro, ela não percebia atitudes possessivas. “Não tinha briga, problemas de ciúmes nem possessividade. Eu podia ir aonde queria, viajar, fazer minhas atividades com amigos”. Mas as coisas mudaram ao longo dos anos. Foi exatamente no puerpério, período de 40 a 60 dias após o parto, quando ela sofreu a primeira violência psicológica. Enquanto se recuperava de uma infecção urinária, Rebeca ouviu do então marido que, se não tivesse relações sexuais, ele procuraria outra pessoa.

Segundo a psicóloga Andréa Moury, não existe um perfil psicológico único dos agressores de mulheres. O relacionamento abusivo começa de uma forma sutil e, muitas vezes, o homem tem a aparência de “bom moço” perante a sociedade. “Não posso dizer as características de um agressor, mas posso falar sobre os sinais que antecedem a ação. A violência vai escalando e existem padrões comportamentais que podem servir de alerta, como controle e vigilância”. Entre as manifestações citadas pela especialista, estão a supervisão da rotina da parceira, a tentativa de decidir o que ela veste, a fiscalização de suas

conversas, o afastamento de familiares e amigos dela, bem como o controle econômico — “por exemplo, retirar dinheiro, impedir que ela trabalhe, reter documentos ou interferir em decisões financeiras”.

Para a delegada Sileide Azevedo, coordenadora das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Deams) na Paraíba, esse domínio é, muitas vezes, justificado como cuidado ou preocupação. “Pedir que a mulher informe cada passo de sua rotina, envie sua localização constantemente ou faça chamadas de vídeo para comprovar onde está são comportamentos que merecem atenção, sobretudo quando vêm acompanhados de cobranças, ameaças ou reações agressivas diante de uma recusa”.

Sileide reforça, contudo, que não há um padrão universal do homem agressor ou uma sequência de comportamentos que se repita em todos os casos. “Mais do que procurar uma aparência ou um tipo de pessoa, é preciso prestar atenção à forma como ele reage aos limites e à autonomia da mulher. Ciúme, vigilância e restrição da liberdade não são demonstrações de amor”.

Categorias

É comum que as mulheres vítimas de violência tenham dificuldade de reconhecer a situação em que se encontram por considerar crime apenas a agressão física. Mas, como explica a juíza Graziela Queiroga, coordenadora da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de



Foto: Roberto Guedes

Especialistas frisam que, antes da agressão física, vítimas podem sofrer vários outros tipos de violência, como a psicológica e a vicária

Justiça da Paraíba (TJPB), as formas de violência são diversas. “Temos a violência moral, psicológica, física, patrimonial, sexual e vicária. Esta última diz respeito a uma agressão que não é direcionada à mulher, mas que pretende atingi-la, visando, por exemplo, aos seus filhos ou pais. Mas existem outros tipos de violência que, infelizmente, ainda não foram tipificados”.

Conforme as especialistas, a violência tem início com constrangimentos, gritos, desqualificações e intimidações, portanto é fundamental que a mulher saiba que não é necessário esperar uma agressão física para

buscar ajuda. “Ao perceber controle, ameaças, humilhações ou qualquer situação que comprometa sua segurança e sua liberdade, ela deve procurar uma delegacia para relatar o que está acontecendo e receber orientação sobre as medidas de proteção cabíveis”, orienta Sileide.

Para Mônica Brandão, coordenadora do Programa Integral Patrulha Maria da Penha (PipMP), muitas mulheres foram mortas e sequer perceberam que estavam dentro de um contexto de violência. “Trabalho muitos dos meus processos formativos com o violentômetro, que mostra

uma escalada de comportamentos, mas lembrando que essa intensificação nem sempre é gradual, igual a um termômetro”.

Foi o caso de Rebeca. O início do relacionamento, que começou como um conto de fadas, tomou um outro rumo. “Ele tentou me enforçar, colocando a mão no meu pescoço e me jogando contra a parede. Foi a primeira vez que ele me agrediu”. A atitude veio após a ameaça de que ele iria encontrar outra pessoa, caso o casal não tivesse relações sexuais. Em outra ocasião, após ter sido confrontado sobre uma traição, o ex-companheiro iniciou no-

vas agressões. “Ele também pegou uma caneca e arremessou em cima do berço onde o bebê estava. Socou a parede e quebrou tudo que estava em volta”.

Após esses episódios, Rebeca entrou com uma medida protetiva. Ela conta que o apoio da mãe e dos aparelhos públicos de suporte às vítimas de violência foram essenciais. “A Deam me ajudou bastante. Também agradeço à PipMP, que realizava visitas preventivas periódicas e rondas ao redor da minha casa. Tive acompanhamento de assistente social e psicólogo. Eles atuaram até para conseguir creche em horário integral”.

Rede de assistência garante amparo e monitoramento policial

Em uma pesquisa realizada pelo Instituto Patrícia Galvão, o apoio da família e de amigos é considerado por 58% das pessoas entrevistadas como principal fator para que as mulheres saiam de relações violentas. Em seguida, destaca-se o apoio do Estado — seja da polícia ou da Justiça — para se proteger do agressor (53%), além de serviços de assistência social e psicológica (48%). “Quanto mais acolhedores forem os equipamentos públicos, mais serão os resultados positivos”, destaca Mônica Brandão.

Na capital, o Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra (CRMeB), localizado no Centro, conta com uma equipe multidis-

ciplinar de psicólogas, advogadas e assistentes sociais. “Não somos um local de denúncia, mas um espaço de acolhimento. As mulheres nos procuram e, com todo o amparo recebido, acompanhamos para que elas possam fazer um Boletim de Ocorrência [BO] e damos toda a assistência a partir desse momento”, informa a titular da Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres (SPPM), Nena Martins.

Além do apoio profissional, a SPPM realiza capacitações para as mulheres, de forma que elas consigam se inserir no mercado de trabalho e garantir sua autonomia. Acolhimento e consultas no CRMeB podem ser agendados por meio

dos telefones 0800 283 3883 e 0800 283 3883.

Delegacias

As Deams são unidades da Polícia Civil voltadas ao atendimento e à investigação de casos de violência doméstica e sexual contra a mulher. Atualmente, a Paraíba dispõe de 24 Deams, distribuídas nas diversas regiões do estado e sediadas em cidades como João Pessoa, Bayeux, Cabedelo, Santa Rita, Campina Grande, Guarabira, Picuí, Monteiro, Patos, Sousa, Cajazeiras, Catolé do Rocha e Sapé. Nas localidades onde não há uma dessas unidades, a vítima é atendida na Delegacia Municipal.

“As mulheres são acolhidas, relatam os crimes

dos quais foram vítimas, registram a ocorrência e recebem informações sobre seus direitos e sobre os serviços da rede de proteção. A equipe policial realiza os procedimentos necessários à investigação e encaminha o pedido de medidas protetivas de urgência à Justiça, bem como pode solicitar prisão preventiva ou busca e apreensão [contra o acusado]. Também pode orientar a vítima sobre os órgãos de saúde, assistência social e outros serviços de que ela necessita”, detalha a coordenadora das Deams, Sileide Azevedo.

Patrulha

A PipMP, por sua vez, atua junto ao TJPB e às polícias Civil e Militar. De

acordo com a coordenadora da Patrulha, Mônica Brandão, o programa funciona de maneira regionalizada, com cinco núcleos (distribuídos em João Pessoa, Campina Grande, Guarabira, Cajazeiras e Patos) que abrangem 151 cidades. Cada vítima é assistida com encaminhamentos individualizados pelo projeto, conforme as necessidades de proteção social para sua situação. “Mas ela permanece dentro do programa e recebe assistência da equipe multiprofissional e do monitoramento policial”. As rondas, aliás, são planejadas considerando os riscos sobre cada mulher. “Algumas podem precisar de mais rondas durante o dia, por exemplo”.



[Nas Deams], as vítimas são acolhidas com informações sobre direitos e serviços de proteção

Sileide Azevedo

Autorreconhecimento e apoio familiar ajudam na superação

Apesar do apoio recebido, reconhecer-se como vítima não é um processo fácil. Segundo a psicóloga Andréa Moury, a maioria das mulheres chegam ao seu consultório sem se perceber nesse lugar. “Difícilmente elas chegam reconhecendo a violência. Vêm

muito fragilizadas, com um sentimento de culpa e a autoestima destruída”. Para Andréa, a dificuldade vem da maneira dissimulada como as agressões começam, além do medo de romper o vínculo com o agressor. “Elas pensam que as consequências do

rompimento são maiores do que permanecer na relação, principalmente quando não possuem rede de apoio”.

Também é essencial que familiares, amigos e vizinhos levem a sério os sinais de violência. “Ouvir a mulher, acreditar nela e oferecer apoio pode ajudá-la

a buscar proteção. E, diante de uma situação de perigo imediato, o acionamento da Polícia Militar, pelo Disque 190, pode ser decisivo”, pontua Sileide Azevedo, lembrando que denúncias anônimas podem ser registradas via Disque 197, da Polícia Civil. Para a

coordenadora das Deams, o mais importante é que a vítima saiba que não está sozinha e que há serviços aos quais pode recorrer. “Vocês serão ouvidas. E, para quem presencia a violência, fica um apelo: não se cale. Uma denúncia pode evitar um feminicídio”.

Atualmente, Rebeca olha para trás com orgulho de sua trajetória. “Voltei a estudar e a trabalhar. Consegui financiar meu apartamento. É importante pensar que existe a opção de sair [da relação abusiva], basta procurar os órgãos corretos”.

Jornalismo EPC



A qualidade técnica dos nossos profissionais traduz o compromisso com a verdade, a ética e a transparência.

O reconhecimento é da gente, mas o orgulho é de toda a Paraíba.

2020

Prêmio de
Jornalismo
Inclusivo

Prêmio
Afrafep de
Educação
Fiscal

Prêmio Semear
Internacional
de Jornalismo

2021

Prêmio
Semear
Internacional
de Jornalismo

2022

Prêmio
ABEU

Prêmio
Sebrae de
Jornalismo

Prêmio
Unimed de
Jornalismo

Prêmio
Afrafep de
Educação
Fiscal

2023

Prêmio do
Banco do
Nordeste de
Jornalismo

Prêmio
Afrafep de
Educação
Fiscal

Prêmio
Sebrae de
Jornalismo

2024

Prêmio
Afrafep de
Educação
Fiscal

Prêmio
Sebrae de
Jornalismo

Prêmio Nacional
de Comunicação
da Fundação José
Luiz Setúbal

2025

Prêmio
Sebrae de
Jornalismo

Prêmio
Nacional de
Jornalismo
do Poder
Judiciário

Prêmio
Comenda
Acadêmico
Mário Tourinho
de Imprensa

Medalha do
Jubileu de Ouro –
Festival de Inverno
de Campina

2026

Prêmio
Sebrae de
Jornalismo

3 PREMIAÇÕES

2 PREMIAÇÕES

6 PREMIAÇÕES

5 PREMIAÇÕES

5 PREMIAÇÕES



Autores do interior são destaque na lista de publicados: Diego Trindade (1), de Malta; Lucimário Augusto da Silva (2), de Pilar; Nilson de Sousa Rutizat (3), de Sousa; Jordânia Pereira (4), de Picuí; e Railton Tomaz Fernandes (5), de São Vicente do Seridó



Foto: Divulgação



3



Foto: Divulgação

4



Foto: Divulgação

2



Foto: Divulgação

5

LITERATURA

Na estrada dos livros

Obras oriundas da Política Nacional Aldir Blanc que serão publicadas pela Editora A União vêm de 22 cidades paraibanas

Renata Escarião
Especial para A União

O universo editorial é desafiador devido a vários fatores, ainda mais para escritores que moram em cidades do interior do estado e enfrentam mais dificuldades de acesso a financiamento e circulação de suas obras. Tal conclusão é opinião comum entre escritores premiados pelo edital da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (Pnab), focado na seleção, premiação e publicação de obras literárias, organizado pela Secretaria de Estado da Cultura (Secult-PB), em parceria com a Empresa Paraibana de Comunicação (EPC), por meio da Editora A União.

Serão publicados 34 livros, sendo duas coletâneas, o que totaliza 42 autores de 22 municípios, sendo 13 autores da capital, nos gêneros romance, conto, cordel, crônica, poesia, infantojuvenil e ensaio. O objetivo da seleção foi revelar e reconhecer talentos, além de estimular a criação e a divulgação de obras dos autores da Paraíba.

No edital, foram adotados critérios diferenciados de pontuação para propostas de mulheres, pessoas LGBTQIA+, pessoas idosas, pessoas em situação de rua ou membro de

povos e comunidades tradicionais, assim como cotas com vagas definidas para cada Regional de Cultura, de modo a contemplar todo o estado.

Foram premiados autores das cidades de João Pessoa, Pombal, Campina Grande, Bananeiras, Uiraúna, Itabaiana, Malta, Santa Rita, Monteiro, Catolé do Rocha, Santa Luzia, Bayeux, Picuí, Nazarezinho, Pilar, São João do Rio do Peixe, Sousa, Patos, São Vicente do Seridó, Areia, São Miguel de Taipu e Itaporanga.

Primeiro livro publicado

Para muitos dos escritores selecionados, esta é a primeira oportunidade de publicação e, para os mais experientes, uma possibilidade de ultrapassar as barreiras financeiras da publicação independente, ou até de ter o primeiro livro no formato impresso.

Jordânia Pereira, da cidade de Picuí, foi premiada com o livro infantojuvenil *O livro que perdeu a capa*, com ilustrações de Radan Rocha, sua estreia na literatura. Ela conta que escreve contos, poemas e crônicas e alguns já foram publicados em antologias e participaram de concursos e coletâneas literárias, mas que este é seu primeiro livro publicado.

“Não teria a mesma oportunidade de publicar se não

fosse o edital. Por morar em uma cidade do interior, o contato com editoras e as possibilidades de publicação sempre me pareceram algo muito distante da minha realidade. Na verdade, nunca tive contato com nenhuma editora. O edital tornou esse caminho possível e me permitiu acreditar que uma escritora que vive no interior também pode ocupar espaços no cenário literário”, afirma Jordânia.

Este é o mesmo caso de Diego Trindade, da cidade de Malta, no Sertão paraibano. Ele foi selecionado com o livro de crônicas *As mãos que sabem o caminho*, que é o seu primeiro, o que foi “ver um sonho se transformar em realidade”. Assim como Jordânia, Diego diz que, dificilmente, conseguiria publicar se não fosse esta seleção.

“A interiorização desses investimentos é fundamental para democratizar o acesso às políticas culturais e mostrar que também existe produção literária, artística e cultural de grande valor no interior. Quando um edital chega aqui no Sertão, ele não está apenas financiando um projeto, mas ajudando a transformar sonhos em realidade e dando visibilidade a histórias que muitas vezes não teriam a mesma oportunidade de chegar ao público”, comenta Diego.

blico”, comenta Diego.

Esta também é a primeira publicação de Railton Tomaz Fernandes, de São Vicente do Seridó, que vai integrar a coletânea de cordel com a produção *Vicente e o beijo da fuga*. Railton diz que foi a realização de um desejo que ele carregava há bastante tempo: poder ver um trabalho seu transformado em livro e chegar às mãos dos leitores.

“Sem o edital, dificilmente eu teria condições de publicar um livro neste momento. Para quem está começando e não dispõe de muitos recursos, os custos e as dificuldades envolvidos em uma publicação podem acabar tornando esse sonho muito distante. O edital abriu uma porta que, de outra forma, provavelmente continuaria fechada para mim”, comenta.

Novas oportunidades

Na cidade de Sousa, Nilson de Sousa Rutizat já tinha publicações em plataformas *on-line* de quatro livros, mas esta será a primeira vez que terá uma obra sua impressa, a de poesia *Metade de mim é quase dor*. “A minha forma de escrever é muito solitária e saber que eu posso compartilhar isso, estar entre outros escritores, compartilhar arte, livros, experiências... é incrível! Até

agora experiencio esse sentimento de realização e, principalmente, gratidão, por ter espaço para compartilhar meus poemas”, comemora Nilson.

Lucimário Augusto da Silva, da cidade de Pilar, foi premiado com o livro *O imperador e o rio* na categoria Romance. Ele tem quatro livros, alguns publicados de forma independente, ou seja, bancado com recursos próprios, outros por conta de editoras com o recebimento dos direitos autorais. Lucimário conta que ter sido premiado no edital do Pnab trouxe a sensação “de que o grito da nossa cidade, Pilar, tantas vezes abafado pela distância dos grandes polos, encontrou eco no mundo institucional”.

“Para um escritor que planta palavras longe dos holofotes do litoral e fora do eixo econômico tradicional, publicar um livro de fôlego sem um mecanismo de incentivo é quase como remar contra a correnteza sem remos. A produção editorial independente impõe barreiras financeiras implacáveis; sem a mão firme do fomento público, páginas inteiras de pesquisa, sentimento e história correriam o risco de permanecer para sempre engavetadas, silenciadas pela falta de recursos materiais”, afirma Lucimário.

Para ele, editais que abranjam todo o estado são “verdadeiros oxigênios culturais”, porque a realidade é que as distâncias geográficas ainda impõem abismos. “Quem cria no interior enfrenta chances infinitamente menores de visibilidade, circulação e financiamento em comparação a quem está na capital, onde os recursos e os centros de decisão se concentram. Políticas públicas que distribuem o olhar pelo território não são favor, são reparação”, defende o escritor.

Premiação e lançamento

Serão duas coletâneas de cordel, composta por 10 autores, com tiragem de 300 exemplares cada uma, sendo 30 a cota para cada autor, além de bolsa de premiação de R\$ 1.000. Os 32 livros individuais também terão tiragem de 300 exemplares cada um, e cota de 150 exemplares por autor, além de bolsa premiação de R\$ 2.000.

A entrega dos exemplares está marcada para uma solenidade no dia 29 de outubro, às 16h, na Academia Paraibana de Letras (APL), em João Pessoa. O lançamento ocorrerá no Festival Literário Internacional da Paraíba (FliPB), que vai acontecer de 26 a 28 de novembro, no Centro Histórico da capital.

DE ONDE VÊM OS LIVROS (exceto João Pessoa e Campina Grande)

Areia

■ *Rio vermelho*, de Tays Melo (poesia)

Bananeiras

■ *Confissões cotidianas de um assum-preto*, de Tony dos Santos (poesia)

Bayeux

■ *A formiga que comia letras*, de Jeovana P.; ilustrações de Vanessa Andrade (infantojuvenil)

Catolé do Rocha

■ *Berilau: o menino que contava histórias em verso*, de Junior Fernandes (infantojuvenil)

Itabaiana

■ *As cartas que incendiaram a Paraíba*, de Cláudia Teixeira de Souza Guedes (em *Antologia de cordel 2*)

Itaporanga

■ *Uma qualquer Maria; um qualquer José*, de José Francisco de Sousa Neto (crônicas)

Malta

■ *As mãos que sabem o caminho*, de Diego Trindade (crônicas)

Monte Alegre (RN)

■ *12 fatos em foco*, de Maria Eliete da Costa (romance)

Monteiro

■ *O presépio da rua*, de Flávio Monteiro (poesia)

Nazarezinho

■ *A vida e as cores de Pedro Américo*, de José Casimiro Gomes (em *Antologia de cordel 1*)

Patos

■ *Escalabrião*, de Rafael Medeiros (contos)

Picuí

■ *O livro que perdeu a capa*, de Jordânia Pereira; ilustrações de Radan Rocha (infantojuvenil)

Pilar

■ *O imperador e o rio*, de

Lucimário Augusto da Silva (romance)

Pombal

■ *Pororoca*, de Ana Patrícia Amorim (poesia)
■ *Fulô de Iajedo*, de Maria Thalita Cardoso Rezende (em *Antologia de cordel 1*)

Santa Luzia

■ *O cabo da velha enxada*, de Hiury Évines de Souza Lucena (em *Antologia de cordel 1*)

Santa Rita

■ *Bica dos milagres*, de Paulo Henrique da Silva (romance)

São João do Rio do Peixe

■ *Aracati: memórias ao vento*,

de Maria Aparecida de Sousa Cardoso (poesia)

São Miguel de Taipu

■ *Minha Paraíba*, de Jéssica Silva (em *Antologia de cordel 2*)

São Vicente do Seridó

■ *Vicente e o beijo da fuga*, de Railton Tomaz Fernandes (em *Antologia de cordel 2*)

Sousa

■ *Metade de mim é quase dor*, de Nilson de Sousa Rutizat (poesia).

Uiraúna

■ *Abram as janelas: o vendedor de crônicas*, de Carlos Alves (crônicas)

Artigo

Estevam Dedalus
Sociólogo | estevam_dedalus@yahoo.com.br

Autópsia de uma sociedade em decomposição

Nossas ideias sobre o belo, o civiliza- do e o normal não podem ser plenamen- te compreendidas fora das relações de poder. Isso não significa, é claro, que campos como a estética e a arte não possuam suas próprias regras, muito menos que sejam meros epifenômenos de estruturas sociais mais amplas. Mas, apenas reconhecer que, em determinado contexto histórico, a percepção também é resultado de disputas sociais que nos atravessam culturalmente.

Um exemplo curioso é a estética grotesca na arte e seus exageros, como o uso de imagens deformadas, que vão se misturan- do a elementos da realidade para criar sen- sações de estranhamento e repulsa. Nem todo mundo parece gostar ou assimilar bem essa linguagem artística, mas é difícil permanecer indiferente diante dela. Ela tensiona os valores da ordem, as noções de proporção, de beleza, nos levando a ques- tionar o que é normal.

É uma arte, portanto, que existe na transgressão e que só faz sentido a partir da dicotomia com alguma noção domi- nante de normalidade. Podemos encon- trar essa estética em diferentes momentos da história da arte: nas criaturas híbridas e cenas fantásticas de Hieronymus Bosch; nos seres estranhos, deformados e melan- cólicos de Marcelo Grassmann; em *Satur- no devorando seu filho*, de Goya; em *Guerni- ca*, de Picasso; nas figuras antropomórficas de Francis Bacon. Ela também aparece no cinema de horror e em estilos musicais como o *death* metal, cuja estética recorre frequentemente à morte, à decomposição e à mutilação.

Na atual cena musical de João Pessoa, não vejo artistas que melhor representem essa estética do que a banda de *death* metal Abracadaver. O trio é formado pelos músic- os Deathmetrius (bateria e voz), Danihell (guitarra) e Marcos Rex (baixo e voz). A

Abracadaver é marcada por uma sensibi- lidade estética que se nega a reprimir te- mas como a morte, o sangue, a violência e todo um conjunto de coisas consideradas monstruosas, mas comuns a um gênero musical conhecido por inverter e questio- nar os critérios convencionais de beleza e normalidade.

Talvez a questão sociologicamente mais importante seja não se tratar de uma simples celebração do “feio”, mas da nega- ção da ordem. Daquilo que tratamos como natural, recorrendo a elementos narrati- vos que podem causar asco, de coisas que aprendemos a esconder graças ao processo civilizador. Para isso, a Abracadaver apro- pria-se de uma linguagem musical já con- solidada pelas bandas de *death* metal: dis- torções de guitarra, vocais guturais, *blast beat*, dissonâncias, linhas melódicas pou- co convencionais, muitas vezes sincopa- das, combinadas a variações súbitas de andamento, que dão o tempero certo para o que chamo de “organização sonora da violência”.

As letras ajudam a criar essa atmosfe- ra. Em “Abracadaver”, música homônima, o eu lírico diz: “Abracadaver em plena luz do dia / Mórbido desejo, retoques de ma- gia / Negra tenra noite, evoco a maldição / O podre e o torpe surgem e permane- ção”... E segue invocando imagens gro- tescas: “Visceras em formas de fetos na- timortos / Bebe esse veneno que são os anticorpos / A praga e desgraça, nossa sal- vação / Abracadaver comunga nosso pão”. São metáforas que mobilizam signos do horror numa tentativa de colocar a socie- dade diante do espelho, para que observe sua face mais abjeta. Ferramentas simbó- licas utilizadas pelos artistas para disse- car um mundo que eles percebem como decadente.

Engana-se quem acha que eles cami-

nham para o niilismo ou reduzem a críti- ca a uma questão moral. Abracadaver não é uma banda da desesperança geracional, que se capitulou ao individualismo neo- liberal e adotou uma dicção meramen- te introspectiva. Em “Sísifo em chamas”, uma crítica à exploração capitalista do tra- balho, a banda parece deslocar a questão colocada por Albert Camus diante do ab- surdo. Se Camus imagina Sísifo feliz ao transformar a revolta contra sua condição em uma afirmação da própria existência, a Abracadaver propõe outra coisa, algo bem mais radical: matar Sísifo, incendiá- lo. Em vez de ensinar Sísifo a suportar o martírio, precisamos destruir a monta- nha e acabar com a condenação à repe- tição. Aqui, a revolta deixa de ser apenas existencial e passa a apontar para a trans- formação das condições materiais que produzem a própria condenação.

Outros temas são caros à banda: como a morte, o esquecimento e a me- mória. A Abracadaver retoma, então, a perspectiva de que é possível eternizar pessoas e as histórias que vivemos com elas por meio da arte. Na música “*In me- moriam*”, a arte atua como um *phármakon*, um remédio para o esquecimento. Numa subversão à ordem natural que relegaria tudo a um fim. A música não restitui, ob- viaamente, aquilo que foi perdido com a morte do corpo, mas impede que a perda transforme-se em esquecimento.

O certo é que, por trás da brutalida- de sonora da Abracadaver, de sua ima- gética grotesca, há artistas interessados em elaborar algo mais difícil e sofisti- cado: transformar a morte, a memória, o esquecimento e a crítica à experiên- cia da exploração do trabalho em maté- ria de criação. Em fazer a autópsia crí- tica do cadáver de uma sociedade em decomposição.

Klebber Maux Dias
Filósofo e físico | klebmaux@gmail.com

Ponderação e racionalidade

As tensões entre as interpretações jurídicas contemporâneas — especifi- camente no Brasil — destaca-se pela ne- cessidade de adaptar a técnica da pon- deração de princípios, impulsionada pelas contribuições do filósofo e jurista estadunidense Ronald Myles Dworkin (1931–2013) e do jurista e filósofo alemão Robert Alexy (1945–2026). Todavia, em contraste com o otimismo doutrinário, crescem as preocupações relativas ao uso abusivo dessa técnica, argumen- tando-se que a ponderação viabiliza um aumento excessivo da discriciona- riedade judicial, gerando prejuízos à se- gurança jurídica e à legitimação do po- der judiciário. Para conter esses riscos, intensificou-se o esforço metodológico voltado a elevar a racionalidade da pon- deração, cujas propostas organizam-se em quatro tendências centrais: coerên- cia, razão pública, decomposição analí- tica e predefinição de normas.

A primeira tendência busca con- ter o arbítrio impondo ao intérprete o dever prévio de reconstruir o sistema de princípios de modo coerente, bem como inscrita nos postulados dogmá- ticos da unidade da Constituição, da harmonização e da concordância prá- tica. Essa exigência de gerar coerência incide tanto no plano abstrato das nor- mas quanto na solução dos casos con- cretos. No plano abstrato, busca-se con- ciliar tensões entre princípios opostos. Para superar a fricção entre igualdade e liberdade, Dworkin formula o mode- lo de igualdade de recursos, atribuindo ao Estado o papel de instituir um siste- ma distributivo que garanta recursos iguais aos projetos de vida individuais. Nesse esquema, redistribuem-se as di- ferenças aleatórias resultantes de sorte ou talentos naturais, mas preservam- -se as disparidades oriundas de esco- lhas pessoais autônomas. Da mesma forma, a aparente contradição entre de- mocracia e estado de direito é dissipada



Ronald Dworkin, filósofo estadunidense

ao demonstrar que o Estado de direito constitui condição para o exercício efe- tivo da soberania popular. Essa comple- mentaridade é ilustrada pelas me- táforas de Holmes e Elster — refere-se ao uso da figura mitológica de Ulisses e as sereias (retirada da *Odisseia* de Ho- mero) para explicar o conceito de pré- compromisso constitucional na teoria política e jurídica, segundo as quais a autodefesa constitucional previne a ero- são da soberania por maiorias conjun- turais, além de encontrar repercussão no procedimentalismo democrático do filósofo e sociólogo alemão Jürgen Ha- bermas (1929–2026).

Na prática, a harmonização exige a satisfação coexistente dos princípios colidentes sem o sacrifício definitivo de nenhum deles. No célebre caso da gre- ve de fome dos detentos do grupo espan- hol Grapo, o Tribunal Constitucional compatibilizou a liberdade de expressão com o direito à vida ao autorizar a ali- mentação forçada apenas no momento em que os grevistas perdessem a cons-

ciência. Quanto ao alcance desse dever, enquanto há o abandono da pondera- ção em favor de um juízo de adequação, Dworkin a restringe à condição de téc- nica residual, devendo-se sempre bus- car a harmonização prévia.

A segunda tendência confia a redu- ção da discricionariedade ao enquadra- mento dos princípios pela razão pública, conceito refinado pelo filósofo estaduni- dense John Rawls (1921–2002) em opo- sição às doutrinas abrangentes (filosó- ficas ou religiosas, como o catolicismo ou o socialismo). A razão pública orien- ta o campo consensual defendida pela democracia, pelos direitos humanos e por teorias científicas incontroversas, viabilizando a cooperação social sob a premissa da reciprocidade. Por carece- rem de legitimidade das urnas, juízes e cortes constitucionais deve restringir a fundamentação de seus julgados aos va- lores políticos da razão pública, exigin- do-se dos grupos sociais a tradução de suas concepções particulares para essa linguagem comum. Nesse processo, a razão pública dificulta doutrinas laicas abrangentes, cuja tentativa de qualificar o monopólio estatal e tributos distribu- tivos como violações ao estado de direi- to falha ao tentar impor uma concepção econômico-liberal particular.

Sinta-se convidado para a audição do 586º Domingo sinfônico, que ocorrerá neste dia 27, das 22h à meia-noite. Para quem está em João Pessoa (PB), a sintonia é pela FM 105,5 ou pelo aplicativo da Rádio Tabajara https://radiotabajara.pb.gov.br/radio-ao-vi- vo/radio-fm. Durante o programa, comen- tarei sobre a ponderação como princípio de conciliação entre os países e de afirmação da dignidade humana, tomando como referência as contribuições do regente e ex-senador vita- lício da Itália, Claudio Abbado (1933–2014), cuja arte promoveu a fraternidade, o diálogo e a humanização entre os povos.

Kubitschek
Pinheiro
Jornalista | kubipinheiro@yahoo.com.br

Hóspedes da felicidade

Não fomos a cidade de Areia em busca do tempo perdido — se perdeu, vamos reencontrá-lo no futuro do pretérito do indicativo e esse tempo, não é o tempo perdido que o escritor francês Marcel Proust tanto buscou.

Penso em alguém que, na manhã do dia de sua morte, desiste de usar a camisa que mais gosta, ouvir aquela canção do Roberto, que a gente dizia “é sua cara”, mas o sujeito é teimoso e prefere guardar a camisa listrada para outra festa, que aconteceria na noite seguinte. Puxa vida! No dia seguinte, o seguinte falhou.

Todas as vezes que visitamos a cidade de Areia, a primeira coisa que fazemos é ir na casa A Felicidade, que está fechada há anos.

O vizinho Tayrone, que vende cachaça de vários sabores (inclusive, uma tem o nome de Tadala, numa alusão ao Tadalaflila), faz questão de dizer que cachaça traz felicidade e, de supetão, perguntei: como é ser vizinho da felicidade?

A casa A Felicidade foi um antigo comércio. Mas um antigo comércio não quer dizer nada e, claro, dinheiro não traz felicidade. O imóvel já funcionava como uma loja de tecidos pelo menos desde o século 19, aparecendo em mapas da cidade que datam de 1847.

De quem era a loja? Uma senhora que ia passando disse que pertenceu a Jacinto Abreu. Fui pesquisar e encontrei o nome e o estilo da casa que naquela época, era comum que os armazéns e comércios do período colonial recebessem nomes de batismo otimistas gravados na fachada. No mesmo estilo, havia em Areia outras casas como A Fidelidade e A Confiança.

E onde mora a fidelidade? Onde foi parar a confiança? Por que somente a casa da felicidade, virou cartão-postal da cidade de Areia?

Se não nos dão mais, do nada ainda arranjamos um tempo e já nos cabe a qualquer coisa, nunca a mesma coisa, que fomos à cidade de Areia de mãos beijadas, e pomo-nos à escuta, o passeio dos jovens, bem longe dos pancadões.

A casa A Felicidade de Areia aparece no mapa de 1847, mas não sabemos ao certo desde quando funcionava como loja de tecidos. A da felicidade fica juntinho das portas do armazém que tem uma águaia na torre, que é hoje o negócio de Totonho Móveis. Mais a frente era A Confiança, cujo azulejos são holandeses na cor ocre e azul-claro, mas isso não importa quando se é feliz.

A felicidade sacode o espírito — ficamos a imaginar encantamentos, o ar mais espesso e que venha a poeira que daremos sempre a volta por cima, que não nos tire os instantes felizes e nos salve das dores, se ao menos dão-nos uma boa conversa. Adeus cansaço. Aquele abraço.

Em Areia, já era noite e sai a cantar baixinho pelas ruas a canção de Lupicínio Rodrigues, aquela que diz que a felicidade foi embora, mas não foi não, e até bati continência para imaginário, o sinal fechado na esquina (o único que tem em Areia) e nem sequer abrimos mão da Chandon e um pulinho no toca do Vavá, mas nada é de graça, só a felicidade.

Com os pés lançados ao imaginário, seguimos pelos extremos, os ritmos que ascendem nos ossos, céus, refúgios tão altos, as mansardas siderais, porque tudo que se esconde quer ser encontrado, inclusive, a felicidade.

Gente de todos os lugares fazem fotografias na frente da casa da felicidade, beijam-se, amam-se, a família reunida, os idosos e os cachorros, e, claro, à noite ainda é uma criança — por vezes estamos a sós em algum lugar e somos hóspedes da felicidade.

Kapetadas

1 – Uma boa parte dos “escritores” escreve para explicar o mundo. Luis Fernando Verissimo preferia desconfiar dele.

2 – A realidade anda tão surreal que o exagero, enquanto recurso irônico, está morrendo por se tornar crível.



O colunista em frente à casa A Felicidade, na cidade de Areia

Colunista colaborador

Coisas de Cinema

Alex Santos

Cineasta e professor | alexjpb@yahoo.com.br

Nudoc da UFPB celebra 47 anos de fundação

Setembro sempre foi um mês de celebrações para o nosso cinema. Digo isso com base em fatos importantes acontecidos justamente nesse período. Exemplo: a criação do Núcleo de Documentação Cinematográfica (Nudoc), que está celebrando mais um ano de sua fundação. Órgão suplementar da Universidade Federal da Paraíba, criado em 13 de setembro de 1979, por meio da Portaria R/GR 024, sob o contexto de outros núcleos de cultura.

Ligado, como sempre esteve, às coisas do cinema, foi o que nos informou o professor João de Lima Gomes, há dois anos, no artigo “Há 45 anos Lynaldo dava o *start* para a criação do Nudoc”. Registrava ele a minha participação no feito de então: “O crítico de cinema Alex Santos, integrante da comissão para instalação do núcleo, registrou o fato em sua coluna no jornal **A União**, lembrando a necessidade de entendermos o contexto evolutivo do órgão e conhecermos as relações institucionais atuais dele com um histórico da sua criação. Além de Alex Santos, integravam a comissão de instalação o maestro Pedro Santos, o realizador Jurandy Moura e o fotógrafo Manuel Clemente. O prof. João Maurício, então gestor da Pró-Reitoria para Assuntos Comunitários, era o presidente da comissão”.

Importante registrar o fato de que, nessa época, vivíamos ainda um ânimo considerável e glorioso do cinema pa-



Foto: Arquivo pessoal

O colunista, a professora Dalvanira Gadelha e o reitor da UFPB Lynaldo Cavalcanti no Nudoc

raibano, sobretudo com a realização do documentário *Aruanda* (1960), de Linduarte Noronha. Some-se a tudo isso a existência de outro ciclo bastante singular, que era o da crítica cinematográfica, da qual eu já fazia parte, e da criação da Associação dos Críticos Cinematográficos da Paraíba (ACCP).

Sabe-se também que o motivo da criação do Nudoc era o coroamento da exitosa gestão do reitorado de Lynaldo Cavalcanti. E o próprio João de Lima reconhece isso em seu artigo, quando afirma: “O contexto nacional era bem dinâmico com a política de instalação de polos de cinema em diversas partes

do Brasil, e a Paraíba não poderia ficar de fora dessa discussão por conta de uma tradição notável. A instalação do Nudoc remetia a uma memória histórica importante no seio da UFPB, onde, poucos dias após o golpe militar de 1964, foi extinto o Serviço de Cinema”.

Essa referência ao Serviço de Cinema de que fala João de Lima nos remete ao Cinema Educativo de João Córdula. Órgão pioneiro do Governo do Estado, que teve uma participação importante como incentivo na nossa formação sobre o cinema paraibano. — *Mais Coisas de Cinema, acesse o nosso blog: www.alex-santos.com.br.*



APC discute prazo de publicação do edital

A Academia Paraibana de Cinema, sob a presidência do professor João de Lima Gomes, reuniu membros do conselho na sexta-feira passada, em sua sede na Unidade de Tambaú (FCJA), para discutir e elaborar os planos de realização da programação de fim de ano, inclusive com relação ao Dia Mundial do Cinema.

Fez parte das discussões o acerto da data de publicação do edital de votação de seus associados, para o período de 16 de outubro a 16 de novembro, quando serão indicados os membros da nova diretoria da entidade.

TEATRO

Um rio que veleja ao encontro do mar estreia

Esmejoano Lincol
esmejoanolincol@hotmail.com

O cotidiano de três personagens negros, com suas dores e alegrias, é o mote de *Um rio que veleja ao encontro do mar*, peça com texto e direção coletiva dos atores paraibanos Mayara Santos, João Vitor Santos e Iago Andrade. Depois de fazer uma sessão de pré-lançamento na última quinta-feira (24), numa escola pública da capital, o trio encontra o público hoje, a partir das 18h, na estreia oficial no Teatro Ednaldo do Egypcto (Manaíra, JP); a entrada é franca.

Os personagens da peça não se resumem a três: os atores também contam as histórias de outros sujeitos, com os quais mantiveram contato ao longo da vida. O projeto foi concebido a partir de um experimento, montado em 2025, durante o Festival Pretitudes, promovido

pela Fundação Espaço Cultural da Paraíba (Funesc).

“Desejamos prosseguir, então propusemos o projeto aos editais da [Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura] Pnab e fomos contemplados na Prefeitura de João Pessoa, para apresentações em escolas. E também tivemos aprovação na Pnab estadual, para a circulação”, explica João Vitor Santos.

Dois membros da equipe unem-se ao trio titular na concepção da dramaturgia. Bruno Ângelo assina a sonoplastia e a trilha sonora. Já Rute Prazim, a cargo da produção de *Um rio que veleja ao encontro do mar*, também desenhou a luz. Todos esses elementos corroboram as intenções dos atores e a temática da empreitada.

“A iniciativa surge, agora, como um momento para evocar as vivências negras, pensando em diferentes maneiras

Com intuito de criar uma alusão à travessia da vida, com tão poucos anos dela. Então, estamos cruzando esse caminho, de um rio, assim como a cidade João Pessoa, a ‘Parahyba’ deságua no mar”, analisa.

Um rio que veleja ao encontro do mar volta a ser apresentada gratuitamente, nos dias 20 e 21 de outubro, no Teatro Lima Penante (Centro, JP), em horário a confirmar, eventos novamente direcionados a estudantes das escolas públicas do município.

“Na sequência, seguiremos com a circulação do espetáculo junto com uma oficina, em cidades do estado. As cidades que estão confirmadas são: Ouro Velho [6 e 7 de outubro, dentro da VI Mostra de Cinema Ouro Velho] e Guarabira [13 e 14 de novembro, no Teatro Municipal Geraldo Alverga Cabral]”, conclui.

João Vitor Santos reafirma

os sentidos que conduzem os artistas no palco: a possibilidade de conceder protagonismo a pessoas marginalizadas, enaltecendo suas potencialidades e suas formas de ser e de estar nesse mundo, para além do preconceito racial. “Além disso, [com o edital] difundimos um projeto como esse em cidades para além da capital. Esperamos que o público possa se reconhecer, se conectar, que conheça e reconheça o que queremos. E que o espetáculo também desperte um pensamento para a construção de uma sociedade antirracista”, conclui.

ONDE:

■ TEATRO EDNALDO DO EGYPTO (Av. Maria Rosa, nº 284, Manaíra, João Pessoa).



Peça surgiu a partir de um experimento no Festival Pretitudes, da Funesc

Foto: Sameul D'Almeida/Divulgação

Letra Lúdica

Hildeberto Barbosa Filho

Escritor e professor | hildebertopoesia@gmail.com

Um cronista, uma poeta

Um cronista

Carlos Alberto Azevedo, na linhagem de um Gilberto Freyre, não é somente um antropólogo, um sociólogo; é também um “escritor literário”, para me valer dos termos do homem de Apipucos. Nessa seara, escreveu ensaios críticos, romance, diário e crônica. Neste gênero, acabo de ler sua recente coletânea, intitulada *Réquiem por uma prostituta & outras crônicas* (João Pessoa: Ideia, 2026). Não sei se ele tem razão em afirmar, na esteira de Mário de Andrade, este falando do conto, que crônica é tudo aquilo que o escritor escreve e considera crônica. Talvez precisássemos matizar um pouco mais a questão, mesmo na situação histórica da diluição e do relativismo dos gêneros, característica da pós-modernidade. Se tudo é crônica, se tudo é conto, posso afirmar que nada é conto, nada é crônica. E o curioso é que Carlos Alberto Azevedo me parece um típico cronista, principalmente se levarmos em consideração a maneira peculiar com que apreende os acontecimentos do dia a dia e o modo leve, conciso, coloquial com que os narra e os descreve. À atitude do olhar, atento a detalhes pitorescos, jocosos, lúdicos e às vezes poéticos, ajusta-se perfeitamente o estilo simples, econômico e literário. Chama-me a atenção, em especial, entre fatos narrados e ideias expostas, a presença de algumas personalidades com as quais conviveu o cronista ao longo de sua trajetória intelectual, humana e humanística. Destaco, aqui, portanto, as crônicas que evocam os nomes de, entre outros e outras, Anayde Beiriz, Coriolano de Medeiros, Afonso Pereira, Políbio Alves, Balduino Lelis, Mário de Andrade, Hobsbawm, José Nilton, Leon Clerot, Jorge Amado, Zabé da Loca, Wills Leal, Câmara Cascudo e Érico Veríssimo. Em cada uma destas crônicas, figura um pormenor, na mais das vezes inusitado e surpreendente, a iluminar aspectos curiosos do perfil de cada personagem. Carlos Alberto Azevedo também se volta para os dilemas da política, para a tragicomédia do *fait divers*, para os sortilégios do patrimônio histórico e arquitetônico; para assuntos como a morte, a sexualidade, “o bicho homem” e o demais que a crônica, essa “arte do útil e do fútil”, na concepção de Machado de Assis, pode comportar, no seu jeito à vontade, perspicaz, matreiro e lírico de dialogar com as coisas e vivências do devir cotidiano. Os textos são curtos, escritos em tom de entretenimento e em linguagem desataviada, com ar de boa prosa sob a brisa da esquina. Ou, dito de outra forma: escritos sob a regência categórica dessa engenhosa fusão de jornalismo e literatura que é a crônica.

Uma poeta

Os títulos falam, falam muito. *Soldadura poética*, de Glória Azevedo (São Paulo: Patuá, 2025), parece-me um exemplo consistente, se pensarmos que a palavra, na confecção do poema, pode soldar elementos díspares, juntar fragmentos, organizar o caos em que estamos mergulhados. Não me incomoda a discussão de gênero, nem mesmo a especialidade de um olhar demarcado por experiências singulares. Sou dos que pensam que amor é território livre e sem fronteiras. Porém, me seduz, sobretudo, o exercício e o artesanato com os vocábulos, no sentido de converter emoções humanas (de amor, de erotismo, de perdas, de deslocamentos e condensações no tempo e no espaço) em emoção estética. Creio ser daí que advém a deliciosa sensação do prazer que a leitura de certos poemas dessa paraibana radicada em Tocantins proporciona. Principalmente se me ateno aos textos mais curtos e, por isso mesmo, mais medulares, mais certos e mais impactantes. “Serpente”, “Romantismo obsoleto”, “Toura”, “Fastio”, “Vinagre” e “Espólio” fazem reverberar, no seu minimalismo lírico e irônico-coloquial, a luz de contida e incontornável expressão poética. “Fastio” constitui, sem dúvida, um desses raros achados, na medida em que funde o sentimento subjetivo ao apelo da metalinguagem, numa enunciação que afirma o viés crítico do pensamento. Transcrevo o poema: “Eu nem falo do tédio / Este eu divido com o vinho / e a poesia ruim”. Autora do livro de contos *Oficina do vagaroso tempo* (2018) e da coletânea de poemas *Abissal* (2020), a professora e ensaísta Glória Azevedo, estudiosa da literatura lésbica e LGBT, reafirma o poder de seu talento criador e a persistência de uma vocação inteiramente voltada para os vocativos literários.

Colunista colaborador

CULTURA POP

Imagineland chega ao último dia

Evento em CG tem exibição de documentário sobre Tolkien e dubladores de Guerreiras do k-pop

Daniel Abath
abathjornalista@gmail.com

Desde a última sexta-feira (25), o Centro de Convenções de Campina Grande (Alça Leste, Nova Brasília) vem sediando o maior evento de cultura *pop* da Paraíba, o Imagineland on the Road. Por lá passaram nomes como Corbin Bleu, Monique Coleman e Lucas Grabeel (atores da série *High school musical*), além das dubladoras Bianca Alencar, Jéssica Vieira e Maíra Góes. Mas o evento ainda não acabou. Entre outras atrações, o terceiro e último dia do festival conta, hoje, com a exibição, às 12h, no espaço Teatro Shaolin, do documentário *Uma odisseia criativa: em busca de Tolkien* (2026, 90 minutos), produzido pelo crítico de cinema e cofundador do *site* Omelete, Érico Borgo. À venda na página oficial do evento (imagineland.com.br), os ingressos custam R\$ 94 (meia), R\$ 104 (social + doação de um livro ou agasalho) e R\$ 188 (inteira).

Após a exibição do longa-metragem, o Teatro Shaolin apresenta um painel sobre o filme, com a presença de Érico Borgo e da diretora Laís Almeida (às 14h), seguido do painel *Guerreiras do k-pop* (às 15h), com os dubladores Analu Pimenta, Thais Feijó e Thadeu Matos; exibição inédita do primeiro episódio do dorama *Merry berry love* (às 16h) e presença do ator e cantor coreano Lee Jin-hyuk (às 17h).

O palco Red Carpet estende o tapete para o desfile de *cosplay* (às 12h), bem como para as presenças do ilustrador da DC Comics Eddy Barrows (às 13h30) e do ator Zach Roe-

rig (às 18h), que interpreta o personagem Matt Donovan na série *The vampire diaries* (2009–2017). Já no Artists’ Alley, o jornalista e editor do suplemento literário *Correio das Artes*, Audaci Junior, media entrevistas com o quadrinista paraibano Shiko (às 14h) e Daniel Lopes (às 17h), da Editora Pipoca e Nanquim.

A produção brasileira sobre J.R.R. Tolkien (1892–1973) procura compreender a miríade de in-

fluências e inspirações que levaram o autor a criar mundos tão minuciosamente detalhados e complexos em suas obras. Tolkien foi premiado escritor e filólogo britânico, conhecido por histórias fantásticas como *O hobbit* (1937), *O senhor dos anéis* (1954–1955) e *O silmarillion* (1977) — da lista, apenas o último não ganhou (ainda) uma adaptação para o cinema —,

Codirigido por Érico Borgo e Laís Almeida, o longa explora países como Inglaterra, França e Suíça, em lugares e encontros que marcaram profundamente a vida e moldaram a mente produtiva de Tolkien.

“Retornar ao Imagineland pelo quarto ano é muito importante para mim, por-

que foi justamente no evento que mostrei pela primeira vez um trecho do filme”, afirma Borgo. O documentário é desdobrado de livro homônimo, recém-publicado pela editora HarperCollins Brasil, resultante de relatos de viagem, biografia literária e análises e reflexões do autor acerca da jornada por trás da Terra Média.

PROGRAMAÇÃO/
TEATRO SHAOLIN/HOJE

12h — Exibição: *Odisseia criativa: em busca de Tolkien*, com os diretores Érico Borgo e Laís Almeida

14h — Painel: *Odisseia criativa: em busca de Tolkien*, com os diretores Érico Borgo e Laís Almeida

15h — Painel: *Guerreiras do k-pop*, com os dubladores Analu Pimenta, Thais Feijó e Thadeu Matos

16h — Exibição: *Merry berry love*, pré-estreia do 1º episódio do dorama

17h — Painel: Lee Jin-hyuk, ator de dramas

18h — Painel: Lera Abova, atriz de *One Piece*



Artistas internacionais de hoje no evento: a russa Lera Abova, de *One piece* (acima) e o coreano Lee Jin-hyuk

Fotos: Divulgação

Em Cartaz

Cinema

Programação de 24 a 30 de setembro, nos cinemas de João Pessoa, Campina Grande, Patos, Guarabira e Remígio.

* Até o fechamento desta edição, o Cine Vieira, em São Bento, não havia divulgado sua programação.

ESTREIAS

CORAÇÃO SELVAGEM (*Heart of the beast*). EUA, 2026. Dir.: David Ayer. Elenco: Brad Pitt, J.K. Simmons. Aventura. Ex-soldado ferido e seu cão lutam para sobreviver em região selvagem do Alasca e voltar para casa. 1h41. 14 anos.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG: *sala 1*: qui. a ter.: dub.: 15h; leg.: 21h30; qua.: dub.: 15h. CINÉPOLIS MANAÍRA: *sala 1*: dub.: 13h40, 16h15, 18h50; leg.: 21h15. CINÉPOLIS MANGABEIRA: *sala 5*: leg.: qui. a ter.: 19h, 21h30. CINESERCLA TAMBIA: *sala 2*: dub.: 19h, 21h; *sala 3*: dub.: 16h50. **Campina Grande:** CINESERCLA PARTAGE: *sala 5*: dub.: 19h, 21h. **Patos:** PATOS MULTIPLEX: *sala 3*: dub.: 21h10. **Remígio:** CINE RT: dub.: dom. e ter.: 20h30; seg. e qua.: 18h10.

HOTEL AMOR. Portugal, 2025. Dir.: Hermano Moreira. Elenco: Jessica Athayde, Vera Moura, Marcelo Adnet. Comédia. Mulher tenta manter o emprego em hotel, depois que ele é vendido, mas os funcionários são pouco profissionais e os hóspedes, excêntricos. 1h30. 16 anos.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG: *sala 1*: 17h15. CINÉPOLIS MANAÍRA: *sala 2*: 21h.

A ILHA ESQUECIDA (*Forgotten island*). EUA, 2026. Dir.: Joel Crawford e Januel P. Mercado. Aventura/ animação. Duas amigas vão parar em mundo místico onde podem perder suas memórias. 1h49. 6 anos.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG: *sala 4*: dub.: 14h. CINÉPOLIS MANAÍRA: *sala 2*: 13h10, 15h40, 18h20. CINÉPOLIS MANGABEIRA: *sala 5*: dub.: 14h, 16h30. CINESERCLA TAMBIA: *sala 4*: dub.: 14h50. **Campina Grande:** CINESERCLA PARTAGE: *sala 4*: dub.: 14h50. **Patos:** CINE GUEDES: *sala 2*: dub.: dom.: 15h30; seg. a qua.: 16h40. **PATOS MULTIPLEX: sala 1**: dub.: 15h. **Guarabira:** CINEMAXXI CIDADE LUZ: *sala 2*: dub.: dom.: 14h; seg. a qua.: 16h30. **Remígio:** CINE RT: dub.: seg. e qua.: 14h.

MARIDO DE ALUGUEL. Brasil, 2026. Dir.: Paulo Fontenelle. Elenco: Mauricio Manfrini, Mariana Xavier. Comédia. Marido de aluguel começa a trabalhar para uma mulher e começa a se envolver com seus problemas pessoais. 1h24. 14 anos.

João Pessoa: CINÉPOLIS MANAÍRA: *sala 3*: qui. a ter.: 13h50, 16h, 18h15, 20h30; qua.: 13h50, 16h, 18h15. CINÉPOLIS MANGABEIRA: *sala 3*: 13h30, 18h50. CINESERCLA TAMBIA: *sala 3*: 18h50, 20h40. **Campina Grande:** CINESERCLA PARTAGE: *sala 3*: 16h50, 18h45.

ONE PIECE: O FILME (*Wan pisu*). Japão, 2000. Dir.: Junji Shimizu. Aventura/ animação. Piratas procuram o ouro lendário de um colega desaparecido. 1h30. 18 anos.

João Pessoa: CINÉPOLIS MANAÍRA: *sala 8*: dom.: dub.: 12h40, 14h30; leg.: 16h20; seg. a qua.: dub.: 14h30; leg.: 16h20. **Remígio:** CINE RT: dub.: dom. e ter.: 17h.

PRECISAMOS FALAR. Brasil, 2026. Dir.: Rebeca Diniz e Pedro Waddington. Elenco: Marjorie Estiano, Alexandre Nero, Hermila

Guedes. Drama. Dois casais de pais discutem sobre o que fazer quando descobrem que os filhos cometeram um crime bárbaro. 1h41. 16 anos.

João Pessoa: CINÉPOLIS MANAÍRA: *sala 8*: qui. a seg.: 18h10, 20h40.

VIRTUOSAS. Brasil, 2026. Dir.: Cintia Domit Bittar. Elenco: Bruna Linzmeyer, Maria Galant. Drama/ terror. Grupo de mulheres religiosas vão a retiro para desenvolvimento, mas a jornada se torna perigosa. 1h26. 16 anos.

João Pessoa: CINE BANGÜÊ: seg.: 18h50; qua.: 18h20.

PRÉ-ESTREIA

DIGGER (*Digger*). Reino Unido/ México/ EUA, 2026. Dir.: Alejandro G. Inarritu. Elenco: Tom Cruise, Riz Ahmed, John Goodman, Sandra Huller. Drama/ comédia. Homem poderoso provoca um desastre e embarca em missão para provar que é o salvador da humanidade. 2h08. 14 anos.

João Pessoa: CINÉPOLIS MANAÍRA: *sala 3*: leg.: qua.: 22h. CINÉPOLIS MANGABEIRA: *sala 2*: dub.: qua.: 22h.

VERITY (*Verity*). EUA, 2026. Dir.: Michael Showalter. Elenco: Anne Hathaway, Dakota Johnson, Josh Hartnett. Drama/ mistério. Escritora é contratada para ser a *ghost writer* de autora *best seller* que não consegue terminar seu romance após um acidente, mas descobre anotações perturbadoras. 1h54. Classificação não informada.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG: *sala 1*: leg.: qua.: 21h30. CINÉPOLIS MANAÍRA: *sala 5*: qua.: dub.: 18h; leg.: 20h45; *sala 6*: qua.: leg.: 18h30; dub.: 21h15; *sala 11 (VIP)*: leg.: qua.: 20h30. CINÉPOLIS MANGABEIRA: *sala 5*: dub.: qua.: 19h, 21h45. CINESERCLA TAMBIA: *sala 4*: dub.: qua.: 20h50. **Campina Grande:** CINESERCLA PARTAGE: *sala 4*: dub.: qua.: 20h50. **Patos:** CINE GUEDES: *sala 2*: dub.: qua.: 18h50, 21h. **PATOS MULTIPLEX: sala 1**: dub.: qua.: 18h30. **Guarabira:** CINEMAXXI CIDADE LUZ: *sala 2*: dub.: qua.: 19h, 21h25.

REAPRESENTAÇÃO

AKIRA (*Akira*). Japão, 1988. Dir.: Katsuhiro Otomo. Ficção científica/ animação. Numa Tóquio futurista, adolescente motoqueiro é transformado em ameaça psíquica por projeto militar. 2h04. 14 anos.

João Pessoa: CINE BANGÜÊ: qua.: 20h.

VINGADORES: ULTIMATO (*Avengers: Endgame*). EUA, 2019. Dir.: Anthony Russo e Joe Russo. Elenco: Robert Downey Jr., Chris Evans, Mark Ruffalo, Chris Hemsworth, Scarlett Johansson, Jeremy Renner, Paul Rudd, Benedict Cumberbatch, Chadwick Boseman, Brie Larson, Tom Holland, Zoe Saldana, Elizabeth Olsen, Tilda Swinton. Aventura/ ficção científica. Cinco anos após metade dos seres desaparecem por obra do vilão Thanos, os Vingadores tentam trazê-los de volta. 3h01. 12 anos.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG: *sala 3 (Atmos)*: dub.: 13h30, 17h; leg.: 20h45. CINÉPOLIS MANAÍRA: *sala 9*: 2D: dub.: 14h15; leg.: 18h; 3D: dub.: 21h45. CINÉPOLIS MANGABEIRA: *sala 1*: dub.: 2D: 14h15, 18h; 3D: 21h45. CINESERCLA TAMBIA: *sala 5 (laser)*: dub.: 14h30; *sala 6 (laser)*: 17h, 20h20. **Campina Grande:** CINESERCLA PARTAGE: *sala 1 (laser)*: dub.: 14h30; *sala 2 (laser)*: 17h, 20h20; *sala 3*: leg.: 20h30. **Patos:** CINE GUEDES: *sala 1*: dub.: qui. a ter.: 20h. CINE GUEDES: *sala 3*: dub.: 3D: 15h, 19h. **PATOS MULTIPLEX: sala**

4: dub.: 3D: 15h45; 2D: 19h45. **Guarabira:** CINEMAXXI CIDADE LUZ: *sala 2*: dub.: dom.: 16h. CINEMAXXI CIDADE LUZ: *sala 3*: dub.: dom.: 13h50, 20h10; qua.: 20h10; seg. e ter.: 16h40, 20h10. **Remígio:** CINE RT: dub.: dom. e ter.: 13h50; seg. e qua.: 19h50.

ESPECIAL

LINKIN PARK: UNSHATTER (*Linkin Park: Unshatter*). Coreia do Sul, 2026. Direção: Joseph Hahn e Mark Ritchie. Documentário/ show. Após sete anos, a banda Linkin Park se reúne. 1h50. Classificação não informada.

João Pessoa: CINÉPOLIS MANAÍRA: *sala 8*: leg.: qua.: 19h.

O QUATRILHO. Brasil, 1995. Direção: Fábio Barreto. Elenco: Glória Pires, Patrícia Pillar, Alexandre Paternost, Bruno Campos, Gianfrancesco Guarnieri, José Lewgoy. Drama/ romance. Dois casais de imigrantes vivem e trabalham juntos, mas as coisas se complicam quando o marido de uma e a esposa de outro se apaixonam. 1h32. 14 anos.

João Pessoa: ESPAÇO CINEMA PASSEIO: dom.: 19h. *Entrada franca.*

CONTINUAÇÃO

ANISTIA 79. Brasil, 2026. Dir.: Anita Leandro. Documentário. Em 1979, exilados brasileiros em Roma realizam uma conferência pela anistia no Brasil. 1h44. 10 anos.

João Pessoa: CINE BANGÜÊ: dom.: 16h25.

DA MAGIA À SEDUÇÃO: FEITIÇO DE AMOR (*Practical magic 2*). EUA, 2026. Dir.: Susanne Bier. Elenco: Sandra Bullock, Nicole Kidman, Dianne Wiest. Stockard Channing, Maisie Williams, Joey King. Comédia/ romance. Família de bruxas enfrenta a maldição de não ter amor. 1h50. 12 anos.

João Pessoa: CINÉPOLIS MANAÍRA: *sala 11 (VIP)*: leg.: 14h40, 17h40.

A DIVINA SARAH BERNHARDT (*Sarah Bernhardt, la divine*). França/ Bélgica, 2024. Dir.: Guillaume Nicloux. Elenco: Sandrine Kiberlain, Laurent Lafitte. Drama. Lendária atriz do teatro francês do fim do século 19 vive intenso romance e problemas de saúde. 1h38. 16 anos.

João Pessoa: CINE BANGÜÊ: leg.: ter.: 15h.

GATOS NO MUSEU 2: TESOUROS DO EGITO (*Koty ermitazha 2: tayna egipetskogo zala*). Rússia, 2026. Dir.: Vasilii Rovenskyi. Comédia/ animação. Gatos e rato correm ao Egito tentando encontrar antes um gênio que concede um desejo a cada mil anos. 1h30. 6 anos.

Guarabira: CINEMAXXI CIDADE LUZ: *sala 3*: dub.: dom.: 14h; seg. e ter.: 14h45; qua.: 16h10.

HOMEM-ARANHA: UM NOVO DIA (*Spi-der-Man: brand new day*). EUA/ Canadá/ Reino Unido/ Alemanha, 2026. Dir.: Destin Daniel Cretton. Elenco: Tom Holland, Zendaya, Sadie Sink, Mark Ruffalo. Aventura. A pressão desencadeia mudanças físicas assustadoras no Homem-Aranha, enquanto enfrenta misteriosa ameaça que domina mentes. 2h25. 12 anos.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG: *sala 2*: dub.: 14h30, 17h30. CINÉPOLIS MANAÍRA: *sala 4*: dub.: 13h30, 16h40, 20h. CINÉPOLIS MANGABEIRA: *sala 3*: dub.: 15h45. CINESERCLA TAMBIA: *sala 2*: dub.: 16h15. **Campina Grande:** CINESERCLA PARTAGE: *sala 5*: dub.: 16h15. **Guarabira:** CINEMAXXI CIDADE LUZ: *sala 3*: dub.: 17h20.

UMA INFÂNCIA ALEMÃ (*Amrum*). Alemanha, 2025. Dir.: Fatih Akin. Elenco: Jasper Billerback, Laura Tonke. Drama. Na Alemanha, o final iminente da 2ª Guerra atinge um menino e sua família. 1h33. 14 anos.

João Pessoa: CINE BANGÜÊ: leg.: seg.: 15h.

LISTA DE DESEJOS PARA SUPERAGÜI. Brasil, 2026. Dir.: Pedro Giongo. Documentário. Moradores de uma ilha de pescadores falam sobre o que desejam. 1h12. 12 anos.

João Pessoa: CINE BANGÜÊ: qua.: 17h.

MINHA MELHOR AMIGA. Brasil, 2026. Dir.: Susana Garcia. Elenco: Ingrid Guimarães, Monica Martelli. Comédia. Amigas resolvem viajar juntas para visitar as filhas no exterior. 2h05. 12 anos.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG: *sala 4*: 16h20, 19h. CINÉPOLIS MANAÍRA: *sala 5*: sáb. a ter.: 13h, 15h50, 18h40, 21h20; qua.: 13h; *sala 7*: dom., ter. e qua.: 13h15, 16h10, 19h, 21h40; seg.: 13h15, 16h10, 19h (sessão para portadores do espectro autista), 21h40; *sala 10 (VIP)*: 13h40, 16h30, 19h30; *sala 11 (VIP)*: qui. a ter.: 20h40. CINÉPOLIS MANGABEIRA: *sala 3*: 20h45; *sala 4*: dom., ter. e qua.: 13h15, 16h, 18h30, 21h15; seg.: 13h15, 16h, 18h30 (sessão para portadores do espectro autista), 21h15. CINESERCLA TAMBIA: *sala 5 (laser)*: 18h10, 20h30; *sala 6 (laser)*: 14h40. **Campina Grande:** CINESERCLA PARTAGE: *sala 1 (laser)*: 18h10, 20h30; *sala 2 (laser)*: 14h40. **Patos:** CINE GUEDES: *sala 1*: dom.: 18h30, 21h; seg. a qua.: 17h40. **PATOS MULTIPLEX: sala 3**: 16h, 18h40. **Guarabira:** CINEMAXXI CIDADE LUZ: *sala 1*: 16h15, 18h40, 21h15. **Remígio:** CINE RT: dub.: dom. e ter.: 18h20; seg. e qua.: 15h50.

MORTE E VIDA MADALENA. Brasil, 2026. Dir.: Guto Parente. Elenco: Noá Bonoba, Tavinho Teixeira. Comédia/ drama. Produtora de cinema enfrenta vários problemas pessoais enquanto tenta manter seu filme de pé. 1h25. 16 anos.

João Pessoa: CINE BANGÜÊ: dom.: 20h; ter.: 17h10.

MUITO PRAZER. Brasil, 2026. Dir.: Jorge Furtado. Elenco: Daniel de Oliveira, Luiza Araoz, Samantha Jones. Comédia/ romance. Ao colocar um motel abandonado para funcionar, dupla começa a produzir vídeos pornô sem os clientes saberem. 1h38. 14 anos.

João Pessoa: CINE BANGÜÊ: dom.: 18h20; ter.: 20h20.

NÃO EXISTE ALMOÇO GRÁTIS. Brasil, 2026. Dir.: Pedro Charbel e Marcos Nepomuceno. Documentário. Líderes de cozinha solidária preparam comida para centenas de pessoas na posse do presidente. 1h14. Livre.

João Pessoa: CINE BANGÜÊ: ter.: 18h50.

NOSSO SEGREDO. Brasil, 2026. Dir.: Grace Passó. Elenco: Ju Colombo, Flip, Robert Frank. Drama. Família que vive um luto é abalada por revelação do filho caçula. Melhor filme no Festival de Gramado. 1h48. 14 anos.

João Pessoa: CINE BANGÜÊ: seg.: 16h50.

A ODISSEIA (*The odyssey*). Reino Unido, EUA, 2026. Dir.: Christopher Nolan. Elenco: Matt Damon, Tom Holland, Anne Hathaway, Robert Pattinson, Lupita Nyong'o, Samantha Morton, Zendaya, Charlize Theron. Aventura. Após a Guerra de Troia, herói grego tenta voltar para casa, enfrentando criaturas míticas, enquanto sua esposa resiste às investidas de pretendentes. 2h52. 12 anos.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG: *sala 2*: leg.: 20h30.

PAPAYA. Brasil, 2026. Dir.: Priscilla Kellen. Vozes: Aretha Garcia Rollo, Tulipa Ruiz. Infantil/ animação. Semente na Amazônia sonha em voar e tenta não se enraizar na terra. 1h14. 10 anos.

João Pessoa: CINE BANGÜÊ: dom.: 15h. CINÉPOLIS MANAÍRA: *sala 8*: ter.: 19h.

RESIDENT EVIL (*Resident Evil*). Alemanha/ EUA, 2026. Dir.: Zach Cregger. Elenco: Austin Abrams, Paul Walter Hauser. Terror/ ficção científica. Ao entregar pacote em hospital, mensageiro se vê no meio de um ataque de criaturas mutantes. 1h30. 18 anos.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG: *sala 1*: leg.: 19h30; *sala 4*: leg.: 21h45. CINÉPOLIS MANAÍRA: *sala 6*: dub.: qui. a ter.: 14h45, 17h, 19h15, 21h30; qua.: 14h45. CINÉPOLIS MANGABEIRA: *sala 2*: dub.: dom., ter. e qua.: 13h, 15h15, 17h30, 19h45, 22h; seg.: 13h, 15h15, 17h30, 19h45. CINESERCLA TAMBIA: *sala 4*: dub.: qui. a ter.: 17h, 18h55, 20h50; qua.: 17h, 18h55. **Campina Grande:** CINESERCLA PARTAGE: *sala 4*: dub.: qui. a ter.: 17h, 18h55, 20h50; qua.: 17h, 18h55. **Patos:** CINE GUEDES: *sala 2*: dub.: qui. a ter.: 19h20, 21h10; qua.: 19h15, 21h10. **PATOS MULTIPLEX: sala 1**: dub.: 19h, 21h. **Guarabira:** CINEMAXXI CIDADE LUZ: *sala 2*: dub.: dom.: 19h30, 21h35; seg. e ter.: 19h20, 21h30. CINEMAXXI CIDADE LUZ: *sala 3*: dub.: qua.: 18h10.

RIO DE CLARICE. Brasil, 2026. Dir.: Eunice Gutman, Maria Luiza Aboim, Taciana Oliveira, Barbara Kahane, Nicole Allgranti. Elenco: Leticia Isnard, Leticia Spiller, Lucélia Santos. Drama. Cinco histórias baseadas em contos de Clarice Lispector. 1h21. 12 anos.

João Pessoa: CINE BANGÜÊ: seg.: 20h30; qua.: 15h.

Teatro

HOJE

BELINHA E O PLANO SECRETO DA ZARA. Show se torna um grande mistério no palco. 1h.

João Pessoa: TEATRO PAULO PONTES (Espaço Cultural, R. Abdias Gomes de Almeida, nº 800, Tambauzinho). Domingo, 27/9, 17h. Ingressos: R\$ 200 (inteira) e R\$ 100 (meia), antecipados pela plataforma Sympyla.

CALVERO: CAFETINA DISSIMULADA. Direção: Maria Clara Bahr. Família de assassino encara mistérios envolvendo um bordel.

João Pessoa: THEATRO SANTA ROZA (Praça Pedro Américo, s/n, Centro). Domingo, 27/9, 18h. Ingressos: R\$ 50 (inteira) a R\$ 25 (meia), antecipados pela plataforma Sympyla.

Música

AMANHÃ

SANHAUÁ SAMBA CLUBE. Roda de samba de artistas paraibanos, com clássicos do gênero e músicas autorais.

João Pessoa: VILA DO PORTO (Praça São Frei Pedro Gonçalves, nº 8, Varadouro). Segunda, 28/9, 21h30. Ingressos: de R\$ 20 (meia/ 1º lote) a R\$ 50 (inteira/ 2º lote), antecipados na plataforma Shotgun.

GOVERNABILIDADE

Arte política de conciliar interesses

Estabilidade das agendas públicas propostas pelo Poder Executivo depende da efetividade da coalizão com o Legislativo

Nalim Tavares
nalimtavaresrdo@gmail.com

Governar, no presidencialismo brasileiro, não depende apenas da vitória nas urnas. Depois de eleito, o chefe do Executivo precisa transformar as propostas apresentadas ao eleitorado em programas, projetos e políticas públicas — e, para isso, muitas vezes, é necessário ter apoio no Congresso Nacional. Nessa relação entre a agenda escolhida pelo governo eleito e a necessidade de construir apoio no Legislativo, está uma das principais questões da governabilidade: a capacidade de conciliar interesses distintos em prol de um objetivo, por meio de alianças e coalizões entre diferentes setores e grupos políticos.

Em um sistema democrático, a governabilidade é um elemento-chave. No Brasil, o termo está associado ao modelo de presidencialismo de coalizão — expressão utilizada para demonstrar a importância do Legislativo na aprovação de projetos do Executivo. Mesmo contando, em teoria, com o respaldo do eleitorado, uma proposta apresentada durante a campanha não está automaticamente garantida pela chegada efetiva do candidato ao cargo: dependendo da medida, será necessário, por exemplo, aprovar uma lei, alterar um orçamento ou contratar empréstimos, e todas essas situações dependem da construção de acordos com o Poder Legislativo, tanto na esfera federal quanto nos estados e municípios.

Segundo Carlos Pessoa, advogado especialista em Direito Constitucional, a agenda governamental — que, em linhas simples, é o conjunto de temas, problemas e demandas que ganham a atenção direta dos governantes — começa, em grande medida, no programa político apresentado aos eleitores, mas, caso eleito, o gestor precisa submeter suas propostas para a aprovação de outros poderes. “Um presidente pode desejar, por exemplo, promover determinada reforma tributária. A vontade política, entretanto, não basta. Se a matéria exigir lei ou emenda constitucional, será necessário construir apoio parlamentar”, ilustra.

Nesse percurso, a governabilidade torna-se fundamental para alcançar a aprovação normativa, implementação administrativa e, por fim, os resultados esperados. “A governabilidade está, justamente, na capacidade de fazer essa engrenagem funcionar sem romper os limites constitucionais. Ou seja: é a capacidade de um governo democraticamente legitimado construir, dentro das instituições e mediante negociação legítima, as condições necessárias para formular, aprovar e executar sua agenda, sem transformar a cooperação entre os poderes em submissão de um ao outro”, explica o advogado.

Conforme expresso na Constituição Federal de 1988, lei brasileira máxima, que define os direitos dos cidadãos



Apesar de a Constituição dividir o sistema público em três poderes, eles estão integrados por mecanismos de controle e cooperação

e as regras de funcionamento do país, a República Federativa do Brasil é formada pela “união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal”. Assim, o sistema político da nação está dividido em três esferas — União, Estados e Municípios, além do Distrito Federal (DF). A Constituição também estabelece, em seu artigo 2º, que “são poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário” — e essa composição, conhecida como “tripartição dos poderes”, tem como

objetivo gerar um sistema equilibrado, em que nenhum poder fique sem a fixação de limites e sem mecanismos de controle e vigilância. Cada categoria possui competências específicas: enquanto o Executivo concretiza as políticas públicas e executa as leis, o Legislativo cria normas e fiscaliza o Poder Executivo, e o Judiciário busca garantir os direitos e o cumprimento das leis. Entretanto, embora cada poder tenha funções típicas, elas não são exclusivas. De acordo com Carlos Pes-

soa, “a Constituição não concede a separação dos poderes como uma muralha entre órgãos do Estado, mas como uma arquitetura de competências, controles e cooperação. Por isso, excepcionalmente, permite ao Executivo produzir normas com efeitos jurídicos relevantes, ao mesmo tempo em que submete esse exercício ao controle constitucional e parlamentar”, aponta. Visando à melhoria da gestão, o Poder Executivo pode, por exemplo, apresentar projetos de lei ao Poder

Legislativo. Tais projetos, por sua vez, têm que ser aprovados pelo Congresso Nacional — última instância na aprovação das leis que regem o país, composto por duas casas legislativas: a Câmara dos Deputados e o Senado Federal. Segundo o cientista político Lúcio Flávio Vasconcelos, é daí que vem a necessidade, tanto do presidente quanto do governador, de formar maioria no Poder Legislativo. “Isso passa por nomeações para cargos estratégicos na administração federal ou estadual”, menciona.



Sem o apoio dos parlamentares, o Executivo fica sujeito a não conseguir implantar seus projetos de gestão

Lúcio Flávio Vasconcelos

Emendas parlamentares representam um desafio

O sistema eleitoral utilizado no Brasil é misto, o que significa dizer que é composto por dois modelos, o majoritário e o proporcional. No sistema majoritário, o candidato mais votado vence, e é a partir dele que se elege o Poder Executivo — presidente da República, governador e prefeito —, além dos senadores, que integram o Legislati-



Com isso, o estabelecimento de maiorias que expressem suporte à governabilidade ficou mais difícil

Darcon Sousa

vo. No caso da disputa pela presidência, é preciso conseguir maioria absoluta para vencer a eleição: o candidato tem que conquistar a metade mais um dos votos válidos, sem contar os brancos e os nulos. Quando isso não ocorre no primeiro turno, o segundo é realizado entre os dois primeiros colocados. Já o sistema proporcional, um pouco mais complexo, é utilizado para eleger deputados federais, estaduais e distritais, além dos vereadores. Nesse modelo, aplicam-se os quocientes eleitoral (QE) — definido pela soma de votos válidos, excluindo brancos e nulos, dividida pelo número de cadeiras em disputa — e partidário (QP) — o resultado do número de votos válidos obtidos, pelo partido isolado ou pela coligação, dividido pelo quociente eleitoral. O total obtido após a conta corresponderá ao número de cadeiras a serem ocupadas pela legenda; com isso, os votos não servem apenas para eleger um candidato, mas também para conferir mais força ao partido ou à coligação a que ele pertence. “Sem o apoio dos parlamentares, tanto o Executivo

federal quanto o Executivo estadual ficam sujeitos a não conseguirem implantar seus projetos de gestão”, discorre Lúcio Flávio. Ele reitera que a governabilidade, no Brasil, remete ao presidencialismo de coalizão, com várias legendas tornando-se aliadas para assegurar a aprovação de leis, e depende diretamente da articulação entre os poderes. Conforme Darcon Sousa, que é cientista político e professor da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), essa correlação é um grande desafio político, sobretudo em âmbito federal. De acordo com ele, a relação entre a instituição das emendas parlamentares — instrumentos que permitem que deputados e senadores proponham alterações no projeto de lei orçamentária anual do governo, com o objetivo de direcionar verba para estados, municípios e instituições, em função de compromissos políticos que assumiram — e a execução do orçamento público é um dos temas mais debatidos na política e na economia brasileira atualmente — conversa que está diretamente associada ao equilíbrio entre

os poderes Executivo e Legislativo. “A instituição das emendas parlamentares e o seu constante avanço sobre o orçamento público gerou um parlamento descolado das prioridades governamentais e com recursos próprios para destinar às suas bases eleitorais. Dessa forma, diminuiu o poder de barganha do Executivo e sua capacidade de criar adesão às pautas que dele provêm”, disserta o cientista político. Darcon também considera que, embora o Poder Executivo não seja obrigado a dar cumprimento a todas as emendas, algumas delas possuem caráter impositivo. “Com isso, o estabelecimento de maiorias que expressem suporte à governabilidade ficou mais difícil. Sendo assim, é curta a margem de manobra do Executivo para implementar políticas públicas quando elas contrariam interesses de grupos parlamentares desalinhados do Governo Federal, e que já dispõem de dinheiro do orçamento para suas prioridades”, reflete. Nesse cenário, a capacidade do Executivo de construir e manter uma maioria

sólida no Legislativo, para aprovar sua agenda de governo, ganha uma nova camada de desafio. Para Carlos Pessoa, especialista em Direito Constitucional, “governabilidade não significa que o Executivo deva dominar o Legislativo, pois isso seria, justamente, a negação da separação dos três poderes. Tampouco significa que o Congresso deva simplesmente aprovar tudo aquilo que o governo deseja: em uma democracia constitucional, o Legislativo possui autonomia, legitimidade própria e função fiscalizatória”. Por isso, ele afirma que, para a relação entre os poderes ser considerada saudável, precisa ser de interdependência com cooperação, em prol do bem comum do país — um princípio conhecido como “sistema de freios e contrapesos”. “Em última análise, a democracia não se mede apenas pela capacidade de vencer eleições, mas também pela capacidade de governar respeitando aqueles que não venceram, negociar com aqueles que divergem e submeter o exercício do poder aos limites da Constituição”, conclui o advogado.

CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Lei assegura prioridade no acesso à natureza

ECA Ambiental estabelece o direito a brincar livre em ambientes saudáveis

Agência Gov

Garantir que crianças e adolescentes tenham acesso prioritário a praças, parques e áreas verdes próximas de casa e da escola tornou-se norma nacional com a Lei nº 15.512, de 22 de setembro de 2026. A nova legislação altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei nº 8.069/1990), a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981) e a Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei nº 12.187/2009).

Conhecida como “ECA Ambiental”, a lei reconhece e estabelece princípios e diretrizes para a efetivação do direito à natureza para crianças e adolescentes. Também determina que União, estados, Distrito Federal e municípios devem atuar de forma colaborativa e intersetorial para garantir que políticas de planejamento urbano, educação e proteção ambiental considerem crianças e adolescentes com prioridade absoluta, inclusive na prevenção e resposta a emergências climáticas.

A nova legislação está em consonância com os princípios da proteção integral e da prioridade absoluta, previsto no art. 227 da Constituição Federal e no próprio ECA, cujo art. 4º passa a incluir expressamente a natureza entre os direitos que devem ser assegurados a crianças e adolescentes.

A medida dialoga, ainda, com a Resolução Conanda



Foto: Carlos Rodrigo

Políticas públicas devem garantir o acesso a áreas verdes e o vínculo com o meio ambiente

nº 273/2025, que estabelece parâmetros para a atuação do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) no contexto das mudanças climáticas, incluindo riscos, eventos extremos e desastres, e com o Protocolo Nacional para a Proteção Integral de Crianças e Adolescentes em Situação de Riscos e Desastres. O documento foi lançado durante a COP30 como instrumento de fortalecimento das políticas públicas de proteção integral nesses contextos.

Legislação

O texto define que o direito à natureza abrange o acesso a ambientes saudáveis, o brincar livre em áreas verdes e azuis, o fortalecimento de vínculos socioafetivos com o meio ambiente e a educação baseada na natureza. A norma ainda fixa prioridade de acesso e de acessibilidade a esses espaços para crianças na primeira infância; crianças e adolescentes com deficiência; e crianças e adolescentes em situação de risco ou vulnerabilidade socioeconômica.

A garantia da prioridade absoluta também impõe que gestores públicos e entes privados considerem o melhor interesse de crianças e adolescentes em decisões sobre políticas socioambientais e urbanas. Isso inclui preferência no recebimento de proteção em situações de desastres e emergências climáticas, além do amparo prioritário a crianças e adolescentes defensores socioambientais e suas famílias, especialmente os pertencentes a povos e comunidades tradicionais.

Diretrizes incluem urbanismo e educação

O ECA Ambiental possui diretrizes específicas para a gestão das cidades e a organização dos sistemas de ensino. Dentre as prioridades, estão:

- Desenvolvimento e mobilidade urbana: o planejamento das cidades deve incentivar a criação de rotas seguras e caminhos lúdicos para a circulação a pé ou por bicicleta, praças e pátios naturalizados com equipamentos para brincar, priorizando a escala do bairro e o entorno escolar. Devem ser estruturados, ainda, sistemas de alerta e rotas de fuga acessíveis e de fácil compreensão para crianças e adolescentes em caso de

eventos climáticos extremos;

- Educação baseada na natureza: redes de ensino são estimuladas a integrar a educação ambiental e climática a estratégias pedagógicas e à infraestrutura escolar. A norma orienta a valorização da vegetação nativa nos pátios, a criação de áreas de sombra, hortas, manejo integrado de águas e a garantia de acessibilidade às pessoas com deficiência;

- Proteção em deslocamentos climáticos: em casos de deslocamentos populacionais causados por mudanças no clima, a lei assegura o direito de crianças e adolescen-

tes permanecerem com suas famílias ou responsáveis legais, prevenindo a separação e garantindo proteção contra exploração, abusos e discriminação.

Rede de proteção

Para a efetivação das medidas, a legislação prevê a formulação e implementação da Política Nacional Integrada do Direito da Criança e do Adolescente à Natureza, com acompanhamento intersetorial. Também preconiza o aprimoramento da coleta de dados sobre violações de direitos e a formação inicial e continuada de profissionais

do SGDCA que atuam em órgãos públicos ou na sociedade civil, principalmente na promoção, na defesa e no controle dos direitos de crianças e adolescentes.

A formulação e o acompanhamento da Política Nacional Integrada deverão ocorrer em espaço intersetorial, a ser definido em regulamento. A previsão reforça a necessidade de articulação entre diferentes políticas públicas e os órgãos que integram o SGDCA.

O tratamento das denúncias relativas à violação do direito de crianças e adolescentes à natureza deverá compor fluxo de encaminhamento à Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH), por meio do Disque 100, bem como aos conselhos tutelares, ao Ministério Público e às autoridades policiais, preferencialmente delegacias especializadas.

■
Lei preconiza que crianças e adolescentes permaneçam com suas famílias em caso de deslocamento por mudanças climáticas

Toca do Leão

Fábio Mozart
mozartpe@gmail.com | Colaborador

Microcrônicas (60)

“O bedego cegamente às mulheres. A minha esposa ameaçou me deixar se eu continuasse a beber em mesa de bar. Jurei pra minha nega que nunca mais me sentaria numa mesa de bar para beber. E cumpri a palavra: daí por diante comecei a só beber em pé, no balcão” (Ameba, o salafrário).

“Depois das fêmeas, o que mais adoro é a milagrosa água que bem-te-vi não bebe, porque só o homem afinado com o derivado do álcool molha a palavra, espanta a tristeza e batiza o padre” (Idem).

“Chamam-me de pernóstico e mentiroso, mas sou bastante considerado na terra onde minha mãe me inaugurou e aprendi a ser pobre. Meu pai era um guarda-civil que depois foi promovido a porteiro do cabaré de Madame Preciosa, mas nunca assumiu. Isto é, jamais assumiu a paternidade” (Ameba, o fela da gaita).

Segundo um evangelho apócrifo que nunca foi encontrado, o traidor Judas não morreu, que traíra não morre nunca. Foi visto pela última vez pedindo anistia para fascista e esmolando toco do Vercaro, pois, segundo dizem, vive enforcado.

Nosso amigo Sérgio Ricardo das Baratas só bebe quando tem um bom motivo. Nem precisa ser bom, apenas bonzinho.

Tomei um livro por empréstimo ao Sérgio e não pretendo devolver, seguindo a tradição do bom leitor, que é socializar o acesso aos livros.

Depois de lido por mim, o livro vai compor o acervo da Biblioteca Comunitária Arnaud Costa, da Sociedade Cultural Poeta Zé da Luz, na esperança de merecer visitaçao de outro leitor.

A maioria é gente ruim. Só se salvam os que correm por fora, os alternativos, o povo que vê o mundo com o filtro da simplicidade e imaginação. Sem amarras ideológicas, sem raiva, sorvendo a vida com prazer e loucura.

Li na *internet* ontem: “Saia de sua egoidade”. O autor intelectual do neologismo não foi identificado. Fica aqui meu reconhecimento. Gosto das pessoas que não se conformam com a mesmice e acabam mudando, pelo menos as palavras.

Fantasma oficial. Na China, é proibido reencarnar sem autorização do governo.

Ousar, eu ousar, e como faço vibrar a corda de bardo renitente na minha cachola limitada! Mas, em vão, os influxos da arte são requeridos. Raramente aparecem e, quando surgem, as flautas de chamar inspiração estão todas entulhadas de asnicas e despautérios.

Resta só o gosto gratuito de montar pobres rimas e ser chamado de poeta.

Depois de morto, espero não ser importunado por parente querendo falar com meu espírito em mesa branca.

“O escritor que escreve às cegas pode ser um iluminado”, acredita o poeta itabaianense André Ricardo Aguiar. E quem lê às cegas corre o risco de penetrar aleatoriamente no mistério das coisas, até, quem sabe, chegar a um grau de maravilhamento a ponto de viajar no pavão misterioso sem maiores perplexidades.

É por isso que serei sempre aprendiz, sendo que minha meta é aguçar a capacidade de ver mais o singelo e trivial com algum encantamento. Cuido mais do conteúdo, como bom leitor cego que acho que sou.

Columnista colaborador



Foto: Rovena Rosa/Agência Brasil

Norma orienta educação baseada na natureza, com a criação de hortas e áreas de sombra

SEGURANÇA

Exército simula defesa cibernética

Agência Brasileira de Inteligência e especialistas têm apontado riscos de interferência estrangeira na eleição

Lucas Pordeus León
Agência Brasil

O Exército Brasileiro coordenou, no período de 21 a 25 de setembro, a oitava edição do evento Guardião Cibernético às vésperas da eleição presidencial. A ação veio em meio aos alertas, tanto de especialistas, quanto da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), para possíveis interferências estrangeiras no pleito brasileiro.

O evento do Exército reuniu 1,3 mil participantes em Brasília e outras seis capitais do país, como São Paulo, Recife, Curitiba e Manaus. A simulação contou com cerca de 300 organizações e representantes de 14 países.

Classificado como “um dos mais abrangentes treinamentos de defesa cibernética do Hemisfério Sul”, o encontro simulou ameaças digitais com o objetivo de treinar a cooperação entre instituições públicas e privadas para casos de ataques cibernéticos que possam afetar serviços essenciais à população.

“Durante o exercício, foram reproduzidos cenários de ataques cibernéticos complexos e coordenados, permitindo testar procedimentos, aperfeiçoar planos de contingência e identificar soluções para ampliar a resiliência nacional”, afirmou o Exército, em nota.

A iniciativa reuniu, além



Foto: Cabo Marcos/COMISEX

Edição do evento Guardião Cibernético durou cinco dias, reuniu 1,3 mil participantes e contou com cerca de 300 organizações e representantes de 14 países

das Forças Armadas, órgãos governamentais, entidades reguladoras e operadores de infraestruturas críticas dos setores de energia, abastecimento de água, telecomunicações, finanças, entre outros.

Riscos de ciberataques

Na semana passada, um relatório da Abin divulga-

do pela *Folha de S.Paulo*, e confirmado pela TV Brasil, alertou para risco de influência ou interferência dos Estados Unidos (EUA) nas eleições brasileiras de 2026.

Elaborado em agosto deste ano, o documento classifica a possibilidade de interferência externa com um “nível de crítica-

de” e contextualiza o problema dizendo que “a reafirmação da hegemonia dos EUA na América Latina” é prioridade do segundo governo do presidente estadunidense, Donald Trump.

Analistas consultados pela Agência Brasil têm alertado para o risco de ação cibernética dos EUA

ou de *big techs* com o objetivo de influenciar as eleições gerais de outubro, o que poderia desestabilizar sistemas informáticos e computacionais.

No dia 12 de agosto, a Casa Branca publicou memorando prevendo parceria com empresas privadas para ações que envolvem “acesso a tais sistemas de

informação sem autorização do proprietário ou operador ou excedendo o acesso autorizado”.

Nesta semana, a Austrália denunciou uma invasão em *site* com estatísticas de saúde pública do país pela OpenAI, dona do ChatGPT, uma das principais companhias de inteligência artificial do mundo.

Coalizão usa cartéis para interferir na América Latina

Lucas Pordeus León
Agência Brasil

A coalizão Escudo das Américas, liderada pelos Estados Unidos e que reúne outros 14 países latino-americanos, usa o combate aos cartéis de drogas como pretexto para interferir nos países da América Latina e barrar a influência econômica da China na região.

Essa é a avaliação de especialistas em relações internacionais na América Latina consultados pela Agência Brasil, como o professor de Ciência Política da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) Danilo Enrico Martuscelli. “O Escudo das Américas é uma retomada desse processo de tentativa de aneação colonial ou imperial dos países latino-americanos em relação aos EUA dentro de uma lógica geopolítica de disputa comercial e tecnológica com a China”, disse.

Nesta semana, às margens da 81ª Assembleia Geral da ONU, em Nova York, os 15 países da coalizão divulgaram documento informando a intenção de levar a proposta de combate aos cartéis para dentro da Organização dos Estados Americanos (OEA).

No documento divulgado, as nações concordaram ainda em classificar como “terroristas” 24 grupos narcotraficantes, entre eles os brasileiros Primeiro Coman-

do da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV).

O especialista Danilo Enrico Martuscelli classifica a política do segundo mandato de Donald Trump como “de agressão imperial aberta” e, ao questionar a política de combate aos cartéis da Casa Branca, lembra que o próprio Trump deu indulto ao ex-presidente de Honduras Juan Orlando Hernández, condenado a 45 anos de prisão por facilitar a importação de toneladas de cocaína para os EUA.

“Uma pessoa que está comprometida a combater o narcotráfico vai dar indulto e liberar um narcotraficante? Eles querem combater o narcotráfico, mas no quintal dos outros. Internamente, o que eles fazem para controlar o controle desse crime organizado?”, questionou Danilo Martuscelli.

Criado em março deste ano, o Escudo das Américas é formado atualmente por EUA, Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guiana, Honduras, Panamá, Paraguai, Peru e Trinidad e Tobago.

Ingerência

O professor de Relações Internacionais do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP) Robson Valdez ponderou que o foco principal do Escudo das Américas é a possibili-

dade de utilizar o narcotráfico para legitimar ingerências na América Latina.

“E, indiretamente, isso sinaliza para a China que a manutenção das suas relações com os países da região teria de ser revista e sob a perspectiva da política externa norte-americana”, comentou.

Para Valdez, a coalizão visa, “principalmente, [legitimar] a presença física de tropas americanas na região a pretexto de combater o crime organizado”.

Brasil

Sem ter sido convocado para participar da iniciativa, o governo brasileiro encara o Escudo das Américas com cautela, ao mesmo tempo que mantém as medidas de cooperação internacional no combate ao crime organi-

zado com os países da região.

Para Brasília, a iniciativa pode ser usada por Washington para obter alinhamentos automáticos no campo econômico, com possíveis restrições à presença da China na América Latina.

Ao anunciar a coalizão, o governo Donald Trump informou que a iniciativa tem como objetivo, além do combate ao narcotráfico, “manter as ameaças externas afastadas, incluindo as influências estrangeiras malignas provenientes de fora do Hemisfério Ocidental”.

Escudo na OEA

No documento conjunto publicado nesta semana, o grupo informa que pretende apresentar proposta à OEA para atuação conjunta dos países no combate ao narcotráfico.



Foto: Divulgação/White House

O Escudo das Américas é formado por 15 países e foi criado em março deste ano

SELEÇÕES

Vagas têm salários de até R\$ 15 mil

Mais de 800 oportunidades de trabalho no serviço público incluem cargos na Paraíba, Pernambuco e em Alagoas

Iris Machado
irmschdo@gmail.com

Setembro encerra com notícias animadoras para quem almeja uma vaga no serviço público: mais de 800 postos de trabalho oferecem salários de até R\$ 15 mil no Nordeste. Na Paraíba, pela primeira vez, a Defensoria Pública do Estado (DPE-PB) publicou um concurso para servidores efetivos, a fim de adicionar novos técnicos e analistas ao expediente da instituição. Outras oportunidades também estão no Sertão pernambucano, nas prefeituras municipais de Exu e Trindade, e no estado de Alagoas, que disponibiliza 172 vagas no Corpo de Bombeiros Militar estadual (CBMAL).

DPE-PB

Publicado neste mês, o primeiro concurso público da DPE-PB está em busca de 20 funcionários de nível médio e superior. No total, o certame oferta nove postos de trabalho a técnicos e 11 a analistas, nas modalidades de assistente jurídico; assistente social; auditor interno; desenvolvimento de sistemas; suporte e infraestrutura de redes; e segurança da informação, assim como uma vaga sem especialidade, aberta a profissionais de qualquer área de formação.

Conforme o cargo, a jornada de trabalho gira em torno de seis horas diárias corridas ou oito horas com intervalo de duas horas, enquanto os salários variam de R\$ 4.042,50 a R\$ 5.197,50. Para participar da seleção, é necessário acessar o *site* da Fundação Carlos Chagas (FCC), das 10h de 28 de setembro de 2026 às 23h59 de 13 de novembro de 2026. As taxas de inscrição vão de R\$ 103 a R\$ 123.

Quem se enquadrar nos critérios estabelecidos no edital deverá solicitar a isenção do pagamento das 10h do dia 28 de setembro de 2026 às 23h59 do dia 29 de setembro de 2026. O processo seletivo inclui uma prova objetiva para todos os candidatos e uma etapa discursiva apenas aos inscritos nos postos de analista. Ambos os testes estão previstos para aplicação no dia 28 de fevereiro de 2027, em João Pessoa.



Por meio do *QR Code*,
acesse o edital do DPE-PB

Prefeituras pernambucanas

Duas prefeituras do Sertão de Pernambuco também planejam uma expansão no quadro de funcionários, a partir de pelo menos 674 vagas imediatas em concursos públicos. Na cidade de Exu, 321 profissionais de todos os níveis de escolaridade encon-

tram postos de trabalho. O maior número de oportunidades abrange os setores administrativo, de apoio escolar, magistério e de transportes.

O edital sofreu atualizações depois de uma decisão do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), responsável por alterações na oferta de cargos e no prazo de inscrição, aberto até 2 de outubro de 2026. O expediente varia de 20 a 40 horas semanais ou 150 horas mensais, com salários de R\$ 1.621 a R\$ 15.180. Todos os cadastros ocorrem exclusivamente no portal do Instituto de Apoio à Gestão Educacional (Igeduc), mediante o pagamento de uma taxa entre R\$ 85 e R\$ 150, de acordo com o grau de instrução da vaga desejada.

Para todos os cargos, haverá uma prova objetiva, aplicada em 18 de outubro de 2026. Inscritos em funções de nível superior ou magistério serão submetidos, posteriormente, a uma avaliação de títulos. O certame prevê, ainda, uma análise de comprovantes de residência para candidatos aos postos de agente comunitário de saúde, assim como um curso de formação destinado a agentes comunitários de saúde, agentes de combate às endemias, agentes de trânsito e orientadores de trânsito.



Por meio do *QR Code*,
acesse o edital da
Prefeitura de Exu

Já no município de Trindade, a prefeitura está atrás de 353 profissionais de nível médio, técnico e superior. Embora em Exu haja uma grande demanda para o preenchimento de vagas na educação municipal, as áreas administrativa e da saúde também ofertam chances de entrada no serviço público local. Destacam-se, junto aos cargos de magistério, as funções de técnico de Enfermagem, enfermeiro e guarda civil municipal, com 32, 21 e 17 postos imediatos, respectivamente.

A carga horária totaliza 20 a 40 horas por semana e vencimentos de R\$ 1.600 a R\$ 6.600 — acrescidos de assistência financeira complementar da União, a depender do cargo pretendido. As inscrições permanecem abertas até 19 de outubro de 2026, por meio da plataforma da banca organizadora Igeduc, com taxas que variam de R\$ 125 a R\$ 150.

A aplicação das provas objetivas, de caráter classificatório e eliminatório, será nos dias 5 e 6 de dezembro de 2026. Haverá uma etapa de avaliação de títulos e experiência para funções de nível superior, uma análise de comprovação de residên-

cia voltada a agentes comunitários de saúde e um curso de formação para os cargos elencados no edital. Candidatos às vagas de agente de trânsito e guarda civil municipal realizarão, além disso, testes de aptidão física, avaliações psicológicas e exames de saúde e investigação social.



Por meio do *QR Code*,
acesse o edital da
Prefeitura de Trindade

CBMAL

Ingressar na carreira militar também é uma opção para os concurseiros dispostos a se aventurar na seleção do CBMAL. A Secretaria de do Planejamento, Gestão e Patrimônio do estado (Seplag-AL) reabriu o certame neste mês, após a adequação do edital às determinações judiciais que causaram a suspensão do concurso em agosto, referentes ao limite de idade e às vagas reservadas para pessoas com deficiência (PcD). O órgão disponibiliza 172 postos imediatos e formação de cadastro de reserva para as funções de oficial de estado-maior e soldado do Quadro de Praças Bombeiros Militares (QPBm), de qualificação 1 ou 2, todos de nível médio.

As inscrições seguem até as 18h do dia 26 de outubro de 2026, por meio do sistema do Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebraspe) e o pagamento de um valor de R\$ 150. Candidatos já inscritos agora terão a oportunidade de optar por concorrer às vagas destinadas a PcD, e os cadastros anteriormente efetuados continuam válidos.

Em expediente de dedicação integral, as remunerações iniciais partem de R\$ 2.354,67 e chegam a até R\$ 11.563,77, segundo a progressão da carreira. Ao todo, o edital prevê a aplicação de provas objetivas e discursivas; testes de aptidão física; avaliações médicas das condições de saúde física e mental, assim como psicológica, da conduta social, da reputação e da idoneidade; e exames toxicológicos. As provas serão realizadas no dia 24 de janeiro de 2027, nos municípios alagoanos de Maceió e Arapiraca.



Por meio do *QR Code*,
acesse o edital do CBMAL



Para Fábria Pita, um assistente social deve escutar sem julgamentos e respeitar as diferenças

Serviço Social: garantir direitos e perspectivas como profissão

Na saúde, na educação, na previdência ou na Justiça, o papel de um assistente social consiste em garantir os direitos da população. Isso, no dia a dia de Fábria Halana Pita, ocorre na política educacional: no cotidiano escolar, ela acompanha estudantes, elabora ações educativas, orienta familiares, realiza encaminhamentos para outros serviços e dialoga com diversos profissionais e instituições da rede de proteção social.

“Minha escolha pelo serviço social aconteceu por meio de uma pesquisa sobre as principais profissões presentes no resultado do teste vocacional que fiz no 3º ano do Ensino Médio. Ao ler em vários *sites*, me identifiquei pela profissão por estar — entre suas várias atribuições — envolvida com o atendimento à população e a formulação de políticas e projetos. Ao longo da graduação, fui entendendo que o serviço social não é uma profissão voltada para ‘ajudar as pessoas’, como muitas vezes imaginam. É uma profissão que trabalha diretamente com a viabilização de direitos”, ressalta.

Como enfatiza a profissional, o serviço social contempla um mercado de trabalho amplo, repleto de oportunidades tanto no serviço público quanto privado, assim como postos em organizações sociais e assessorias. Quem atua na área, no entanto, precisa estar apto a enfren-

tar situações complexas, que dependem de fatores externos ao assistente social para encontrar uma solução. “Por exemplo: faço encaminhamentos para a rede de serviços do município e, como eles atualmente se encontram sobre-carregados, os estudantes e as famílias têm dificuldades de acessar o serviço ou o atendimento. Por isso, nosso trabalho precisa dialogar constantemente com outros profissionais, instituições e políticas públicas”, explica.

Para Fábria, um assistente social deve saber escutar sem julgamentos prévios, desenvolver a capacidade de analisar a realidade, respeitar as diferenças, ter uma postura ética e trabalhar em equipe. A graduação, segundo a especialista, é apenas o início da formação. Como as legislações, os conceitos e as políticas públicas sofrem transformações ao longo do tempo, novas demandas sociais também surgem — e exigem uma atualização constante do profissional, a partir da participação em cursos, congressos e palestras e da atenção às orientações dos conselhos responsáveis por fiscalizar o exercício do serviço social no Brasil.

“Um dos maiores ensinamentos que o serviço social me trouxe foi não compreender uma situação apenas pela aparência dela, o que está visível. Porque, por trás de uma de-

manda individual, muitas vezes, existe uma realidade social muito mais ampla, desigual e contraditória que requer uma análise mais profunda. A profissão também me ensinou que precisamos ter conhecimento, posicionamento ético, comprometimento com a classe trabalhadora e responsabilidade profissional. Não fazemos caridade. Contribuímos para que as pessoas tenham autonomia e possam participar das decisões que dizem respeito às próprias vidas. Podemos contribuir para minimizar barreiras, articular possibilidades e viabilizar direitos para que a população tenha uma melhor qualidade de vida”, acrescenta.

Vagas

Os concursos da DPE-PB e das prefeituras de Exu e Trindade oferecem, ao todo, 17 vagas imediatas para assistentes sociais. O cargo exige diploma de curso superior completo em Serviço Social e registro profissional no órgão de classe competente. Na Paraíba, a carga horária de trabalho totaliza seis horas diárias corridas ou oito horas com intervalo de duas horas, por semana, com um vencimento de R\$ 5.197,50. A jornada equivale a 40 horas semanais e um salário de R\$ 2.280,96 em Exu, ao passo que o município de Trindade disponibiliza um expediente de 30 horas semanais e uma remuneração de R\$ 2.000.

Foto: Arquivo pessoal

Selic Fixado em 16 de setembro de 2026 13,75%	Salário mínimo R\$ 1.621	Dólar \$ Comercial -0,23% R\$ 5,181	Euro € Comercial -0,42% R\$ 5,908	Libra £ Esterlina +0,07% R\$ 6,873	Inflação IPCA do IBGE (em %) Agosto/2026 -0,32 Julho/2026 0,07 Junho/2026 0,16 Maio/2026 0,58 Abril/2026 0,67	Ibovespa 183.476,86 pt -0,27%
---	---	--	--	---	--	--

NANOEMPREENDEDORISMO

Modelo de negócio amplia a participação feminina

Mulheres encontram alternativa para conciliar maternidade e trabalho

Marisa Rocha
contato.marisarocha@gmail.com

Para muitas mulheres, empreender não começa com um plano de negócios, uma reserva financeira ou a perspectiva de crescimento de uma empresa. Começa com necessidades imediatas: colocar comida na mesa, complementar a renda da família, enfrentar o desemprego ou encontrar uma forma de trabalhar sem se afastar dos filhos. É nesse cenário que ganha espaço o nanoempreendedorismo feminino.

Criado no contexto da Reforma Tributária — e instituída pela Lei Complementar nº 214/2025 —, a classificação de nanoempreendedor alcança a pessoa física que exerce uma atividade econômica com faturamento bruto anual de até R\$ 40,5 mil. O perfil desse tipo de negócio é ter escala muito reduzida, geralmente conduzido por uma única pessoa, com baixo investimento inicial e estrutura simplificada.

Diferentemente de uma empresa convencional, a atividade

pode ser realizada sem o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e sem funcionários. “Nesse perfil, podemos citar profissionais autônomos, que atuam em áreas como beleza, alimentação e artesanato”, destaca Márcia Timotheo, analista técnica do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas da Paraíba (Sebrae-PB).

Dados da pesquisa *Nanoempreendedora em foco: identidade e o paradoxo da autonomia* — realizada pelo Instituto Consulado da Mulher, em parceria com a Engie Brasil — mostram que, por trás dessa definição, existe uma realidade marcada por maternidade, responsabilidades familiares e necessidade de sobrevivência.

O levantamento apontou que, no Nordeste, 82% das nanoempreendedoras são mães, sendo que 22% têm três ou mais filhos. O estudo revelou, ainda, que 73% das participantes começaram a empreender por necessidade, enquanto 52% apontaram o próprio negócio como principal fonte de sustento.

Os ganhos financeiros tam-

bém ajudam a dimensionar o tamanho do desafio: 83% das mulheres pesquisadas vivem em famílias com renda de até três salários mínimos.

Nesse contexto, empreender deixa de ser uma escolha profissional e passa a funcionar, muitas vezes, como uma estratégia para manutenção da casa. “As motivações [para empreender] são diversas e, muitas vezes, combinam fatores econômicos e pessoais”, pontua Márcia.

A pesquisa mostrou ainda que 47% das mulheres nordestinas participantes do estudo não são formalizadas. Do restante, 6% têm formalização do negócio, mas possuem pendências.

Para muitas dessas mulheres, a formalização é um compromisso de longo prazo que pode gerar dívidas, as quais elas temem não conseguir quitar caso o negócio enfrente dificuldades no futuro. No entanto, Márcia Timotheo explica que esse pensamento pode acabar prejudicando o êxito da empresa. “A formalização amplia a segurança do negócio, melhora o acesso a mercados e contribui

para uma gestão mais estruturada e sustentável”, orienta.



Foto: Márcia Timotheo/Arquivo Pessoal

“**A formalização amplia a segurança do negócio, melhora o acesso a mercados e contribui para uma gestão mais estruturada e sustentável**

Márcia Timotheo

Do dinheiro extra à principal fonte de renda

A história de Danúbia Andrade ajuda a ilustrar um pouco esse cenário de nanoempreendedorismo feminino. Em julho de 2024, o que hoje é o Café de Sempre — empreendimento de *cappuccino* artesanal — começou de maneira modesta, como uma tentativa de complementar a renda. “No início, foi uma oportunidade de ter uma renda extra. Eu trabalhava e tinha vontade de empreender, mas não me considerava uma pessoa muito criativa e nunca imaginei que conseguiria construir uma marca”, afirma Danúbia.

Na época, a empreendedora trabalhava como recepcionista em um consultório odontológico e, após muitos testes, pesquisas e aprendizados, começou a realizar as primeiras vendas do produto para pessoas próximas. “Foi tudo muito simples e feito com as ferramentas que eu tinha naquele momento”, lembra.

Com as indicações e a chegada de novos clientes, a partir das vendas via WhatsApp e Instagram, o empreendimento começou a ganhar espaço e deixou de ser apenas uma atividade paralela. A produção ainda acontece em pequena escala, num quarto do apartamento em que Danúbia mora, mas se tornou sua principal fonte de sustento.

Em abril deste ano, a nanoempreendedora decidiu deixar o emprego formal para se dedicar integralmente ao seu negócio. “Vivo do que um dia começou como uma pequena renda extra, e isso tem um significado muito grande para mim”.

A trajetória da paraibana também revela uma das faces menos visíveis de quem empreende por conta própria: a necessidade de desempenhar diferentes funções ao mesmo tempo. No começo, ela cuidava sozinha da produção, das encomendas, das vendas, da divulgação, do atendimento e da administração.

Com o crescimento da marca, o trabalho expandiu-se para além das vendas pelas redes sociais. “Atualmente, temos presença em ponto físico, participamos de eventos, fazemos degustações, atendemos a encomendas personalizadas e já enviamos nossos produtos para outros estados”, detalha. O catálogo de produtos também acompanhou a ampliação do negócio, contando com diferentes sabores de *cappuccino*, cápsulas artesanais e *kits* personalizados.

Mesmo com a ampliação das vendas, a estrutura permanece sem funcionários fixos e

muitas tarefas ainda passam diretamente pelas mãos da empreendedora. É uma realidade que aproxima a experiência de Danúbia do perfil identificado pela pesquisa *Nanoempreendedora em foco: identidade e o paradoxo da autonomia*, que revela mulheres que encontram no trabalho autônomo uma possibilidade de geração de renda, conciliando-o com suas diversas demandas. “Busco equilibrar o trabalho, a casa, o relacionamento e os outros lados da minha vida”.

Segundo ela, nem sempre é fácil administrar tudo isso, mas o segredo é saber definir prioridades. “Quero crescer profissionalmente sem deixar de valorizar aquilo que é essencial para mim”, pontuou.

Para Danúbia, a formalização da empresa é uma etapa muito importante. “À medida que o Café de Sempre foi crescendo, também fui entendendo a importância de organizar e

profissionalizar cada vez mais o negócio”, pontua. Atualmente, ela prepara-se para avançar com a formalização e o registro da marca. A empreendedora afirma que essa é uma forma de proteger o que construiu com tanto esforço e preparar o negócio para o futuro.

Com o desenvolvimento da marca, ela aprendeu a administrar o tempo e dividir as obrigações com quem está por perto. Ela conta com o apoio da família e do companheiro, Thalles. “Não precisamos carregar tudo sozinhas. Ter apoio, saber pedir ajuda e confiar em Deus também faz parte do processo”, reforça.

Danúbia Andrade enxerga a própria trajetória como uma construção feita a partir de pequenos passos, baseados na fé e na dedicação. “Eu não quero construir apenas uma empresa de sucesso. Quero construir uma história da qual eu me orgulhe”, resume.



Danúbia Andrade deixou seu emprego formal para dedicar-se ao Café de Sempre

Foto: Carla Miranda

Economia em Desenvolvimento

Amadeu Fonseca
Colaborador

Dívidas em alta na Paraíba

A inadimplência voltou a avançar na Paraíba, mas o dado mais importante não está apenas no aumento do número de consumidores negativados. Em julho, esse contingente cresceu 3,57% em relação ao mesmo mês de 2025, enquanto o volume de dívidas aumentou 8,50%. A diferença entre essas duas taxas mostra que o problema, hoje, é menos de entrada e mais de aprisionamento financeiro: quem já está inadimplente está acumulando novas obrigações em atraso e encontrando dificuldade para sair dessa condição.

Em João Pessoa, cada consumidor negativado acumulava, em média, R\$ 6.073 em dívidas e 2,67 registros de dívidas em atraso. Outro dado reforça essa leitura: 72,91% das pendências estavam ligadas ao setor bancário. Isso mostra como cartão de crédito, empréstimos, financiamentos e cheque especial passaram a ocupar espaço relevante no orçamento das famílias, muitas vezes não para antecipar consumo, mas para fechar as contas do mês. Quando o crédito passa a complementar a renda, qualquer novo choque financeiro encontra uma família mais exposta.

Esse cenário precisa ser lido à luz do ambiente econômico dos últimos anos. De 2021 a 2025, a inflação acumulada superou 30%, elevando de forma permanente o nível de preços. Mesmo com a desaceleração posterior da inflação, o custo de alimentação, moradia, transporte e serviços permaneceu em um patamar mais alto. A inflação caiu, mas os preços não voltaram. Essa diferença é importante, porque a renda das famílias nem sempre consegue recompor, na mesma velocidade, a perda de poder de compra acumulada.

Na sequência, veio um período prolongado de juros elevados. A combinação foi particularmente ruim para as famílias: primeiro houve perda de poder de compra;

depois, encarecimento do crédito utilizado justamente para compensar essa perda. O resultado foi maior comprometimento da renda futura, redução da capacidade de poupança e menor espaço para absorver novos imprevistos sem recorrer novamente ao sistema financeiro.

Os dados de reincidência ajudam a dimensionar esse processo. Em agosto, 86,72% dos consumidores que entraram na inadimplência no país já haviam enfrentado restrições anteriormente. Entre os reincidentes, o

intervalo médio entre o vencimento de uma dívida e outra foi de apenas 69 dias. Na Paraíba, as dívidas em atraso permanecem, em média, por mais de 31 meses. Isso mostra que, em muitos casos, a inadimplência deixa de ser um evento pontual e passa a representar uma condição financeira persistente.

Esse quadro não pode ser explicado apenas por falta de planejamento financeiro. Há uma combinação estrutural de renda apertada, baixa formação de reservas, crédito caro e elevado comprometimento da renda. Quando a margem entre o que a família ganha e o que precisa pagar desaparece, qualquer imprevisto passa a ser financiado por nova dívida, ampliando o risco de reincidência.

Por isso, olhar apenas para o valor total das dívidas é insuficiente. O ponto central é quanto da renda mensal está comprometido antes mesmo de o mês começar. É nessa perda de margem que a vulnerabilidade financeira se instala e é também ali que começa o caminho que, meses depois, aparece nas estatísticas de inadimplência.

MAL-ESTAR SOCIAL

Bets provocaram endividamentos

Só nas capitais brasileiras, 50 milhões de pessoas faziam apostas, salto de 10,5 milhões de consumidores ante 2025

O mercado de apostas esportivas e jogos de azar *on-line*, conhecidos popularmente como *bets*, estava em ritmo acelerado de expansão no Brasil, até que, na sexta-feira, esse ciclo foi interrompido. Um estudo divulgado, na última semana, mostrou que o país já alcançava a marca de 50 milhões de apostadores nas capitais (um salto de 10,5 milhões de pessoas em relação a 2025). Os reflexos dessa febre digital começaram a pesar de forma expressiva sobre a economia e o orçamento das famílias.

Diante desses impactos, o Governo Federal anunciou a proibição de apostas e os jogos virtuais *on-line* no país. Uma medida provisória (MP), publicada na última sexta-feira (25), deu 10 dias para os usuários resgatarem os valores depositados nessas plataformas e, a partir do dia 6 de outubro, os *sites* devem ser retirados do ar. Além disso, quem operar apostas de quota fixa, por qualquer meio, poderá ser punido com reclusão e multa.

As iniciativas integram um pacote de ações econômicas voltadas ao combate contra o endividamento das famílias brasileiras.

Pesquisa

O estudo detalhou o perfil, os hábitos e os impactos financeiros e sociais dessa modalidade de consumo, que estava atingindo 36% dos consumidores digitais brasileiros no período da pesquisa. Os dados foram levantados pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil), em parceria com a Offerwise Pesquisas, no período de 25 de maio a 4 de junho de 2026.

O levantamento mostrou que o gasto médio mensal com apostas subiu para R\$ 213 (chegando a R\$ 314 na classe A/B). Além disso, cerca de 23% dos apostadores admitem ter investido valores que comprometeram sua renda ou seu bem-estar financeiro. O impacto no consumo diário estava sendo direto: 43% dos apostadores relataram que já abriram mão de algum item de consumo, como *internet* (15%), contas básicas de água, luz e telefone (13%), passeios em família (12%), vestuário (12%) e alimentação fora de casa (12%), para destinar dinheiro aos jogos.

A gravidade da situação financeira refletiu-se na inadimplência: 25% dos entrevistados afirmaram que já deixaram de pagar alguma conta para apostar, e 24% já tiveram o nome negativado por causa de gastos com jogos *on-line*. Destes, 11% continuaram com o nome sujo. Para piorar o cenário, 28% dos apostadores admitiram ter recorrido ou considerado ações extremas para conseguir recursos para o jogo, como pegar dinheiro emprestado (12%), vender bens próprios ou da família sem consentimento (8%) ou utilizar cartões de terceiros sem autorização (8%).

Vício

Mais do que uma questão econômica, o estudo mostrou o avanço da dependência e os riscos associados ao vício. En-

tre os apostadores, 37% já tentaram parar ou reduzir a frequência dos jogos, mas não conseguiram. A quantidade de uso era alta: 62% jogavam de todos os dias a semanalmente, sendo o Pix o principal meio de pagamento (78%).

Os efeitos colaterais extrapolaram as finanças pessoais: 34% dos apostadores relataram impactos diretos na vida pessoal, destacando problemas de saúde mental — como ansiedade, depressão e insônia (11%) —, conflitos familiares por ausência (9%), endividamento (8%), além de advertências, suspensões ou demissões no trabalho (8%).

A influência negativa também atingiu os lares com adolescentes: 10% dos entrevistados com filhos de 12 a 18 anos relataram o envolvimento dos jovens com *bets*, sendo que 70% desses pais observaram prejuízos na vida dos filhos, como sinais de vício (26%), endividamento (24%) e uso de dinheiro da família sem autorização (14%). Além disso, o estudo mostrou que 49% dos apostadores conheciam alguém próximo que já teve problemas com os jogos *on-line*.

Saúde mental

Apesar da alta incidência de dificuldades, a busca por apoio institucional ainda é baixa: embora a procura por ajuda tenha subido de 21% para 30% (com foco em parentes, amigos e grupos de apoio a vícios em jogos), 69% dos apostadores com dificuldades não buscaram nenhum tipo de suporte especializado.

“O avanço vertiginoso das apostas *on-line* no Brasil deixou de ser apenas uma questão de entretenimento digital e se transformou em uma grave crise de saúde pública e de desestruturação social. Quando o vício em jogos passa a comprometer a renda familiar, gerar conflitos profundos nos lares e distanciar os indivíduos de suas rotinas de trabalho

e convivência, fica evidente que estamos lidando com um transtorno comportamental que exige acolhimento clínico e terapêutico, e não mera culpabilização do cidadão”, destacou o presidente da CNDL, José César da Costa.

Regulação

Mesmo diante do cenário de vulnerabilidade, a pesquisa de opinião feita antes da proibição mostrou que, para 39% dos entrevistados, os jogos *on-line* deveriam ser totalmente proibidos. Contudo, a maioria (53%) defendeu a manutenção das apostas, desde que houvesse maior regulação e fiscalização rígida (46%).

Entre as medidas apontadas pelos entrevistados como mais eficazes para mitigar os danos causados pelas apostas, estavam a realização de campanhas educativas sobre os riscos do vício (44%), a proibição de propagandas estreladas por famosos e influenciadores (43%) e a restrição de *marketing* voltado a jovens e adolescentes (36%).

Influenciadores

A imagem de celebridades, atletas, influenciadores e artis-

tas que promoveram as plataformas era vista de forma negativa por 66% da população, evidenciando uma rejeição crescente ao endosso publicitário desse mercado. “Sob a ótica econômica, a popularização em massa das plataformas de apostas representa uma ameaça concreta à estabilidade financeira das famílias e à própria dinâmica de consumo do país. Quando uma parcela significativa da população recorre a economias essenciais, deixa de honrar compromissos básicos de subsistência ou acumula restrições de crédito para sustentar o hábito de jogar, o resultado direto é a escalada da inadimplência e o endividamento crônico”, destacou o presidente do SPC Brasil, Roque Pellizzaro Júnior.

E acrescentou: “Esse desvio de recursos do consumo produtivo e do pagamento de contas essenciais para o mercado de apostas comprime o poder de compra das famílias, enfraquece o comércio e gera um efeito cascata altamente nocivo e real para a economia”.

Metodologia

O levantamento entrevistou homens e mulheres, com idade igual ou maior a 18 anos, de todas as classes econômicas, e que realizaram compras pela *internet* nos últimos 12 meses. A pesquisa foi analisada pelo método quantitativo, realizada via *web* e pós-ponderada por sexo, idade, estado e renda.

Foram realizados 939 contatos em um primeiro levantamento para identificar o percentual de pessoas que compraram pela *internet* nos últimos 12 meses. Em seguida, 800 casos que fizeram alguma compra ao longo desse período continuaram a responder o questionário, resultando, respectivamente, em margens de erro no geral de 3,2 pontos percentuais (p.p.) e 3,5 p.p. para um nível de confiança de 95% para mais ou para menos.

Gastos geraram impacto na educação superior

Agência Gov

O dinheiro destinado a apostas *on-line* também poderia fazer falta em outras áreas da vida. Na educação, levantamentos recentes mostram que os gastos com *bets* já apareciam relacionados a decisões de ingresso e permanência no Ensino Superior privado. As estimativas indicaram que cerca de dois milhões de brasileiros poderiam ter a trajetória acadêmica afetada pelo comprometimento da renda com apostas.

Onúmero reúne dois grupos identificados em pesquisa da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (Abmes), em parceria com a Educa Insights. Entre os potenciais ingressantes, 986 mil poderiam deixar de efetivar a matrícula em 2026, devido aos gastos em apostas. Entre estudantes que já estavam na graduação, 14% dos entrevistados disseram ter atrasado mensalidades ou trancado o curso pelo mesmo motivo.

Considerando que a rede privada possui mais de oito milhões de matrículas, a aplicação desse percentual representa uma ordem de grandeza superior a 1,1 milhão de estudantes. Somados os dois grupos, chega-se a cerca de dois milhões de pessoas potencialmente afetadas. Outro levantamento, realizado pelo Instituto Simesp, identificou que 19,1% das instituições privadas pesquisadas afirmaram já ter observado relação entre apostas *on-line* e inadimplência de estudantes.

Os dados não significam que as apostas sejam a única causa de dificuldades financeiras ou de interrupção dos estudos. Questões como renda familiar, emprego e ou-

tras despesas também interferem na capacidade de um estudante iniciar ou continuar uma graduação. As pesquisas apontam, especificamente, que os gastos com *bets* poderiam se somar a esses fatores e comprometer o orçamento destinado à educação.

Obstáculo à graduação

As apostas *on-line* apareciam como uma potencial barreira adicional ao acesso e à permanência no Ensino Superior, influenciando em comprovações de avaliação socioeconômica, inclusive entre estudantes que dependem de políticas de acesso e financiamento, como o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

O impacto podia aparecer antes mesmo do início das aulas. Para quem pretende ingressar em uma instituição privada, o comprometimento da renda pode pesar na decisão de efetivar a matrícula. Para quem já estava estudando, podia significar dificuldades para manter em dia a mensalidade ou outras despesas relacionadas à formação.

Mesmo com o apoio de uma bolsa ou de um financiamento, o estudante continua com outras despesas ao longo da graduação. Quando parte da renda é destinada às apostas *on-line*, é possível que haja menos recursos disponíveis para os custos relacionados aos estudos. O comprometimento da renda também pode trazer dificuldades para estudantes que precisam comprovar sua situação financeira para acessar ou manter benefícios educacionais, conforme as regras de cada programa.



Foto: Carla Miranda

MP proíbe plataformas de jogos virtuais de azar no país; operadoras devem tirar sites do ar a partir do dia 6 de outubro, após devolverem saldos dos usuários

JOVENS TALENTOS

Alunos de Cuité ganham espaço com a tecnologia

Projetos desenvolvidos em escola pública conquistam premiações nacionais

Deyse Ponciano
Ascom Secties

O ambiente escolar pode ir muito além do aprendizado convencional. Ele pode ser acompanhado de oportunidades que já projetam o estudante para o mercado de trabalho, para a pesquisa científica e para um protagonismo que, até pouco tempo atrás, parecia reservado a poucos. É o que mostra o Solus, sistema de monitoramento de atividade e do solo, criado por estudantes da Escola Cidadã Integral Técnica Jornalista José Itamar da Rocha Cândido, em Cuité, no Curimataú paraibano, por meio do Desafio Celso Furtado. Com apoio do programa, o projeto tornou-se o grande campeão da Olimpíada Brasileira de Empreendedorismo Social, na categoria de escolas com processo seletivo, e ainda conquistou o primeiro lugar nacional na Olimpíada Brasileira de Tecnologia, rendendo aos estudantes uma nova oportunidade de imersão no Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT). “O projeto Solus teve apoio por meio do Programa Celso Furtado e, atualmente, temos seis estudantes bolsistas vinculados ao programa, o que tem sido muito importante para fortalecer a participação dos alunos

nas atividades do projeto”, explica João Paulo, professor orientador dos estudantes. O Programa Celso Furtado, faz parte da Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia, Inovação e Ensino Superior (Secties), com apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (Fapesq-PB), e tem como objetivo estimular projetos alinhados ao desenvolvimento regional, à inovação educacional, às tecnologias sociais e digitais, bem como aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A equipe faz parte do Laboratório de Inovação e Protagonismo Estudantil, o Lipe. Tudo começou em 2023, quando o professor João Paulo reparou em algo simples: muitos estudantes ficavam na escola no horário do almoço só para ter um lugar de convivência. Ele coordenava, até então, um laboratório de Biologia usado, quase exclusivamente, para aulas práticas. Decidiu transformar aquele espaço em algo diferente: um lugar onde os próprios estudantes pudessem investigar problemas da comunidade e construir soluções com ciência, tecnologia e criatividade. “A experiência também representou uma mudança na minha própria atuação; passei a estudar programação, microeletrô-

nica, automação e metodologias *Stem* [acrônimo em inglês para *Science, Technology, Engineering and Mathematics*] para acompanhar as necessidades dos projetos desenvolvidos pelos estudantes”, conta o professor. A primeira equipe, com seis estudantes, debruçou-se sobre sustentabilidade, agricultura e as características do semiárido. Desse processo nasceu o Green Tech, sistema de irrigação inteligente monitorado por celular, com sensores, energia solar, programação e desenvolvimento de aplicativo. Ainda em 2023, o projeto chegou à final do Young Future Moral, concurso promovido pela Samsung. Em 2024, já com duas equipes formadas, o laboratório viu nascer também o Gaia Comp, composteira inteligente monitorada por aplicativo. Naquele ano, o Green Tech conquistou medalha de ouro na Olimpíada Brasileira de Tecnologia e avançou até a etapa presencial, em São Paulo, onde alcançou o primeiro lugar nacional, garantindo aos estudantes uma imersão no MIT, nos Estados Unidos. O Gaia Comp, por sua vez, venceu a etapa estadual do Desafio Liga Jovem, do Sebrae-PB, avançou pela etapa regional e chegou à fase nacional em São Pau-

lo, conquistando o terceiro lugar. “O resultado teve forte impacto na comunidade escolar, demonstrando aos estudantes que, mesmo estando em uma escola pública do interior, era possível desenvolver projetos com alcance e reconhecimento nacional”, afirma João Paulo. Em 2025, o crescimento tornou-se ainda mais significativo. O Lipe já reunia seis equipes e mais de 30 estudantes, com projetos abrangendo sustentabilidade, qualidade da água, saúde e tecnologia assistiva, entre eles o CuidAut, *smartwatch* para monitorar comportamentos de pessoas autistas, e o NutriVida, desenvolvido em parceria com a Universidade Federal da Paraíba, que transforma partes de alimentos, normalmente descartadas, em farinha nutritiva.

■ Criado em 2023, o Lipe instiga alunos a investigar problemas da comunidade e construir soluções com ciência

Poeira Estelar

Claudio Furtado
claudiofurtado@secties.pb.gov.br

A pergunta de Asimov, respondida em qubits

Se esta coluna se chama “Poeira Estelar”, talvez seja hora de perguntar: o que os visionários da ficção científica enxergaram do nosso presente antes de nós? Isaac Asimov acertou boa parte do close: em 1964, escrevendo sobre a Feira Mundial de Nova York, previu a videochamada, o carro autônomo, o robô doméstico dedicado a uma única tarefa. Mas o Asimov que mais me interessa hoje não é o futurólogo de jornal, e sim o autor de “A Última Pergunta”, um conto de 1956 que ele próprio consideraria, décadas depois, o melhor que já havia escrito. Nele, a humanidade constrói computadores cada vez maiores — o Multivac, depois o AC, depois algo que já nem cabe mais no espaço-tempo — e faz sempre a mesma pergunta, ao longo de trilhões de anos: é possível reverter a entropia do universo, adiar sua morte térmica? A resposta é sempre “dados insuficientes”. Até que, no fim de tudo, quando já não resta ninguém para ouvir, o computador finalmente entende como fazer — e responde com uma frase bíblica: “Faça-se a luz”.

É uma fábula sobre computação resolvendo os problemas mais fundamentais da física, e não é coincidência que soe familiar a quem trabalha com computação quântica. Em 1981, o físico Richard Feynman deu uma palestra — hoje considerada o marco fundador da área —, argumentando algo simples e radical: como a natureza, no nível atômico, obedece à mecânica quântica, com toda a sua superposição e emaranhamento, nenhum computador clássico jamais conseguirá simular de forma eficiente. Se você quer, de fato, simular a natureza, dizia Feynman, seu computador também precisa ser quântico. O escritor britânico Arthur C. Clarke, um dos maiores nomes da ficção científica, sempre com uma frase pronta, poderia ter descrito o resultado com a sua lei mais citada: qualquer tecnologia suficientemente avançada é indistinguível de magia. Poucas coisas na física parecem tão mágicas quanto um qubit em superposição, existindo em dois estados ao mesmo tempo até ser observado.

E, aqui, a ficção encosta no presente de um jeito que nem Asimov, com sua imaginação generosa, teria ousado datar tão cedo. Em dezembro de 2024, o *chip* Willow, do Google, deu um passo que a área perseguia havia décadas: pela primeira vez, aumentar o número de qubits físicos usados para corrigir erros reduziu o erro total, em vez de só acumular mais ruído — o chamado “regime abaixo do limiar” de correção de erros. Em outubro de 2025, o mesmo *chip* rodou um algoritmo, batizado de “Quantum Echoes”, cerca de 13 mil vezes mais rápido que a melhor estimativa clássica equivalente — e, ao contrário de demonstrações anteriores, esse resultado pode ser verificado por outro computador quântico independente. Ainda estamos longe do Multivac: o próprio Google fala em 2029 como horizonte para uma máquina quântica verdadeiramente útil e tolerante a falhas, com cerca de 1 milhão de qubits.

Mas o caminho, que em 1956 era só literatura, hoje tem cronograma. E tem endereço, aliás. Não precisamos ir a Mountain View (Vale do Silício, Califórnia) para ver isso de perto: em João Pessoa, o Ciquanta — fruto de uma parceria entre Brasil e China — já opera, no fim de 2026, dois computadores quânticos, um de 100 qubits e outro de 20 qubits, formando gente e testando algoritmos híbridos bem aqui, na Paraíba. Quando Asimov imaginava, em 1956, uma máquina capaz de responder às perguntas mais profundas do universo, ele não sabia que parte do caminho até lá passaria por um centro de pesquisa na sua própria cidade. A poeira estelar, afinal, também se deposita perto de casa.

Claudio Furtado, secretário de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Ensino Superior da Paraíba, é professor e doutor em Física da UFPB.

Colunista colaborador

Foto: Divulgação/Secties



Projeto Solus foi o grande campeão das Olimpíadas Brasileiras de Empreendedorismo Social e de Tecnologia

Curiosidade e inovação mudam realidades

Um dos rostos dessa nova geração de estudantes é Kaio Rafael da Silva Araújo. Ele chegou à escola em 2024, vindo de uma realidade em que as oportunidades pareciam distantes demais. “Eu vinha de um contexto completamente diferente, sabia que as oportunidades existiam, mas nunca pensei que poderia aproveitar tantas”, conta. A virada veio com o destaque na Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP), que lhe trouxe viagens, premiações e condecorações cada vez mais inspiradoras. No dia 4 de abril de 2025, ele procurou o professor João Paulo, em busca de um projeto, e entrou para o Lipe. “Desde sempre, João Paulo tem sido

fundamental, ele nos incentiva, aconselha e faz mentoria em todos os aspectos, seja em competências, habilidades, conceitos ou novos aprendizados. Com o Lipe, aprendi a ser mais humano, a reconhecer meus erros, a ser mais flexível, responsável e maduro”, diz. Desde então, os resultados acumularam-se. Kaio foi selecionado para o FS Global Stem Innovators (programa de intercâmbio), entre participantes das cinco regiões do Brasil, sendo o único representante da Paraíba aprovado na iniciativa. Nela, o jovem participou de cinco semanas de encontros imersivos *on-line*, em inglês, que culminaram em um *workshop* presencial

de uma semana no Rio de Janeiro, com visitas institucionais e a subida ao Pão de Açúcar. O estudante também é aluno da Sprint Berry Academy, programa imersivo de nove semanas de inglês, tecnologia e programação para o mercado de trabalho, e já conquistou duas medalhas de prata consecutivas na Olimpíada Brasileira de Tecnologia. Participou, ainda, das comitativas do Lipe para a Semana da Escola Avançada de Tecnologia, em São José dos Campos, que passou de 15 alunos, no ano passado, para 30 alunos e cinco professores nesta edição; e foi nomeado embaixador-mirim do Prêmio Pop Ciência, promovido

pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e pelo Governo Federal. “Minha tarefa nesta função é divulgar a ciência para todos, tornando-a mais acessível, humana e prática”, explica. Para reconhecer trajetórias como a de Kaio, o Lipe criou o Prêmio Lipe Protagonista Joanino, entregue ao fim de cada ano aos estudantes que mais se destacaram em suas participações, projetos e competições, a partir do portfólio digital que cada um mantém ao longo do percurso. A iniciativa que teve início em 2023, como um laboratório de Biologia, mostra que é possível transformar curiosidade em ciências e inovação.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Jardins ajudam a recuperar riacho

Projeto reúne 15 estudantes campinenses em ações de pesquisa, sustentabilidade e monitoramento da água

Maria Beatriz Oliveira
obeatriz394@gmail.com

Um grupo de 15 meninas, estudantes do 6º ao 8º ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal Frei Dagoberto Stucker, está participando de uma iniciativa voltada à recuperação ambiental do Riacho das Piabas, em Campina Grande. Por meio da construção de jardins flutuantes, as alunas contribuem para a remoção de impurezas da água e, ao mesmo tempo, têm contato com atividades de iniciação à pesquisa científica, sustentabilidade e educação ambiental.

O projeto também busca incentivar a participação feminina nas áreas de ciência e tecnologia. Todas as estudantes selecionadas vivem em comunidades próximas ao riacho, o que relaciona a experiência científica à realidade em que estão inseridas, além de fortalecer nelas o senso de responsabilidade social e ambiental.

Oficialmente denominada “Desenvolvimento e aplicação de soluções baseadas na natureza para a recuperação do Riacho das Piabas na comunidade Rosa Mística, Campina Grande-PB”, o projeto é desenvolvido por meio de uma parceria entre a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e a Escola Municipal Frei Dagoberto Stucker, com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em colaboração com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

Conhecida como “Jardins da Rosa Mística”, a iniciativa envolve as alunas na construção dos jardins flutuantes que serão instalados no riacho, na realização de pesquisas sobre a poluição e seus impactos ambientais e em atividades práticas relacionadas ao monitoramento da água. Cada participante também recebe uma bolsa mensal de iniciação científica júnior (ICJ) na quantia de R\$ 300.

Segundo a gestora da escola, Edina Lima, a partici-

pação das 15 alunas está prevista para durar três anos. Durante esse período, elas passarão por etapas que incluem pesquisa, produção dos jardins flutuantes em impressoras 3D, atividades de campo para reconhecimento da área, escuta dos moradores e, posteriormente, instalação das estruturas no riacho.

A seleção levou em consideração a faixa etária das estudantes, com prioridade dada para meninas pardas e negras que vivem nas proximidades do manancial. “A ideia é que as participantes vivenciassem o dia a dia do Riacho das Piabas e conhecessem de perto a realidade do lugar. Toda semana as meninas participam de atividades pedagógicas tanto com os professores daqui, da escola, como com a equipe da UFCG: muitas vezes

vão aos laboratórios da universidade para fazer análises na água, por exemplo”, explicou Edina.

A aproximação com a universidade também tem proporcionado às estudantes uma nova perspectiva sobre o futuro. A experiência despertou o interesse de muitas delas pelas áreas científicas e permitiu que percebessem, na prática, que os problemas estudados em sala de aula fazem parte da realidade da própria cidade onde vivem. Para a professora Maria Ribeiro, que orienta parte das atividades pedagógicas do projeto, essa relação entre teoria e realidade é fundamental para o processo de aprendizagem.

“Eu penso que o maior desafio do professor é fazer com que os alunos entendam que o que eles estudam Acontece. Nós trabalhamos com fatos, principalmente na área



Foto: Julio Cesar Peres

Seleção de participantes priorizou estudantes pardas e negras, como Pérola Rodrigues

da ciência. Então, elas observarem e verem, *in loco*, a poluição do riacho e como ela afeta a qualidade de vida dos

moradores da região pode ser fundamental para as meninas que estão no projeto mudarem a forma de pensar, as suas pró-

prias atitudes e a relação delas com o ambiente. Se isso acontecer, o projeto já atendeu seu propósito”, afirmou.

Ciência e tecnologia são aliadas da iniciativa

Entre as participantes da iniciativa, está Pérola Rodrigues, estudante do 6º ano que mora em frente ao riacho e convive diariamente com os efeitos da poluição, como o mau cheiro. Ela afirma que, depois de ingressar no projeto, passou a sentir-se mais responsável pela preservação do local e até começou a orientar os próprios vizinhos.

“Eu via e vejo sempre as pessoas jogando lixo, restos de comida, plástico, até móveis velhos no Riacho das Piabas. Agora eu sou a chata que fica reclamando quando vejo alguém fazendo isso”, brincou a estudante.

A aluna Evellen Pereira, também integrante do Jardins da Rosa Mística, explica como os jardins flutuantes podem contribuir para a recuperação da água. “Nós usamos plantas fitorremediadoras que conseguem sugar e degradar a sujeira e poluição que está na água. Elas, basicamente, absorvem quase toda a poluição. Atualmente, estamos testando construir os jardins usando a planta coração--roxo para

fazer essa função”, detalhou.

A pós-doutoranda Elis Gean Rocha, pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil e Ambiental da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), responsável pelo projeto Jardins da Rosa Mística, explica que o uso do sistema de jardins flutuantes (SFJ) é um modelo sustentável e que se utiliza das chamadas “soluções baseadas na natureza” (SBN). Além de Elis, também compõem o projeto a doutoranda Gabriele de Souza Batista e o professor Mauro Normando Macêdo.

“Os sistemas de jardins flutuantes são estruturas impressas em 3D compostas por filamentos, substratos e as plantas. Como o riacho passa por variações de volume e vazão de água durante o ano, a ideia é que essa composição flutue e resista à dinâmica hídrica do local. As plantas no jardim vão atuar para fazer a degradação, absorção de poluentes e nutrientes junto ao substrato e um complexo de biofilme, que são pequenos microrganismos que

também contribuem para reduzir a carga poluidora da água”, detalhou.

Além da importância ambiental para as comunidades que vivem em seu entorno, o Riacho das Piabas tem papel relevante para Campina Grande. O curso d’água é um dos principais responsáveis pelo abastecimento do Açude Velho, cartão-postal e um dos pontos turísticos mais conhecidos do município.

O riacho também possui importância histórica para a cidade. A região era utilizada como ponto de parada por tropeiros durante suas viagens e, posteriormente, contribuiu para o processo de povoamento que deu origem à Rainha da Borborema. Com a expansão urbana e imobiliária, entretanto, ele passou a receber, de forma irregular, o despejo de esgoto sem tratamento, problema que permanece até os dias atuais.

Para Elis, o envolvimento da comunidade local é de suma importância para garantir que a revitalização ambiental promovida no espaço seja sustentada em longo

prazo. “O envolvimento dos moradores e da população que vai ser beneficiada pela solução é primordial. É sempre com a participação social e o envolvimento comunitário que nós conseguimos fazer com que a tecnologia seja implantada de maneira permanente e que o projeto perdure. Na comunidade Rosa Mística, temos uma população vulnerável com diversas questões socioambientais, e o envolvimento da comunidade nos mostra quais são as necessidades mais urgentes e ajuda a delimitar pontos estratégicos que devemos trabalhar no local”, esclareceu a pesquisadora.

Educação e assistência

A função das estudantes vai além das ações diretamente relacionadas à recuperação do riacho. As participantes também desenvolvem atividades de caráter social e educativo, como encontros, oficinas e palestras sobre temas como valorização da pele negra e do cabelo afro, experiências relacionadas ao pre-

conceito racial e ansiedade.

De acordo com a gestora da unidade escolar, Edina Lima, o projeto também tem contribuído para o desenvolvimento pessoal das meninas, especialmente aquelas que apresentavam maior timidez no início das atividades. “Tinha alunas que eram bastante retraídas no início e, com o tempo, foram se envolvendo mais e mais no projeto e agora possuem uma comunicação bem melhor”, contou ela.

A bolsa mensal de R\$ 300 também representa uma experiência de autonomia e responsabilidade financeira para as estudantes. Segundo a diretora da escola, algumas delas relatam que utilizam o dinheiro para comprar itens pessoais e, em alguns casos, ajudar nas despesas de casa.

“Elas nos contam que conseguem comprar uma roupa, maquiagem, ajudam a família em casa. Algumas falam, muito felizes, que compraram o gás no mês, pagaram a conta de luz, então ainda ajuda também nesse aspecto”, pontuou Edina.



Alunas integrantes do projeto atuam junto a professores e pesquisadores visando à reabilitação do manancial

Foto: Julio Cesar Peres



Ilustração: Tônio

Mascote do Belo, o Xerife é um dos maiores símbolos do clube e foi criado no ano de 2020

95 ANOS

Botafogo em novo patamar

Clube vive nova era, com a SAF, e tem melhora acentuada nas instalações, mas aniversário tende a passar despercebido

Pedro Alves
pedroalvesjp@yahoo.com.br

O Botafogo faz 95 anos amanhã em meio a um momento complicado na Série C do Campeonato Brasileiro. Com um foco profundo neste mês nas disputas em campo e com o clube pela sua, segunda temporada seguida, em um novo modelo de gestão, a Sociedade Anônima do Futebol (SAF), o aniversário do Belo dessa vez deve passar, em uma boa medida, bem despercebido institucionalmente.

Para se ter uma ideia, até o fechamento desta reportagem, não havia sequer programação para comemoração do aniversário. Apesar disso, o ano não foi dos piores da história do Alvinegro da Estrela Vermelha. Longe disso. O Botafogo vive uma nova era, com uma entrada forte de capital, sob o comando do empresário mineiro Fillipe Félix, que investiu cerca de R\$ 15 milhões neste 2026.

Alguns focos são bem claros. De 2025, quando o Botafogo virou de fato e de direito uma SAF, para cá, a Maravilha do Contorno, centro de treinamento do clube paraibano, foi transformada. A estrutura física melhorou, com um vestiário de ponta construído no local. Uma academia moderna hoje faz parte da geografia do lugar, que recebe diariamente os ativos mais importantes do seu corpo de funcionários: os atletas. Em campo conseguiu

a conquista do Campeonato Paraibano deste ano e vai encerrar a temporada com, pelo menos, uma taça.

Base ainda engatinha

Foi prometida ainda a construção de um hotel para que os atletas não precisem se concentrar fora do CT antes das partidas. A obra até começou, mas está paralisada. O dono da SAF, em entrevistas em rádios da cidade, confirmou que a construção será retomada em 2027.

Outro trabalho previsto para 2027 é uma reorganização no trabalho de base do clube. Atualmente, o time está com as categorias Sub-13 e Sub-15, que começaram suas atividades neste ano. É um trabalho que ainda engatinha e que ainda não foi retomado com jogadores jovens de idade um pouco mais avançada, que podem vir a ser ativos fundamentais para uma receita em médio e longo prazos.

Fora do Paraibano Feminino

O ano de 2026 marcou ainda outra constatação problemática do trabalho da SAF. O clube, pela primeira vez, desde 2008, ano do primeiro Campeonato Paraibano Feminino organizado pela Federação Paraibana de Futebol (FPF), decidiu ficar fora do Estadual da categoria.

Na atual temporada, o Belo não disputou competições femininas de base e confirmou a ausência no torneio adulto na última segunda-feira (21).

Não disputar a competição e cessar o trabalho desse departamento, processo iniciado em dezembro de 2025, aliás, é um descumprimento do clube com suas obrigações legais, de acordo com a Lei da Sociedade Anônima do Futebol (SAF).

Em nota, o clube argumentou: “Futebol feminino é uma categoria que respeitamos muito e que entendemos ter cada vez mais espaço e importância dentro do futebol. Estamos avaliando e estruturando nosso planejamento para as próximas temporadas, e esse é um tema que está sendo tratado com toda a atenção e responsabilidade. É uma pauta que faz parte das nossas discussões e do futuro que estamos construindo para o clube”.

Futuro incerto

Apesar de a SAF ter entrado, em 2026, apenas para o seu segundo ano e a obrigação de quem atualmente hoje comanda o novo modelo de gestão do futebol de clubes no Belo em investir por 15 anos no Alvinegro, o futuro não é tão certo como o acordo dos contratos. Fillipe Félix já deu uma entrevista sugerindo que poderia vender suas ações para outro investidor caso o Botafogo não subisse neste ano para a Série B.

Torcedor do Botafogo desde o fim da década de 1960, quando as casas botafoguenses eram os estádios da Graça e

Olimpico e o Almeidão sequer tinha sido construído, Fábio Rangel é conselheiro do clube, no caso, da associação, que detém 10% das ações da agremiação — as outras 90% são de Fillipe Félix — e acompanhou de perto diversas transformações do clube e projeta um futuro promissor.

“O Belo construiu muitas pontes ao longo desses 95 anos e, claro, com muitas dificuldades aqui na Paraíba. O Belo já era uma grande instituição e está crescendo ainda mais com a SAF. Nossa sede na Maravilha do Contorno tem recebido bons investimentos e no futebol eu espero conquistas e um futuro brilhante. O Belo vai voltar a ser uma equipe de grande repercussão nacional. Então desejo parabéns ao Botafogo e, principalmente à torcida, que é o seu maior patrimônio”, comentou.

Já o jovem Rusland Fernandes, de 32 anos, que, por sinal, já acompanhou momentos ruins do clube na primeira década deste século e agora vive um ambiente mais estabilizado e mais promissor, analisa que o Botafogo conseguiu se colocar à frente dos rivais com alguma distância em termos de estrutura há alguns anos, mas que o time segue com algumas dificuldades para crescer.

“O Botafogo vive uma fase de maturidade e, há mais de uma década, o clube é o único da Paraíba consolidado na Série C. Está na frente dos rivais, estabilizado, coisa que os times de Campina Grande nesse período não

conseguiram. O Belo tem um potencial maior. Mas o clube vive ainda um certo limbo perigoso no cenário nacional. A Série C é um campeonato limitado financeiramente. E isso dificulta os projetos ambiciosos da torcida e de quem está agora comandando a SAF. Mas eu vejo o clube dando passos importantes nesse caminho”, avalia.

Desde 1931

O Botafogo foi fundado por um grupo de amigos estudantes, filhos de uma classe média, de trabalhadores, em 1931, de uma João Pessoa que ainda vivia o rescaldo da Revolução de 1930. Fundado como uma equipe simples, de pelada de amigos, com Beraldo Oliveira sob o comando desse grupo, logo se transformou em uma equipe forte no cenário do ainda futebol amador do estado.

Em 1934 jogou seu primeiro Campeonato Paraibano. Dois anos depois, já com a força financeira de um empresário importante da cidade — Antônio Tourinho Paes Barreto, que passou a ser dirigente do clube e depois presidente —, emplacou um tricampeonato, de 1936 a 1938. Virou o maior campeão do estado de maneira isolada em 1954, quando chegou ao seu 10º título estadual, ultrapassando o Cabo Branco. Em 2013 conquistou sua maior glória, ao vencer a Série D do Campeonato Brasileiro, única conquista nacional do futebol paraibano até aqui. Tem o maior número de títulos (31) do Campeonato Paraibano.

Foto: João Neto/Botafogo



A Maravilha do Contorno ganhou melhoramentos em todas as dependências do clube, que, em 2013, venceu a Série D do Campeonato Brasileiro

Foto: Ortilo Antônio/Arquivo A União



AUTO ESPORTE

Herói do título de 1992 vive em Paulista

Atacante Christiano foi a estrela de um dos campeonatos mais inusitados da história do futebol paraibano

Pedro Alves
pedroalvesjp@yahoo.com.br

Vive no Janga, na orla de Paulista, Região Metropolitana do Recife, o herói do último título do Campeonato Paraibano do Auto Esporte, clube que fez 90 anos neste mês, no último dia 7. Entre entradas e saídas de clientes na sua lavanderia de roupas em Olinda, Christiano tira um tempo para responder ao contato telefônico de maneira espaçada, condição dada pelos aplicativos de mensagem de celular atualmente, de um jornalista paraibano. Foi em manhãs das últimas semanas, sempre que tinha um tempinho dentro de seu empreendimento, que o ex-atacante do Clube do Povo falou com o jornal **A União** e lembrou com saudade a alegria dos tempos de jogador profissional no futebol paraibano.

José Christiano Pinheiro de Araújo foi a estrela de um dos campeonatos mais exóticos da história do futebol paraibano: o Estadual de 1992. Aquele que está gravado na história do Auto Esporte como um dos seus seis títulos do Paraibano, o que, para a tristeza de sua torcida, é a glória última, até hoje, no principal torneio do futebol do estado.

“A gente tinha realmente um time muito bom. O Isaías, no ataque, que é um ídolo do futebol paraibano. Salerno, que era um zagueirão. Zenóbio, nosso goleiro, passava muita confiança. Tinha muita gente boa. Não posso falar todos e esquecer de alguém”, relembra saudoso o atacante do time.

Pernambucano

Antes de falar do apogeu de Christiano no futebol paraibano, vale lembrar que tudo começou na sua terra, em Pernambuco. O atacan-

te nem pensava inicialmente em ser atacante, aliás. O então jovem atleta começou como volante. Mas a vontade de fazer gol residia no futebol do atleta e no seu sentimento com a bola.

O que chamamos agora de “pisar na área”, de “homem-surpresa”, era característica do jogo do atleta. O técnico Marco Trigueiro percebeu isso e começou a testar o jovem também no setor ofensivo. Deu certo, e Christiano não largou mais o ataque dos seus times e o barbante da rede.

“Eu comecei na escolinha do Sport Club do Recife, onde passei por todas as fases. Dos 11 aos 15. Eu era volante, mas aí o treinador viu que eu tinha uma qualidade de chegar na área e fazer os gols e me colocou para ser centroavante. Agradeço muito a Marco Trigueiro, uma pessoa que é até hoje muito importante para mim”, comentou.

Depois de Marco Trigueiro, já mais velho, chegando aos juniores, Christiano passou pela mão técnica do histórico Nereu Pinheiro, que marcou época no futebol pernambucano, em especial no Sport, mas que tem uma passagem marcante no futebol paraibano, com a camisa do Treze.

“O saudoso Nereu viu um treino meu, no Infantil, e gostou. Eu tinha 15 para 16 anos. Ele perguntou a Marcos quem eu era, e Marcos disse que eu era um prata da casa. Nereu era auxiliar na época do profissional e disse que, quando tivesse uma oportunidade, iria me levar. E não foi conversa furada, não. Ele me levou. O Sport vivia um momento complicado, e os pratos da casa eram a solução porque não tinha muita opção. Em 1989, Nereu assumiu o comando e me botou para jogar contra o Paulistano, pelo

Pernambucano. Disse para eu não pipocar, daquele jeito bruto dele. Eu não fiz gol, mas fui bem e comecei minha trajetória profissional”, relembra.

Os anos seguintes foram bons com a camisa rubro-negra. Em 1990, Christiano participou da campanha do título do Leão na Série B do Campeonato Brasileiro. Em 1991, viveu sua melhor fase no Sport com mais protagonismo e mais um título na conta, o de campeão pernambucano daquele ano. Até que, em 1992, o jogador perdeu um pouco de espaço.

E um dirigente pernambucano, oriundo do time rubro-negro do Recife, passou a buscar atletas no clube para formar e reforçar o elenco do Auto Esporte, que buscava retomar a hegemonia do futebol paraibano.

“Aí em 1992 houve muitas mudanças. Muda o treinador e, naquele momento, os pratos da casa perderam espaço. Eu estava jogando pouco, e aí veio o convite de Vicente Lamenha, que era presidente do Auto Esporte. Ele perguntou se eu queria ir, disse que o time era bom e que eu poderia ajudar o time. O Sport gostou da ideia, conversou comigo, explicou que era uma cidade perto, que seria bom para eu amadurecer, e eu topei. Fui emprestado”, comentou.



Foto: Arquivo pessoal

Christiano, hoje, mora na Região Metropolitana do Recife, em Paulista, e possui uma lavanderia de roupas em Olinda

Campeonato de 1992

Christiano chegou ao Auto Esporte no decorrer da competição. O Treze havia ganhado o primeiro turno. No segundo turno, foi o Auto Esporte quem levou a primeira fase. Mas o Galo, que fazia uma grande competição naquele ano, venceu a segunda fase do segundo turno. E teve a chance de ser campeão antecipadamente do Paraibano.

Justamente contra o Alvirrubro da capital.

A decisão já foi uma loucura. Teve que ser resolvida na prorrogação, algo muito incomum naquela época. No tempo regulamentar, empate sem gols. Na prorrogação, o Auto Esporte marcou um, venceu o jogo e levou a decisão do título para três partidas finais. É agora que o torneio se faz como um dos mais inusitados da história do Paraibano. O Treze tinha até ali a melhor campanha. Logo, o segundo jogo da grande final seria em casa. O primeiro, em João Pessoa, foi vencido pelo Clube do Povo por 1 a 0. Na volta, o Galo só precisava de um empate para forçar uma terceira partida.

E foi o que aconteceu. O jogo terminou em 0 a 0 no Estádio Amigão. Atualmente, o resultado agregado seria de 1 a 0 para o Macaco, com a taça indo para o Mangabeirão, sem mais delongas. Mas antigamente a turma se superava em fazer regulamento. E simplesmente o empate forçou um terceiro jogo.

Ocorre que agora a vantagem dentro da final era do Auto Esporte. Mas o local do jogo foi Campina Grande porque o Treze fez a melhor campanha de todo o torneio. Mas, como o Auto tinha vencido um jogo e empatado outro, jogava pelo empate para ser campeão na derradeira partida. E não para por aí. Se o Auto Esporte perdesse para o Treze haveria uma prorrogação para decidir o campeão. Independentemente do placar.

O Treze atropelou. Meteu 4 a 0 no Auto Esporte nos 90

minutos. O que não adiantou de nada. O clube pessoense, após levar uma goleada, simplesmente venceu a prorrogação por 1 a 0 e foi campeão em pleno Amigão, com gol de Christiano. Um gol que, de certo modo, valeu por cinco.

“A gente ganhou a segunda fase e fomos para a final. E aí começou a guerra. Ganhamos em casa, empatamos em Campina Grande e, na terceira, a gente jogava pelo empate. Mas o Treze fez uma pressão enorme no jogo. Em 15 minutos, estava 3 a 0 para eles. Nosso time conversou no intervalo e entendeu que era melhor se poupar para a prorrogação. Decidimos fazer isso. Antes da prorrogação, o professor Carlão olhou para a gente, para ver quem estava cansado. Olhou para mim, como se quisesse me tirar. Eu disse alto que não queria sair. A turma tentou me acalmar. Mas eu não queria sair. Depois Papai do Céu abençoou. Cal vai no fundo, cruza, e eu, em uma fração de segundo, na dúvida se dominava ou chutava, decidi chutar e a bola bateu em Milton Lima e entrou”, descreveu.

Christiano ainda atuou fora do país, com a camisa do Rosário Central, da Argentina, e do Valladolid, da Espanha. Atualmente com 54 anos, diz ter vontade de fazer parte da gestão do Auto Esporte em algum momento para tentar recolocar o clube nas posições mais altas do futebol paraibano. Enquanto isso não chega, relembra com saudade como protagonista da última glória do clube.



Fotos: Arquivo pessoal



Christiano (E) com Válber e Gilmar e, no detalhe, com os jogadores do time que fez sucesso na temporada de 1992

FUTEBOL FEMININO

Seleção Brasileira está em alto nível

Desempenho no Mundial Sub-20 mostra que o trabalho está sendo bem feito para a disputa da Copa em 2027

Apesar da eliminação nas quartas da Copa do Mundo Feminina Sub-20 da Fifa, na Polônia, o Brasil mostrou competitividade contra potências e uma identidade que conecta categorias de base e Seleção principal de olho no Mundial de 2027.

O Brasil sonhava em chegar mais longe na Copa, e a derrota por 1 a 0 para a Espanha, nas quartas de final, adiou novamente a busca pelo primeiro título brasileiro na competição. Porém, o resultado não apaga o que foi construído em cinco jogos na Polônia, nem os sinais deixados pela geração que cresce enquanto o país se prepara para receber a Copa do Mundo Feminina da Fifa 2027.

“Era hora de a gente dar um passo para cima, e a gente deu esse passo para cima mesmo não saindo com a classificação para a semifinal”, disse a treinadora Camilla Orlando, à Fifa, após a partida.

O caminho brasileiro ajuda a dimensionar a análise de Camilla. Depois de estreiar com uma vitória por 4 a 1 sobre a Tanzânia, o Brasil passou por uma sequência de adversários de peso — três membros do *top 10* do Ranking Mundial Feminino da Fifa: derrotou o Canadá por 3 a 0 e a Inglaterra por 2 a 1, superou os Estados Unidos nos pênaltis, após empate por 1 a 1, e só parou diante da Espanha (líder do *ranking*).

Contra a Inglaterra, o Brasil saiu atrás e marcou duas vezes no segundo tempo, com o gol da virada de Gisele já nos acréscimos finais. Diante dos EUA, a Seleção abriu o placar com Sofia Couto e perdeu a vantagem poucos minutos depois, mas resistiu à prorrogação e converteu suas cinco cobranças com muita frieza na disputa por pênaltis.

Foram diferentes situações de pressão diante de seleções que disputam as principais competições internacionais.



Foto: Luciana Vermell/CBF

Camilla Orlando orienta jogadora contra a Espanha

“Eu tenho muito orgulho delas. A gente fez uma campanha de altíssimo nível contra adversários de altíssimo nível. O que me traz mais orgulho é o jeito que elas jogaram e o tanto que a gente evoluiu na competição. Foram disciplinadas taticamente, inteligentes, unidas, guerreiras. Não desistiram”, afirmou Camilla.

Crescer e se corrigir

Os números também mostram uma característica recorrente. Dos 10 gols marcados pelo Brasil na Polônia, oito saíram no segundo tempo: três contra a Tanzânia, dois diante do Canadá, os dois da virada sobre a Inglaterra e o gol de Sofia contra os Estados Unidos.

A produção depois do intervalo foi resultado de diferentes fatores ao longo da competição, entre ajustes, correções, leitura dos espaços e mudanças de peças. Contra a Inglaterra, por exemplo, o Brasil virou o jogo totalmente na etapa final.

“O Brasil buscou o gol a todo momento. A gente sa-

bia que seria um desafio, porque, contra adversários de altíssimo nível, os espaços são poucos, é preciso ter eficiência. Mas eu saio daqui sabendo que o Brasil fez uma grande campanha”, explicou Camilla, que sempre foi incansável à beira do campo e gritou instruções constantes para suas atletas.

Essa evolução também esteve ligada à profundidade do elenco. Camilla Orlando promoveu mudanças frequentes na equipe e encontrou respostas vindas do banco, sem depender de uma formação única para ser competitiva.

A rotatividade teve outra função importante em uma competição curta e intensa: aumentar o número de jogadoras expostas a contextos diferentes. Titulares e reservas tiveram de responder a jogos físicos, momentos de desvantagem, decisões eliminatórias e até uma disputa por pênaltis. A experiência acumulada não ficou restrita a um grupo pequeno.

Identidade

Atual campeã da Copa do Mundo Feminina da Fifa 2023 e da Copa do Mundo da Fifa 2026 no masculino e no feminino, a Espanha é conhecida por sua identidade tática, que atravessa categorias e até gêneros. É evidente que o modelo espanhol funciona, mas o que o Brasil tem aplicado também merece atenção.

Na Seleção Brasileira Sub-20, Camilla Orlando trabalha em sintonia com a comissão de Arthur Elias na equipe principal, enquanto Rilany Silva conduz a Sub-17 dentro de uma estrutura que procura aproximar as categorias. Foi Rilany, por sinal, quem descobriu a promissora goleira Thaís Silva, que tem apenas 18 anos e brilhou no Mundial Sub-20.

A conexão aparece também nos comportamentos: equipes dispostas a pressionar alto, recuperar rapidamente a bola e manter uma postura agressiva e vertical na busca pelo gol. A circulação de jogadoras e a concorrência por posições são proposítas.

Quando se fala sobre a proximidade da Copa do Mundo Feminina de 2027, não significa que as jogadoras que estiveram na Polónia automaticamente serão chamadas para disputar o torneio em casa, mas a Sub-20 é uma das pontes possíveis até a equipe de Arthur Elias — inclusive, algumas delas já estrearam na Seleção principal e aproveitaram o Mundial juvenil para desenvolver ainda mais “casca” competitiva.

E, para Camilla, suas atletas mostraram que podem percorrer essa distância: “Elas ganharam uma grande bagagem nessa competição e têm tudo para representar o Brasil, se assim for o desejo do Arthur Elias nesse momento. Elas estão prontas, eu tenho certeza disso. Elas são muito mais do que um jogo. Elas não podem esquecer disso. Estão em um caminho excelente”, afirmou a treinadora à CazéTV.

Pedro Alves

pedroalvesjp@yahoo.com.br

De lei...

O Botafogo não vai disputar o Campeonato Paraibano Feminino deste ano. Foi realizado, na última segunda-feira, o Conselho Técnico da competição, na sede da Federação Paraibana de Futebol (FPF), em João Pessoa, e nenhum representante do clube participou do encontro. Com isso, a FPF confirmou que o Botafogo está fora do torneio.

A ausência não se resume, no entanto, a uma mera escolha de deixar de investir no futebol feminino, que, por sinal, é uma modalidade tradicional nas últimas décadas na instituição, sendo o Belo o maior campeão estadual da categoria. É que não disputar o Estadual deste ano é também um descumprimento do clube com suas obrigações legais, de acordo com a Lei da Sociedade Anônima do Futebol (SAF).

Na lei que rege esse ainda novo modelo de gestão no futebol brasileiro, está explícito que

investir no futebol feminino é uma obrigação do clube que se transforme em uma SAF. Obrigação legal, por exemplo, que um clube de Série C no modelo associativo não tinha. E, mesmo assim, no caso do Belo, havia no clube um departamento de futebol feminino minimamente estruturado.

Não é só o Belo

A prática de apagamento do futebol feminino em SAFs não tem sido incomum no cenário nacional. O Amazonas, também da Série C do Campeonato Brasileiro, é mais um clube que se transformou em Sociedade Anônima do Futebol e em 2026 não jogou o Campeonato Amazonense Feminino. O clube, aliás, nunca teve uma equipe feminina de futebol.

O Brusque é outra SAF da Série C que também vem ignorando o compromisso legal de fomentar o futebol feminino institucionalmente. Atualmente, a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) obriga apenas os times da Série A do Brasileirão a terem times femininos ativos.

Isso porque a receita que os clubes da Primeira Divisão têm são, de fato, bem maior do que a dos times da Série B. E ainda maior do que a das equipes das séries C e D, competições nada rentáveis. Apesar dessa realidade concreta, os investidores que decidem adquirir a maior parte das ações de uma SAF passam, por lei, a ter a obrigação de contar com um departamento feminino. E é necessário cumprir a lei.

O Botafogo também ficou ausente do Campeonato Paraibano Feminino Sub-17 neste ano e do mesmo torneio na categoria Sub-20. Ou seja, o que configura um cancelamento notável no trabalho do futebol feminino desde a demissão da treinadora Gleide Costa, em dezembro de 2025. No Adulto, o Alvinegro da Estrela Vermelha tem seis títulos (2011, 2015, 2016, 2017 e 2018) e é o maior campeão do estado. O clube só ficou fora de uma edição da história da competição, a primeira, em 2008. Sempre foi, de lei, participar. Antes mesmo da lei.

Outros descumprimentos legais

O Botafogo também tem descumprido a Lei da SAF nos aspectos de transparência. Segundo o dispositivo legal, é obrigação da SAF publicar em seu *site* o estatuto social, as atas das assembleias, a biografia dos membros dos conselhos constituídos, os relatórios da administração e as atas das reuniões da diretoria e do Conselho de Administração. Isso jamais ocorreu desde que o clube se transformou em SAF e vendeu 90% de suas ações, em 2025.



Foto: Luciana Vermell/CBF

Seleção Brasileira teve um bom desempenho na Copa do Mundo Sub-20 e foi eliminada pela atual campeã, a Espanha, por 1 a 0

CERTIFICAÇÃO NA CBF

Paraíba segue sem clube formador

Centro Sportivo Paraibano (CSP) foi a última agremiação paraibana que figurou na lista da Confederação até 2023

Raniery Soares
raniery.lacerda@epe.pb.gov.br

A Paraíba está, atualmente, sem nenhum clube com o Certificado de Clube Formador (CCF) da Confederação Brasileira de Futebol (CBF). O Centro Sportivo Paraibano (CSP) foi o último clube do estado a constar na lista de agremiações com esse reconhecimento, até 2023, e, desde então, nenhuma outra equipe paraibana passou a integrar a lista oficial da entidade.

Para Josivaldo Alves, dirigente do CSP e um dos profissionais com experiência no trabalho com futebol de base no estado, a ausência de clubes certificados está diretamente relacionada à dificuldade de construir e manter a estrutura exigida pela CBF. Segundo ele, não basta desenvolver jogadores: é necessário atender a uma série de requisitos e contar com recursos permanentes para sustentar o trabalho.

“Para você ser formador, precisa estar com o seu alojamento todo organizado, dentre outras questões. São muitas coisas, e a número 1 que falta para muitos clubes é estrutura. Você conseguir fazer é uma coisa; conseguir manter é outra”, disse.

Na avaliação do dirigente, as exigências da CBF são elevadas, mas não são impossíveis de serem cumpridas. O principal desafio estaria na continuidade dos investimentos, já que as condições necessárias para a certificação precisam ser mantidas para que o clube continue atendendo aos requisitos estabelecidos pela entidade.

“A exigência é alta mesmo. Para você ser clube formador, existe um nível em que você precisa estar atendendo todas as áreas. Mas é claro que dá para fazer. O problema é conseguir fazer e manter, porque você vai ter que atender aquelas regras, e isso leva tempo e dinheiro”, afirmou.

Segundo Josivaldo, o próprio CSP conseguiu estruturar um modelo que funcionou e que também contribuiu para a continuidade do clube, especialmente por meio da integração entre as categorias de base e o futebol profissional. Para o dirigente, essa relação ainda é uma das principais carências do futebol paraibano.

De acordo com ele, os destaques do Sub-17 avançavam para o Sub-20 e, posteriormente, os principais jogadores dessa categoria chegavam ao elenco profissional. “Todos os destaques do Sub-20 subiam para o profissional, todos os destaques do Sub-17 subiam para o profissional. A gente tinha o 17 e o 20 com alguns jogadores experientes, que já tinham jogado profissionalmente. Essa junção fazia com que a gente tivesse equipes competitivas, fortes”, contou.

Para Josivaldo, a formação de atletas também pode representar uma fonte de sustentabilidade financeira para os clubes. A revelação de jogadores cria possibilidades de futuras negociações e geração de receitas, reduzindo a dependência de investimentos externos.



Josivaldo Alves conseguiu elevar o CSP a clube formador na CBF, mas teve dificuldades para mantê-lo devido às exigências

“Só tem um jeito de ser clube formador: você tem que fazer o que se pede e depois tem que manter. E, para manter, é caro. O modelo, para realmente atender, exige organização e dinheiro. Um clube precisa ter recursos contínuos para conseguir sustentar esse trabalho”, destacou.

Importância

A importância dessa certificação é que o Certificado de Clube Formador (CCF) é necessário para fins de recebimento da indenização por formação. Essa indenização tem a função de compensar os investimentos realizados pelo clube na formação do atleta.

Em alguns casos em que se faz necessário um processo judicial para esse pagamento, existem duas condições: 1) quando o atleta sob contrato de formação se recusa a assinar o primeiro contrato pro-

fissional com o clube certificado como formador; 2) quando o clube certificado como formador não consegue exercer o seu direito de preferência na renovação do primeiro contrato profissional de atleta por ele profissionalizado.

Para transferências internacionais, o chamado “mecanismo de solidariedade” da Fifa impõe que 5% dos valores da transferência devem ser distribuídos a todos os clubes que estiveram envolvidos no treinamento e na educação do atleta ao longo dos anos, dos 12 aos 23 anos.

Já no mecanismo de solidariedade nacional, há duas pequenas mudanças nas regras, de acordo com a Lei nº 14.597/2023 (Lei Geral do Esporte): a primeira delas está no percentual que deve ser distribuído: 6%. Outra diferença é o intervalo de idade dos jovens sobre o qual deve ser calculado o valor a ser dis-

tribuído: dos 12 aos 19 anos.

Certificação

A obtenção do Certificado de Clube Formador (CCF) da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) exige dos clubes uma estrutura que vai muito além do campo. Para o professor Rogério Velinho, especialista em futebol, com foco na formação de atletas, o conjunto de requisitos estabelecidos pela entidade representa um dos principais desafios para os clubes que pretendem obter e manter a certificação.

Segundo Velinho, a regulamentação da CBF reúne um grande número de exigências. Ele cita como exemplo a documentação distribuída pela Federação Paulista de Futebol aos clubes interessados na certificação.

“Se a gente pegar o ofício de 2019, que é a última atualização da CBF em relação

aos critérios para clube formador, a gente vê que é um caderno de encargos muito, muito grande. A Federação Paulista distribuiu um material para os seus filiados, focado nessa especificidade, e hoje São Paulo tem 32 clubes com a chancela de clube formador”, falou.

Velinho relacionou a quantidade de clubes certificados em São Paulo à estrutura existente no estado e ao volume de jogadores revelados. Para ele, uma formação estruturada também está diretamente ligada ao mercado de atletas, já que os clubes paulistas possuem maior capacidade de desenvolver jogadores e, posteriormente, negociá-los.

A manutenção da certificação, entretanto, também representa um desafio. Velinho destaca que o cumprimento das exigências é acompanhado pelas federações estaduais,

responsáveis pela supervisão dos clubes e pela verificação da documentação.

“No ano passado, a gente viu clubes sendo excluídos da listagem de clubes formadores por não cumprirem os requisitos. As federações locais fazem essa monitoria, essa supervisão, chegam ao clube e vão pedindo a documentação dos jogadores. Então é uma coisa bem complexa”, contou.

Entre as exigências, estão aspectos relacionados não apenas ao treinamento esportivo, mas também à formação integral de crianças e adolescentes. O clube precisa garantir condições para que o atleta concilie a prática esportiva com a educação e tenha acesso a diferentes serviços de assistência.

“A Lei Geral do Esporte exige das categorias de base programas de treinamento, complementação da educação e participação em competições. O adolescente tem que estar estudando e precisa ter assistência em educação, psicologia, medicina, fisioterapia e odontologia”.

Velinho também chama atenção para aspectos relacionados à rotina e às condições de vida dos atletas. Alimentação, transporte e convivência familiar integram esse conjunto de responsabilidades.

“Tem ainda a alimentação: o atleta que não está alojado precisa receber pelo menos uma alimentação depois do treino. Tem transporte e também a convivência familiar. De tempos em tempos, o atleta precisa estar com a família. Então não é só colocar o menino para jogar futebol; existe toda uma estrutura por trás da formação”, finalizou.

No dia 9 de setembro deste ano, a CBF atualizou a relação dos clubes formadores, num total de 81 clubes das federações de Alagoas, Bahia, Santa Catarina, Ceará, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, São Paulo e Pernambuco. Como se vê, são apenas quatro estados do Nordeste, e a Federação de São Paulo tem o maior número de clubes formadores: 32.



Jogadores do CSP durante jogo do Campeonato Paraibano da categoria Sub-17, no campo do Unipê

Foto: Reprodução/Instagram @esportiba

A lmanaque

Em 1926, sob a liderança de Sabino Gomes, cangaceiros avançaram sobre a cidade, mas encontraram moradores dispostos a resistir



Cajazeiras, 100 anos depois do cerco

Liberadas pelo homem de confiança de Lampião, investida desmontou o mito de invencibilidade dos cangaceiros

Priscila Perez
priscilaperezcomunicacao@gmail.com

Cem anos passaram-se desde que Cajazeiras, no Alto Sertão paraibano, foi sitiada por um grupo de cangaceiros, comandado por Sabino Gomes, homem de confiança de Lampião. Naquele 28 de setembro de 1926, o que poderia ter sido uma tomada rápida da cidade transformou-se em um longo confronto, com os moradores resistindo ao cerco. Até hoje, a invasão permanece como um dos episódios mais marcantes de lá e, ao mesmo tempo, como uma história que muita gente só ouviu falar. Entre memórias transmitidas ao longo das gerações e obras como *Carcará*, de Ivan Bichara, o centenário abre espaço para reconstruir o que aconteceu e entender como Cajazeiras ressignificou esse capítulo tão marcante.

Para refazer esse caminho um século depois, é preciso separar o fato documentado das versões que surgiram com o tempo. Uma das primeiras peças desse quebra-cabeça envolve entender quem era a figura de Sabino Gomes. Afinal, por que ele tinha tanta autonomia? Como explica o historiador e pesquisador desse universo, Wesley Rodrigues Dutra, àquela altura, Lampião já não precisava estar presente em cada investida. Parte dessa força vinha, justamente, da existência de pequenos subgrupos, comandados por lideranças capazes de agir por conta própria — os chamados “lugares-tenentes”. “Sabino Gomes era um desses líderes do bando de Lampião, um dos homens de confiança dele”, explica. Na prática, essa estratégia ampliava, e muito, o alcance do grupo. Com diferentes chefes movimentando-se pelo Sertão, Virgulino projetava no imaginário popular uma imagem de onipresença.

A primeira vista, a investida de Sabino contra Cajazeiras pode parecer “aleatória”, mas alguns detalhes ajudam a entender por que a cidade entrou em seu caminho. O primeiro deles é que o cangaceiro já a conhecia. Segundo Wesley Rodrigues, ele já havia vivido ali, no início dos anos 1920, e mantido ligação com o comerciante Marcolino Diniz. “O futuro cangaceiro teria trabalhado nas obras de construção do açude de Boqueirão, mas não teria se adaptado ao trabalho. Assim, Marcolino teria feito de Sabino o seu guarda-costas”, conta.

Cajazeiras, por sua vez, também tinha seus atrativos. Com comércio pujante, estrada de ferro, jornais em circulação e quase 14 mil habitantes, não passaria despercebida no Sertão daquele tempo. Para o historiador e empresário José Antônio de Albuquerque, membro da Academia Cajazeirense de Artes e Letras (Acal), sua relevância poderia, sim, ter despertado o interesse do grupo. “Uma invasão dessa poderia render bons frutos ao bando”, observa.

Ainda assim, a pergunta permanece: Por que atacá-la? Segundo Wesley, é nesse ponto que a história ganha suas versões. As hipóteses vão de uma vingança pessoal à tentativa de Sabino fortalecer o próprio nome no cangaço, passando pela possível participação de Marcolino, então endividado, que o teria instigado a invadir Cajazeiras.

Perigo à espreita

Sabino não encontrou uma cidade desavisada. Semanas antes do ataque, a possibilidade de os cangaceiros pisarem lá já circulava entre as autoridades locais. Notícias vindas do Ceará e a movimentação do grupo na divisa entre Paraíba, Ceará e Pernambuco deram corpo à ameaça. “A cidade não foi pega de surpresa. Ela já estava armada e, de certa forma, preparada. Após o ataque a Sousa, em julho de 1924, Cajazeiras tinha ficado em alerta, pois aquela invasão havia sido bastante traumática”, resume Wesley Rodrigues.

No dia 27, o que até então parecia algo “por vir” tornou-se iminente. A defesa foi, então, organizada, reunindo autoridades e moradores dispostos a enfrentar os bandoleiros. José Antônio, da Acal, cita alguns dos nomes que estiveram à frente dela, entre eles o delegado Elias Fernandes e o padre Gervásio Coelho. “Participaram vários homens da comunidade, incluindo figuras expressivas da sociedade, como o jornalista Praxedes Pitanga e o major Epifânio Sobreira, além do ex-cangaceiro Raimundo Anastácio”, exemplifica. O historiador cajazeirense lembra ainda que, àquela altura, circulava um boato sobre a promessa que Lampião teria feito ao padre Cícero Romão de que jamais invadiria Cajazeiras. “Isso pelo respeito que tinha ao padre Inácio de Sousa Rolim, por ter sido seu aluno”, conta. No fim das contas, Virgulino, de fato, não pisou na cidade. Quem chegou foi Sabino.

Já era dia quando o grupo caiu na estrada, em 28 de setembro, decidido a tomar Cajazeiras. De acordo com os especialistas, de 26 a 30 cangaceiros partiram do Ceará em direção à cidade paraibana, deixando pelo caminho rastros de violência. Já próximos do destino, os homens de Sabino deixaram os cavalos no Sítio Remédios e, dali em diante, seguiram a pé até alcançarem a cidade, por volta das 16h. Domingos Monteiro foi morto logo no início da marcha. Mais adiante, na antiga Rua da Matança, atual Doutor Coelho, Cícero Ferreira Lima — o Pé de Cágado — teve o mesmo destino.

O plano consistia em abocanhar o coração da cidade, onde estava boa parte do comércio. Para alcançá-lo, entretanto, o bando precisava romper a defesa montada pelos moradores até chegar à Praça Coração de Jesus que, segundo Wesley Rodrigues, fazia parte dessa estratégia. A intenção era conquistar, a partir dela, o Mercado Público e o centro comercial, usando, inclusive, a pequena igreja da praça como proteção durante o avanço. Só que o cenário era bem diferente do que Sabino havia imaginado. “Ele não esperava que houvesse tanta resistência por parte da população”, conta o historiador.

Reação nas ruas

Foi aí que a lógica do confronto começou a mudar. Surpreendido, Sabino teve de reagir à resistência que encontrava pelo caminho — uma virada que também chamou a atenção de Janduy Acendino, diretor do curta-metragem *Cajazeiras sitiada*, ao mergulhar nessa história. Para ele, um dos pontos mais fortes está, justamente, na capacidade dos moradores de se organizarem

para enfrentar os cangaceiros. “Aliás, Sabino havia enviado cangaceiras para pedir ajuda a Raimundo Anastácio para invadir a cidade, mas ele não queria mais conversa com o cangaço. Acabou traindo Sabino e contando aos moradores sobre a invasão”, detalha Acendino.

Não à toa, a reação dos cajazeirenses foi decisiva para conter os invasores. Diante dela, Sabino foi obrigado a redesenhar o percurso em meio ao confronto. Em vez de insistir no mesmo caminho, o grupo seguiu pela Rua da Tamarina, atual Coronel Guimarães, tentando chegar à Rua do Comércio por outro lado. Durante esse desvio, até quem estava fora do combate acabou atingido. Mais adiante, seria a residência do major Epifânio Sobreira o novo ponto de resistência. “Sobreira e seu vaqueiro, José Inácio, resistiram. Ao longo dos disparos, o major foi atingido em uma das pernas, mas manteve-se firme e conseguiu expulsar os cangaceiros”, detalha Wesley Rodrigues.

É nesse ponto que uma solução improvável levou ao desfecho desse capítulo. De acordo com os historiadores, José Sinfrônio de Assis, responsável pela usina de energia, mexeu no motor de forma que o equipamento passasse a produzir estampidos. E o barulho funcionou. Sem saber de onde vinham as explosões, os homens de Sabino decidiram recuar. “Os cangaceiros, amedrontados, acreditaram que se tratava de reforço policial”, observa Wesley. Por volta das 22h, eles finalmente deixaram Cajazeiras, embora o medo ainda demorasse a passar. A invasão teria durado cerca de seis horas — ainda que, como José Antônio de Albuquerque bem lembra, seja difícil cravar por quanto

tempo o embate persistiu. Os dois historiadores apontam cinco vítimas diretamente relacionadas ao episódio: Raimundo Cassimiro, Francisco Cassimiro, Domingos Monteiro, Cícero Ferreira Lima e Eliezer Alexandre.

Um revés como esse, apesar de incômodo, não teve grande impacto nos planos de Lampião. Mesmo assim, como destacam os estudiosos, foi importante por desmontar o mito de que esses homens eram invencíveis. “O episódio demonstra que o cangaço, apesar da imagem de força, também estava sujeito a derrotas quando encontrava comunidades dispostas a resistir”, argumenta Wesley Rodrigues. Já do lado da memória, fica a pergunta: Quanto dessa história realmente chegou aos paraibanos? Para o estudioso de Lampião, menos do que poderia. “Ela ainda não tem grande repercussão nem é amplamente conhecida”, afirma.

Daí a importância de *Carcará*, de Ivan Bichara, que misturou personagens reais e fictícios na construção do romance. Décadas depois, esse mesmo livro serviria de inspiração para o curta *Cajazeiras sitiada*. Como o episódio reunia acontecimentos demais para a duração de um curta-metragem, Janduy Acendino precisou condensar a história e encontrou no próprio Ivan Bichara uma maneira de costurá-la. Mas a memória, ao que parece, não desapareceu por completo. Depois das exibições da produção audiovisual, o realizador encontrou jovens e adultos que já sabiam da invasão por cangaceiros. O que faltava era conhecer melhor esse capítulo que, nas palavras dele, “mostra uma cidade que esteve diretamente envolvida nos grandes acontecimentos sociopolíticos do Nordeste”

Amanhã, centenário ganha debate

As diferentes camadas dessa história estarão no centro do seminário que marca os 100 anos da invasão a Cajazeiras. O encontro acontecerá amanhã, às 19h, na sede da secretaria, localizada na Rua Epifânio Sobreira, em Cajazeiras.

Promovido pela Acal, em parceria com a Secretaria de Cultura do município, a mesa-redonda terá mediação da escritora e historiadora Nadja Claudino, presidente da entidade, e reunirá nomes como José Rigonald Pereira de Oliveira, Wesley Rodrigues Dutra e Fabiana Agra para discutir ficção, memória, resistência, além da própria trajetória de Sabino Gomes.

Para Nadja Claudino, colocar essas perspectivas lado a lado ajuda a olhar

com mais cuidado para as lacunas e versões que cercam esse passado. “O mito e a realidade são muito próximos no cangaço, pois muitas dessas histórias carecem de documentação”, observa. Ela lembra ainda que, diferentemente de Mossoró, Cajazeiras não incorporou com a mesma intensidade a resistência aos cangaceiros à própria memória.

Na programação, também estão previstos o lançamento do livro *Sabino Gomes: o Carcará de Lampião*, de Fabiana Agra, e a exibição do curta *Cajazeiras sitiada*. Segundo Nadja, iniciativas como essa são importantes para recuperar um episódio que ficou “um tanto quanto esquecido” na cidade.



Foto: Arquivo pessoal

O mito e a realidade são muito próximos no cangaço, pois muitas dessas histórias carecem de documentação

Nadja Claudino

Apolônio Alves dos Santos

Paraibano produzia poesia dos acontecimentos

Marcos Carvalho
marcoscarvalhojor@gmail.com

Poeta-repórter, Apolônio dos Santos fez da própria trajetória matéria-prima para seus versos. O migrante observador transformou as experiências vividas e os acontecimentos políticos e sociais de seu tempo em uma produção onde se identificam marcas da memória de sua terra natal e do olhar atento às principais questões do país, legando uma considerável contribuição à literatura de cordel, da qual foi militante imortal.

Apolônio Alves dos Santos nasceu em Serraria, no Brejo paraibano, em 20 de setembro de 1926, mas foi criado na cidade de Guarabira (PB), onde, ainda jovem, ajudava seus pais, Francisco Alves dos Santos e Antônio Maria da Conceição, no campo. Apesar de só ter cursado até a segunda série do ensino primário, aprendeu a ler e a escrever. Interessava-se, sobretudo, pelos folhetos de cordel que seu pai levava para casa a fim de que o filho lesse para sua mãe e irmãs. Aos 18 anos, já escrevia estrofes e rascava seus primeiros poemas. Em 1948, já tinha escrito seu primeiro romance, *Maria Cam de Pau* e o *Príncipe Gregoriano*, vendido a José Alves Pontes, por não ter condições para publicar.

As poucas condições de vida oferecidas na cidade o impulsionaram a, como muitos outros jovens, vislumbrar no Sudeste uma oportunidade de emprego. Migrou, em 1950, para o Rio de Janeiro, onde trabalhou na construção civil e como porteiro de edifícios. “Apesar do sacrifício / aqui no Rio de Janeiro / tem o salário familiar / e mais o décimo terceiro / o pobre vive empregado / e livre do fazendeiro // Pois aqui o operário / tem direito a garantia / tem seguro e instituto / de aposentadoria / ficando incapacitado / o instituto auxilia”, escreveu o poeta no folheto *Os*

nordestinos no Rio e o Nordeste abandonado. Essa realidade da migração aparece ainda em folhetos como *Um matuto do Sertão chegando ao Rio de Janeiro* e *Briga de Zé do Norte com o Morro da Mangueira*.

O trabalho fatigante dos canteiros de obra o impedia de se dedicar à carreira de poeta como gostaria. As dificuldades enfrentadas incluíam a hostilidade dos habitantes locais, moradias precárias nos subúrbios e má qualidade de alimentação oferecida. O trabalho com a venda de folhetos no Rio de Janeiro também não oferecia muitos atrativos, já que os cordelistas não eram considerados arte-sãos como os demais. “Só na Feira de São Cristóvão, nós tínhamos um pedacinho de aconchego. Éramos perseguidos pelos fiscais da Prefeitura do Rio de Janeiro”, contou ele, em entrevista à pesquisadora Mariane dos Santos.

A construção da nova capital federal, no planalto central do país, atraiu trabalhadores de diferentes estados, e Apolônio também rumou para lá. Em Brasília, conciliava o trabalho de pedreiro com a venda de folhetos, impulsionando seu aperfeiçoamento na produção de versos. Como testemunha ocular desse processo, escreveu, o folheto *A construção de Brasília e sua inauguração*.

O pouco que conseguiu economizar permitiu-lhe retornar ao Rio de Janeiro, fixando-se no bairro do Benfica, passando a se dedicar exclusivamente à carreira de poeta cordelista. É nesse período que conhece Enedina Silva Martins, com quem

viria a se casar em 1968. Segundo a pesquisadora Mariane dos Santos, que investigou a fundo a vida e a obra do poeta paraibano, a obra de Apolônio evidencia um encontro entre o campo e cidade, e os deslocamentos territoriais que fez se tornaram uma oportunidade de ressignificação que inspiram sua escrita.

“Apolônio dos Santos desenvolveu sua carreira poética no Rio de Janeiro, mas não limitou as abordagens de produção ao espaço geográfico em que se encontrava. Seus folhetos deixam evidentes três importantes aspectos. O primeiro é que ele não esqueceu em nenhum momento o seu local de origem; prova disso é que, na maioria de seus cordéis, existe alguma referência à Região Nordeste. O segundo é que ele não se restringia aos acontecimentos da capital. O terceiro é sua visão de mundo, exposta nos temas e abordagens tratados nos folhetos, que vão de problemáticas brasileiras a internacionais”, escreveu a historiadora em sua dissertação.

A produção de Apolônio está profundamente marcada pelos contextos geográficos e históricos nos quais viveu. O poeta narra turbulências econômicas, mudanças políticas e mobilizações sociais pelas quais passaram o país, razão pela qual foi chamado de “poeta-repórter” por José Soares e Azulão, dois grandes mestres da literatura de cordel no Brasil.

Alguns desses folhetos são: *A morte do ex-presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira*, *O divórcio no Brasil*, *Uma carta que veio do céu para o presidente Figueiredo falando à favor do pobre*, *Eleições Diretas Já para um novo presidente*, *A despedida de João e a posse de Tancredo*, *A nova Constituição e a voz do presidente*, *A sonhegação da carne difama o Plano Cruzado*, *A violência e a Reforma Agrária*, *A votação fica confirmada pelo acróstico “AALVES”*, formado pelas iniciais da última estrofe. Esse recurso era comum entre cordelistas

e funcionava como mecanismo de identificação e autenticação da obra.

O próprio Apolônio dos Santos estabeleceu, no catálogo *O cordel no Grande Rio* (1985), uma organização para sua obra que permite vislumbrar o amplo repertório de estilos e temas: ABCs, acontecimentos, animais, cangaço, contos, descrição, pelegas e discussões, política, religião, romance e sociedade. A função dos folhetos — informar ou entreter — exigia maior ou menor urgência para composição narrativa, sobretudo porque o poeta publicava suas obras com a Tipografia Pontes, do também cordelista José Alves Pontes, localizada em Guarabira. Apesar da demo-ra e despesas relativas ao envio do material pelos correios, o custo final era bem menor do que editá-los no Rio.

Meticuloso, o poeta-repórter fazia questão de acompanhar todo o processo de produção, enviando ao xilógrafo o texto para inspirar a imagem para a capa, revisando a ortografia e a métrica da composição. Nesse processo, tinha sempre à mão um dicionário. A poesia, para ele, não era apenas um *hobby*, era profissão, por isso colocava todo seu empenho para produzir e distribuir um material de qualidade e ser reconhecido pelo público.

Essa consolidação profissional deu-se com a Folhetaria Santos, banca instalada na Feira de São Cristóvão, no Rio de Janeiro. Marcelo Soares recorda que, antes da folhetaria, a barraca já demonstrava o zelo e extremo cuidado com o espaço, na forma de colocar os cordões, os pregadores, tudo muito bem arrumadinho. “Ele era extremamente cuidadoso, sabe! Quando alguém chegava e tirava um cordelzinho pra dar uma olhada, ele fazia questão de pedir de volta. Com todo carinho, dizia: “Pode deixar que eu ponho no lugarzinho onde ele estava”, contou o companheiro de versos.

Angélica Lúcio

angelicallucio@gmail.com

O sofrimento mental dos jornalistas não pode ser tratado como uma questão individual

Sofrimento mental não pode ser dissociado de questões sociais e do contexto em que a pessoa está inserida. É o que podemos depreender de uma pesquisa inédita realizada pela Fundacentro, em parceria com a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). Infelizmente, depressão, ansiedade, estresse ou assédio moral são problemas cada vez mais comuns entre a categoria.

A divulgação da pesquisa ocorre em um contexto especialmente relevante, marcado pelas recentes mudanças na Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1), que orienta as ações de segurança e saúde no trabalho e amplia a atenção aos riscos psicossociais presentes nos ambientes profissionais.

O estudo *Condições de trabalho e saúde mental de jornalistas no Brasil* sugere que o adoecimento não é resultado de fragilidades pessoais, mas de condições de trabalho que afetam coletivamente a categoria. Do total de entrevistados, 50,2% relataram sofrer com depressão; estresse (47,8%), insônia (47,9%) e ansiedade (35,8%) também foram mencionados. Nesse último caso, uma parcela significativa dos profissionais apresenta níveis severos ou extremamente severos de ansiedade.

O sofrimento psíquico dos jornalistas não pode ser tratado como uma questão individual, pois é consequência de um modelo produtivo marcado por sobrecarga, pressão e precarização. Baixos salários e desvalorização da profissão, especialmente após a derrubada da obrigatoriedade

Do total de entrevistados no estudo, 50,2% relataram sofrer com depressão; estresse (47,8%), insônia (47,9%) e ansiedade (35,8%) também foram mencionados

do diploma para o exercício da atividade, contribuem para o quadro preocupante da saúde mental dos jornalistas.

Além do adoecimento mental, a pesquisa revelou presença significativa de violência no ambiente de trabalho, com registros de

assédio moral e *cyberbullying*. Sobre assédio moral, lembro que muitos chefes foram forçados em redações onde esse tipo de violência era recorrente e acabam reproduzindo comportamentos abusivos que foram naturalizados ao longo do tempo.



Conforme o estudo, os dados reunidos evidenciam um cenário preocupante, com “um ambiente de trabalho caracterizado por altas demandas, baixo controle sobre as atividades e insuficiente apoio social — fatores amplamente reconhecidos como determinantes de adoecimento psíquico”. Tais elementos, demonstra a pesquisa, “não apenas afetam a saúde dos profissionais, mas também impactam diretamente a qualidade da informação produzida e, consequentemente, o próprio direito da sociedade à informação”.

Aqui, vale trazer alguns questionamentos: até que ponto as empresas de comunicação são responsáveis por esse cenário? É possível produzir jornalismo de qualidade sob pressão permanente? De que maneira o desgaste profissional compromete a qualidade da informação oferecida ao público? Por que banalizamos a cultura da produtividade excessiva, normalizando práticas condenáveis e, muitas vezes, revitimizando aqueles que enfrentam o adoecimento mental?

Sim, o sofrimento psíquico não se restringe aos jornalistas. Inclusive, já perdi familiares e amigos para a depressão... Mas optei, embaçada pela iniciativa da Fenaj e da Fundacentro, por trazer aqui o recorte que representa a minha profissão. Se você é profissional da comunicação (ou de qualquer outra área), cobre da sua empresa ações de segurança e saúde no trabalho.

Tocando em Frente



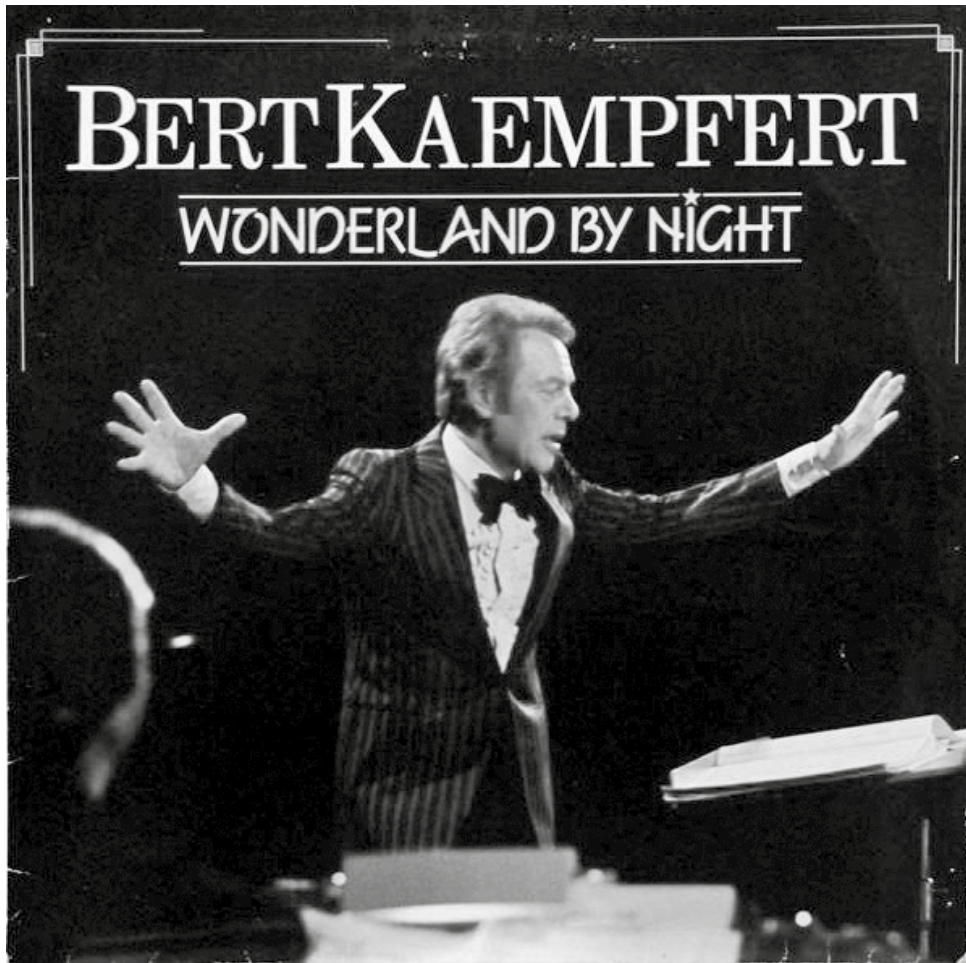
Professor Francelino Soares
francelino-soares@bol.com.br

The Beatles — Forever (VI): as mudanças continuam

Acontecida a saída de Stu da banda, Paul McCartney começou a demonstrar a vontade de ele próprio assumir a função de baterista.

Nesse interim, um promotor de eventos local convenceu a banda (no caso, John Lennon) de que o trabalho com o empresário Bruno Koschmider, no Club Kaiserkeller, deveria encerrar suas apresentações ali, propondo fazê-las em um espaço mais adequado, no caso o Top Ten Club. Aconteceu então o pior: Bruno Koschmider, usando de uma espécie de desforra, descobriu que George Harrison ainda era menor de idade — tinha 17 anos — e era, por conseguinte, proibido de apresentar-se em um clube alemão depois da meia-noite. Com isso, conseguiu juridicamente a expulsão dele e demais componentes da banda de Hamburgo, obviamente da Alemanha. Nessa situação, quando Paul buscou recolher os pertences da banda, Koschmider conseguiu não só mandar prendê-lo, bem como judicializar a deportação do grupo.

No regresso a Liverpool, algumas mudanças no cenário musical local haviam acontecido, sobretudo na construção rítmica que fugia um pouco dos padrões ingleses, sendo que, na localidade de Merseyside, próxima de Liverpool, tais mudanças se faziam notar mais fortemente. Assinala-se que havia ali um periódico semanal dedicado à música, o *Mersey Beat*, que recebia pequenos textos escritos por Lennon. Com a ajuda do jornal, os adeptos da banda passaram a frequentar mais assiduamente as suas apresentações, sobretudo a partir da exibição de cartazes que anunciavam “diretamente de Hamburgo” e



Capa do álbum de Bert Kaempfert, lançado pela Polydor, em Hamburgo, Alemanha (1963)

de que participavam grupos de meninas que enfeitavam a coreografia. O fato, então, deu origem à primeira banda de rock naquela região de Merseyside.

Foi quando, por necessidade de acomodação, surgiu o local que se tornaria a “casa dos Beatles”, o Cavern Club, que se tornaria o

mais famoso da Inglaterra em função da onda que iria se tornar mais famosa no mundo, a beatlemania. Assim, apesar de pequeno, o clube arrastava multidões ávidas de conhecer o novo grupo de rock inglês. Algum tempo antes, ainda na fase dos Quarrymen, a banda já havia passado pelo Cavern.

Por razões diversas, Stu não conseguiu regressar à Escola de Artes de Liverpool, o que fez com que ele manifestasse crescente descontentamento com a banda, levando-o a regressar a Hamburgo para ficar junto de sua, agora noiva, Astrid.

Por essa época, Tony Sheridan, que liderava outra banda, chegou a se apresentar com Lennon, McCartney e Harrison.

Figura marcante, nesses passos iniciais da banda, foi o maestro e líder orquestral alemão Bert Kaempfert, que contratou o grupo para fazer o suporte vocálico da canção “*Wonderland by night*”, rebatizando o grupo de Lennon como “Beat Brothers”. Satisfazendo o maestro alemão, o grupo ainda participou da gravação de oito canções com ele, em diferentes coletâneas da gravadora Polydor Records.

Muitas particularidades e ingredientes contribuíram para o crescente sucesso da banda, como talento e energia, mas havia a necessidade de um gestor musical e pessoal para o grupo. Quase que numa sacada de sorte, surgem as figuras marcantes de Brian Epstein (Liverpool, 1934-Londres, 1967) e do produtor musical George Martin (Highbury, Londres, 1926-Wiltshire-Reino Unido, 2016).

O convite protocolar para Ringo assumir, em definitivo, a função de baterista, foi feito por Brian Epstein, e a estreia oficial aconteceu em 18 de agosto de 1962, em uma esporádica apresentação no salão de eventos de Hulme Hall, em Port Sunlight (Birkenhead, Inglaterra). Ringo Star, advindo da banda Rory Storm & The Hurricane, é então incorporado em definitivo à banda.

TECNOLOGIA

Segurança em IA depende de cooperação EUA-China

Segundo analistas, as potências estão cada vez mais desconfiadas uma da outra

Agência Estado

Com o aumento das preocupações sobre riscos da inteligência artificial (IA), a possibilidade de uma estratégia global de segurança depende, em grande parte, de cooperação entre os Estados Unidos e a China — duas potências que, segundo analistas, estão cada vez mais desconfiadas da abordagem uma da outra.

O tema deve entrar na pauta do encontro previsto para acontecer em Washington, entre o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e o líder chinês, Xi Jinping.

Executivos e especialistas norte-americanos afirmam que evitar cenários extremos envolvendo IA fora de controle exige algum grau de coordenação com Pequim, mas a dinâmica é dificultada pela corrida por vantagem decisiva na tecnologia.

Trump tem rechaçado apelos por regulação mais forte, argumentando que regras poderiam beneficiar a China. Ele reiterou que o país que liderar em inteligência artificial “vence” e disse nas redes sociais que os Estados Unidos estão à frente.

A tendência é que qualquer acordo no encontro seja limitado, embora possa abrir caminho para conversas mais amplas.

Para Samm Sacks, pesquisadora da Johns Hopkins Sais, um consenso formal pode ser “quase impossível”, mas bastaria que os dois líderes criassem espaço político ao re-

conhecer que a inteligência artificial traz riscos para ambos.

Caminhos distintos

Empresas norte-americanas buscam a “fronteira” da IA com grande capacidade de computação, *chips* de ponta e uma infraestrutura de *data centers* em rápida expansão. A China aposta na difusão internacional de modelos de código aberto, mais baratos.

Mesmo com restrições lideradas pelos Estados Unidos ao acesso chinês aos *chips* mais avançados, modelos chineses ganharam tração e vêm sendo usados por empresas norte-americanas. O secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Scott Bessent, disse que os americanos precisam desenvolver mais modelos de código aberto para contrapor a estratégia chinesa.

Washington acusa a China de esforços “agressivos e maliciosos” para extrair capacidades de sistemas norte-americanos de IA. Pequim responde dizendo que os Estados Unidos buscam sufocar empresas chinesas para construir um “monopólio” do setor.

O assessor de IA de Trump, David Sacks, afirmou que a China já teria rejeitado desacelerar o avanço de IA avançada e disse que, diferentemente do controle nuclear na Guerra Fria, seria impossível verificar compromissos chineses. Ainda assim, vozes com trânsito em Pequim defendem diálogo: o ex-embaixador Cui Tiankai disse que IA é uma área em que é preciso ampliar conversas bilaterais.

Poder

Pequim afirma que os Estados Unidos buscam sufocar empresas chinesas para construir um “monopólio” do setor

Entre líderes de IA nos EUA, o discurso combina contenção e cooperação. Anthropic e OpenAI restringem acesso na China e sustentam que proteger a liderança americana é questão de segurança nacional, mas também defendem coordenação para reduzir riscos.

O CEO da Anthropic, Dario Amodei, pediu desaceleração por segurança e defendeu manter restrições de *chips* à China, mas afirmou que o “ritmo global” exigirá coopera-

ção com Pequim. A China reagiu dizendo que “alarmismo” e competição “viciosa” atrapalham a governança global.

Os dois países também demonstram preocupação com novas capacidades da tecnologia. O chefe do serviço de inteligência chinês alertou sobre ameaças à segurança política, ideológica e cibernética, citando modelos avançados de empresas americanas. Segundo analistas, vulnerabilidades recentes em aplicativos chineses também alimentaram o debate interno.

Paralelamente, EUA e China vêm montando alianças: a China lançou em julho a World Artificial Intelligence Cooperation Organization, com 29 membros fundadores, e Xi pediu que o Brics acelere um marco global e crie uma comunidade *open source*. Observadores veem o movimento como contraponto à iniciativa norte-americana Pax Silica, voltada a cadeias de suprimento e cooperação com países como Japão, Reino Unido e Austrália.

Charada

Resposta da semana anterior: giro (2) = rodo + canto do pinto (1) = prio. Solução: circulo (3) = rodopio.

Charada de hoje: O gorila primata (2), é claro, não conhecia a escrita (3) usada no trabalho escolar (5).



Francelino Soares: francelino-soares@bol.com.br



Eita!!!!

Obras de autores nordestinos contemporâneos para conhecer

A literatura nordestina contemporânea não cabe em uma única chave temática. Ao lado de narrativas que revisitam a seca e o Sertão, também florescem romances urbanos sobre ascensão social, contos que usam o Carnaval como metáfora e fábulas políticas que dialogam com o realismo mágico. A seguir, alguns trabalhos de autores independentes que representam esse leque de vozes e estilos.

Não volte sem ele, de Rafael Caneca

O romance de estreia do cearense revisita um dos episódios mais violentos e menos conhecidos da história brasileira: os campos de concentração criados no Ceará durante a seca de 1932, usados pelo governo para impedir que retirantes chegassem à capital. A trama acompanha Tomás, jovem que parte em busca do irmão desaparecido e descobre, no caminho, verdades devastadoras sobre a violência de estado contra a população pobre do Sertão. O livro nasceu de um conto escrito para uma coletânea do Coletivo Delirantes, grupo de escritores de Fortaleza do qual Rafael Caneca faz parte. O autor venceu o primeiro lugar no Prêmio de Literatura BNB Clube 2017, com o conto *Tapera*.

A duração entre um fósforo e outro, de Zulmira Correia

Essa foi a obra vencedora da categoria Poesia do Tato Literário — 1º Prêmio com.tato de Literatura Independente, promovido pela com.tato. No livro, a autora utiliza-se de uma linguagem em que se cruza a prosa poética e o verso livre, levando-nos, de forma experimental, a acompanhar os processos mentais narrativos de uma mulher que se encontra em um momento de transição: desocupar a sua casa da infância para vendê-la em dois dias, mas esse tempo acaba se dissociando na medida em que o texto se amplia.

Mátria, de Laís Romero

Como o próprio título sugere, trata-se de uma busca pelo lugar de expressão da mulher. Não qualquer mulher, uma mulher que tem um corpo, uma origem, um país, uma pátria, nordestina e singular. A partir do seu desejo, da ancestralidade que remonta a Lilith, aquela que renunciou a um suposto paraíso, Laís Romero (foto acima) mergulha na materialidade de ser mulher para encontrar enfim seu *pathos*, sua capacidade de comover e afetar a nós, leitores, com sua poesia. Na obra, a autora convida a atravessar a pele-papel que a separa do mundo, mas que também serve de superfície para explorar sua poesia, sua língua, sua escrita e seu bordado. O silêncio, o cansaço e a sensação de fracasso servem de subtexto e impulsionam o seu desejo; o desejo, já realizado, de ser artista, de ter o próprio corpo como matéria-prima de sua arte, um corpo que flutua, que dança, que resiste, que faz poesia.

9 diferenças

Antonio Sá (Tônio)

Tiras

O Conde

Antonio Sá (Tônio): ocondesa@hotmail.com



Jafoi & Jaera

Jorge Rezende (argumento) e Tônio (arte)



Solução

1 – papel de parede; 2 – cauda do cachorro; 3 – mesa; 4 – chapéu; 5 – cadeira; 6 – pápio; 7 – pssasso; 8 – orelha do cachorro; 9 – bola.

Como democratizar a arte da palavra?

Um grande desafio para autores nordestinos é se livrar dos modos dominantes de compreender a região

Marcos Carvalho
marcoscarvalhojor@gmail.com

A literatura costuma ser definida como a arte da palavra. Nem tudo que se escreve, porém, recebe esse selo. Por se tratar de manifestações artísticas, a palavra precisa ser bem trabalhada, visando à fruição do leitor, proporcionando prazer estético pelos versos e narrativas. Mas quem tem realizado esse trabalho e quem decide aquilo que é ou não literário? No Brasil, de modo específico, a resposta precisa considerar o contexto de uma sociedade na qual, até bem pouco tempo, poucos tinham acesso à leitura.

Tal como uma grande e imponente biblioteca de arquitetura clássica, que, com suas escadarias de mármore e portas pesadas de carvalho, constrói uma atmosfera de silêncio e reverência, a literatura impõe, de modo invisível, um universo repleto de códigos e parâmetros. A imagem sugere que, para adentrar nesses espaços, é preciso algum tipo de credencial, uma certa familiaridade com o repertório constituído até então.

Mas o novo sempre vem: das periferias têm surgido movimentos como *slam*, que, ao lado do *rap*, batem nas pesadas portas; nas redes sociais digitais, grupos e influenciadores estão rompendo barreiras entre autores e leitores, estimulando processos criativos e novas formas de trabalhar a palavra. Estaríamos, então, diante de uma nova redefinição da literatura ou os grupos marginalizados estariam apenas procurando dominar tais códigos para entrar no clube?

Na opinião do professor Luciano Justino, do Programa de Pós-Graduação em Literatura e Interculturalidade da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), as artes, incluindo a literatura, continuam sendo elitistas, caras e associadas a capitais escolares, apesar de reconhecer a existência de manifestações artísticas, como a música brasileira, que considera um importante mediador entre as literaturas e as artes populares.

“A arte, em princípio, não é inata. Como gênero da escrita, a literatura precisa de formação e nós vivemos num país em que a educação ainda é precária, por isso as artes continuam sendo elitistas. A partir do momento que a cultura escolar vai se disseminando, vai também, por extensão, democratizando a própria literatura. Essa ruptura só acontece quando grupos sociais passam a ter acesso à universidade e podem modificar tudo isso a partir de fenômenos da literatura contemporânea que partem de outros pontos de vista e lugares de fala que, de outra maneira, não estariam colocados”, afirma.

Na visão do docente, o surgimento de literaturas específicas, como negra, indígena ou de autoria feminina, não corresponde apenas a um nicho, pois modifica a própria literatura como um todo. Ele argumenta que não é possível ler os clássicos sem ter em mente aquilo que tem sido produzido por essas literaturas menores, conceito desenvolvido pelos filósofos franceses Gilles Deleuze e Félix Guattari para se referir às minorias que produzem literatura.

O pesquisador explica que os autores propõem três rupturas que caracterizam as literaturas menores: a desterritorialização da língua, marcada pela crítica e subversão aos hábitos de linguagem convencionais, tensionando as normas vigentes; a prevalência da dimensão política, que aprofunda questões vividas pelos grupos marginalizados visando transformar as estruturas de poder; e da dimensão coletiva sobre a individual, ainda que carregada da própria subjetividade do autor.

“A literatura brasileira é, por natureza, uma literatura me-

nor em face das grandes literaturas das línguas coloniais, mas, no contexto nacional, ela se torna dominante dentro de uma ordem discursiva e frente a outras literaturas menores. Um grande desafio para o escritor nordestino e paraibano, em particular, é conseguir desterritorializar esse Nordeste, quer dizer, se livrar dos modos dominantes de compreendê-lo”, pontua o coordenador do Observatório de Crítica Literária e Literaturas Menores, grupo de pesquisa vinculado à Faculdade de Linguística, Letras e Artes da UEPB.

Ao lado de outros pesquisadores e estudantes de instituições como o Instituto Federal da Paraíba (IFPB), o Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), o Instituto Federal do Ceará (IFCE), a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Justino desenvolve investigações como a que procura identificar a ausência da representação das cidades na literatura nordestina, ainda que a região tenha grandes metrópoles nacionais como Salvador (BA), Fortaleza (CE) e Recife (PE). Nesse sentido, o docente reforça que, além de representar aquilo que nem a própria sociedade é capaz de enxergar, a literatura também possui a capacidade de inventar mundos.

No contexto paraibano, o estudioso percebe uma pujança muito grande na literatura paraibana, mas alerta que persiste o desafio de aprofundar a “angústia da influência”, tese polêmica criada pelo crítico norte-americano Harold Bloom que

defende que todo grande escritor precisa brigar com aqueles que ele ama e que estão no seu passado para, só então, produzir uma obra nova. No caso paraibano, ele sugere a ruptura com um enquadramento temporal, de ser e até da técnica literária adotada até então, que tem sido ‘naturalizada’. “Para abrir espaço para outras vozes, primeiro é preciso desterritorializar o Nordeste não só do ponto de vista espacial, como também do ponto de vista existencial, das relações de classe, de gênero, da etnia, das técnicas”, aposta.

Os clubes de leituras protagonizados por mulheres, assim como os coletivos de escritoras paraibanas e os grupos que promovem competições de poesias através de batalhas de *slam*, podem ser considerados algumas dessas vozes. Mas até que ponto essa literatura marginal, que se propõe a afrontar os modelos vigentes, depende desses espaços para ser referendada? Que desafios persistem às mulheres, pessoas negras ou indígenas, escritoras e escritores que residem fora dos grandes centros urbanos? Como as redes sociais digitais estimulam, hoje, novas vivências literárias?

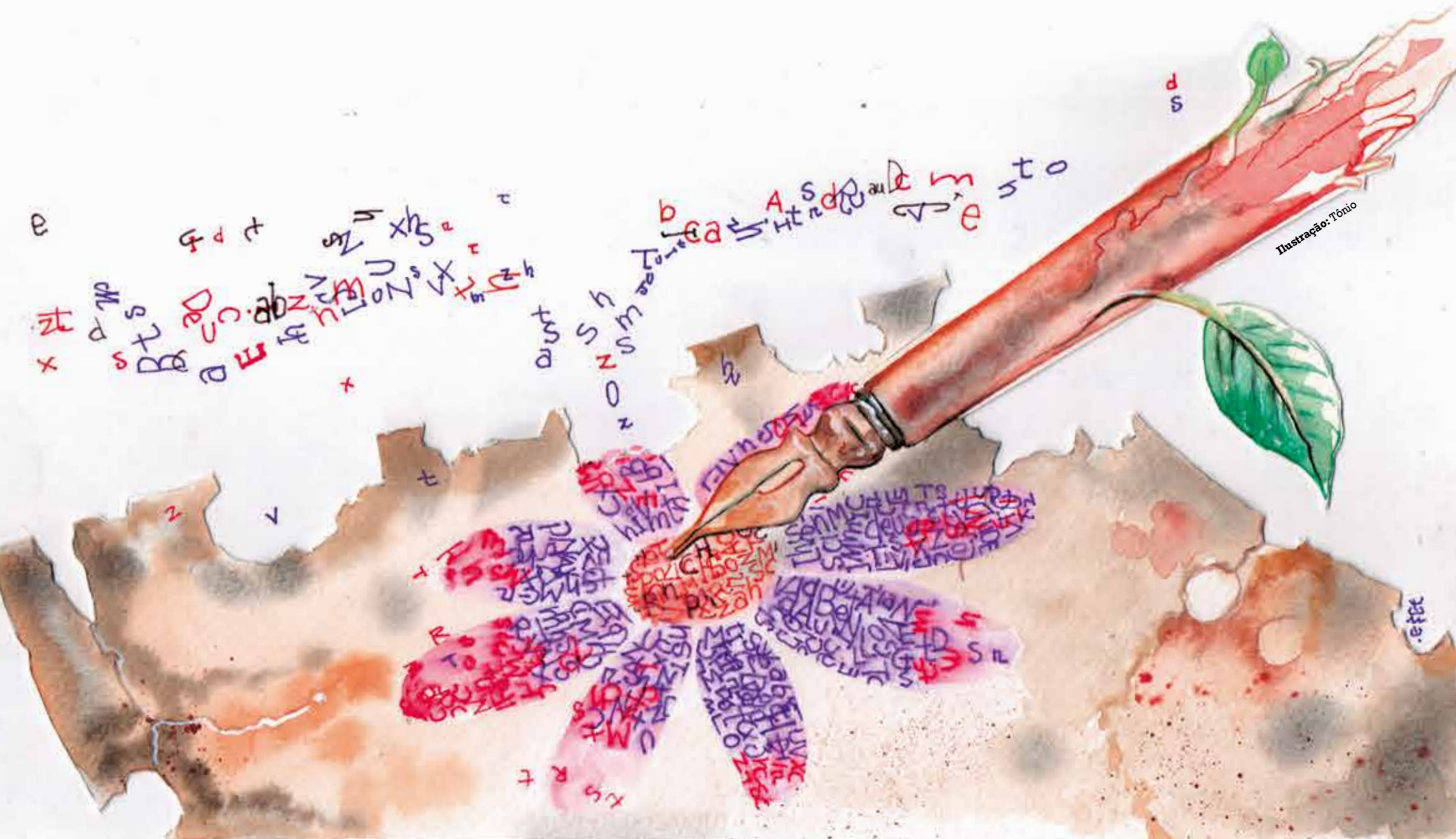
O convite deste *Pensar* é para nos voltarmos para essa grande biblioteca — a literatura — e para as tensões que emergem da relação com aqueles que estão à sua margem. Muitos são os que batem à porta, reivindicando o direito de nela entrar, ao passo que outros pleiteiam apenas sua abertura, por onde novos ventos possam entrar e arejar seus espaços.



Foto: Arquivo pessoal

“Como gênero da escrita, a literatura precisa de formação e nós vivemos num país em que a educação ainda é precária, por isso as artes continuam sendo elitistas

Luciano Justino



Marcos Carvalho
marcoscarvalhojr@gmail.com

Não basta reivindicar acesso ao imponente prédio que guarda, para além de livros, uma memória daquilo que historicamente foi legitimado. Uma vez dentro dele, é preciso se perguntar sobre sua arquitetura, quem o projetou, como suas estantes foram organizadas e o que constitui seu acervo. Mais ainda: quem controla suas chaves e até que ponto essa estrutura pode ser alterada. Esses e outros questionamentos vêm se intensificando graças às mulheres na literatura, deslocando, inclusive, a discussão em torno da representação narrativa para repensar a própria estrutura do campo literário e o direito de as mulheres escreverem, publicarem, circularem e serem reconhecidas como autoras.

Para abrir novas portas de entrada e inaugurar novas estantes nessa grande biblioteca, na Paraíba, mulheres vêm se organizando em clubes de leitura, promovendo saraus e oficinas, fazendo uso de plataformas digitais e criando editoras independentes, de modo a incentivar a produção literária de autoria feminina e fazer circular seus trabalhos. O Mulherio das Letras, coletivo literário e feminista idealizado pela escritora Maria Valéria Rezende, vencedora do Prêmio Jabuti de 2015, com o livro *Quarenta dias*, representa bem esse processo de envolvimento e inclusão de mulheres na cadeia produtiva literária, mas ele não é o único. A afirmação é da pesquisadora e escritora Lígia Calado de Medeiros, professora titular da UFCG em Cajazeiras e pesquisadora de literatura com ênfase nos estudos de gênero, representação da mulher, autoria feminina e crítica feminista.

“A Paraíba sempre teve mulheres produzindo literatura; talvez só mais recentemente elas venham saindo da invisibilidade”, reforça Lígia. Ela lembra que esse processo se vincula a outras reivindicações das mulheres em diferentes áreas da sociedade, por isso opta por não o caracterizar, necessariamente, como um movimento. Argumenta, no entanto, que a representatividade, força criativa e qualidade estética da produção literária feminina apontam para uma reparação histórica daquelas que estiveram, por muito tempo, à margem do processo autoral.

A poeta, contista e editora paraibana Débora Gil Pantaleão vive essa trajetória a partir de dentro. Nascida em João Pessoa e criada até os 10 anos entre Ibiara e Conceição, no Sertão paraibano, ela começou a escrever ainda criança, mas o acesso aos livros era limitado. Como a mãe era professora de Português, conseguia ler alguns exemplares. Depois, já em João Pessoa, lia o que tinha na estante dos primos. Em ambos os casos, os autores eram, em sua maioria, homens. Somente quando entrou na universidade e podia contar com uma bolsa de estágio, começou a buscar autoras mulheres. Mas aí começou a olhar as estantes das livrarias e ver que também que, dentre as autoras mulheres, a maioria eram brancas.

O ensejo para que ela estivesse numa daquelas prateleiras só surgiu em 2015, apesar de escrever desde criança. Segundo Gil, nesse período, as oportunidades para publicar eram bem mais escassas do que hoje em dia, com o crescimento de editoras independentes, que incentiva. Na visão da autora, esse cenário tem estimulado novos escritores a lançar seus livros, ainda que com

um número menor de exemplares, e os editais de fomento, apesar de poucos e de geralmente não oferecerem cachês, também estimulam essa produção.

“A literatura paraibana sempre esteve viva. E as autoras e autores estão publicando seus livros que vão por caminhos, muitas vezes, de ruptura. Isso está muito presente na literatura de autoria feminina, ao trazer temas que ninguém queria falar antes, temas que eram invisibilizados e mais periféricos, seja de raça ou de classe”, ressaltava Débora, que identifica sua produção como feminista, antirracista e antiespecista.

Débora Gil alerta, porém, que esse posicionamento político não pode se reduzir a uma única mensagem e defende uma literatura capaz de permitir diferentes possibilidades de interpretação. Nesse sentido, ela faz questão de diferenciar autoria feminina, que diz respeito à mulher que escreve, de literatura feminista, que envolve uma posição de defesa dos direitos e da vida das mulheres. São dimensões distintas, mas que podem se encontrar.

Outro ponto importante que a escritora faz questão de ressaltar é que uma posição política não significa renunciar à complexidade estética literária, que também está em disputa. Débora Gil transita pelo conto, pelo romance e pela poesia e, apesar de ter mais livros publicados nessa última, gosta de sua prosa e reconhece o lugar de prestígio desse gênero na literatura. “Existe essa hierarquia de quem é romancista, como uma coisa mais chique, até perante as pessoas que escrevem contos. E, quando a gente é um escritor muito plural, que escreve vários gêneros, a gente nota também os livros que são mais desejados”, admite.

Acesso ao mercado

A mudança operada pela literatura feita por mulheres não se limita, portanto, à presença de personagens femininas. Trata-se de disputar o lugar de construção narrativa, da escolha dos temas e das formas expressivas. Para a pesquisadora Lígia Calado, a diferença fundamental da literatura produzida por mulheres está justamente no ponto de vista. “Mulheres se fazendo saber por elas próprias, sobre o que pensam e defendem, sem precisar que ninguém se arvora em mediar a sua representação”, resume. A autoria significa, portanto, autonomia para produzir sua própria narrativa.

Essa questão esbarra, porém, num grande desafio: o acesso ao mercado editorial, ainda não suficientemente democratizado. Não se trata somente de conquistar um lugar na estante, mas de participar das decisões sobre quem terá a possibilidade de chegar até ela. É nesse sentido que as redes de apoio entre mulheres e a criação de editoras independentes constituem algumas das estratégias encontradas pelas escritoras.

Débora Gil cita núcleos de poetisas que se apoiam, como o Sarau Selváticas, projeto que fundou em 2017 e segue coordenado por Anna Apolinário e Aline Cardoso, e a Bрита Poética, encontro mensal do qual faz parte e reúne, na mesa de bar, poetisas e amantes da poesia para escrever. A escolha do espaço foi uma forma de provocação a repensar o lugar da poesia, muitas vezes identificada como excessi-

INCLUSÃO

Pela autoria feminina

Na Paraíba, para abrir novas portas, mulheres fazem ações literárias, investem nas plataformas digitais e criam editoras independentes



vamente solene e distante do ambiente cotidiano. Para a escritora, essas são formas encontradas pelos grupos historicamente minorizados para criar condições de sua produção acontecer.

Lígia Calado reforça a importância desses espaços para estimular o pensamento das mulheres em torno da ideia de que não basta somente escrever: é preciso, também, apropriar-se da cadeia produtiva editorial. “Seguimos, hoje ainda, disputando equidade de participação quando se pensa quantitativa e qualitativamente a publicação editorial no país. Homens publicarem mais no Brasil não significa a existência de escritoras em menor quantidade; na verdade, só denuncia o quanto o acesso ainda não está suficientemente democratizado”, argumenta a pesquisadora.

Essa apropriação do processo editorial aparece de maneira concreta na trajetória de Débora Gil com a criação da Escaleras. A ideia surgiu durante uma temporada em São Paulo, onde conheceu autoras que mantinham seus próprios selos. A possibilidade de não depender exclusivamente de estruturas já existentes para colocar um livro no mundo chamou atenção da escritora, que pensou, num primeiro momento, apenas na autopublicação. Com o tempo, percebeu que não faria sentido limitar a iniciativa à própria produção e passou a incluir outras autoras e pessoas LGBTQIA+.

A editora começou publicando um livro da própria criadora e outro de Maria Valéria Rezende. O investimento inicial veio do trabalho de Débora Gil como professora. A preocupação não era somente publicar, mas cuidar da materialidade do livro: desde a capa até o projeto gráfico e experiência de leitura. Apesar de ser uma das primeiras editoras independentes, ela afirma que ainda vende poucos livros e não mantém parcerias, revelando a complexidade desse processo. “A Escaleras continua existindo

porque eu entendi que é uma coisa que quero levar comigo. A primeira preocupação que tenho é entender se aquele livro já é um livro mesmo e se tem a ver com a proposta da editora. Eu tenho esse olhar amplo para as pluralidades e, quando aparece, por acaso, um preconceito, uma fala mais capacitista, eu dou opinião. Traço um pouco de minha leitura crítica quando eu estou editando algum livro”, explica a editora.

Ao ocupar simultaneamente os lugares de escritora, professora, editora e orientadora de processos de escrita, Débora Gil Pantaleão amplia sua atuação dentro da cadeia literária. A autora, que precisou abrir sua própria porta para publicar, hoje oferece este espaço para novos escritores. Permanece, no entanto, uma questão estrutural: como estimular essas produções a chegar ao leitor, considerando que o processo regular de uma publicação independente gira em torno de 100 exemplares.

Para Débora Gil, a resposta passa por maior investimento público, remuneração, aquisição de livros pelas escolas, formação de mediadores e organização dos próprios escritores. Ela defende uma articulação mais consistente dos envolvidos nessa cadeia produtiva para apresentar reivindicações ao poder público e participar das discussões sobre políticas literárias. Se novos ventos insistem em soprar por algumas das janelas abertas na literatura, ainda resta abrir outras portas e interferir em sua arquitetura. Não se trata apenas de conquistar uma cadeira entre os leitores ou uma estante entre os autores, é preciso disputar a posse das chaves que permite o acesso à arte da palavra.

Para a professora Lígia Calado, o estado sempre teve mulheres produzindo; “talvez só mais recentemente elas venham saindo da invisibilidade”



Escritora, poeta e editora independente, Débora Gil Pantaleão aponta que a literatura de autoria feminina traz temas que eram invisibilizados e mais periféricos

OUTROS GÊNEROS

Literatura fora dos eixos

Entre a escrita e a oralidade, a necessidade de dar voz aos grupos silenciados na sociedade, sem abandonar as raízes, garante a circulação da produção contemporânea

Marcos Carvalho
marcoscarvalhojor@gmail.com

Todas as noites de terça-feira, a praça Redonda, no Açude Velho, Centro de Campina Grande, recebe um grupo significativo, em sua maioria formado por jovens, para a Batalha das Quebradas. Microfones, vozes, corpos, versos, disputas e a euforia da plateia, em média uns 50 participantes, misturam-se a cada apresentação. A mobilização para a competição em torno da palavra começa nas redes sociais e, em sete anos, já soma mais de 150 edições, incluindo batalhas de rimas, disputa de *rap* improvisada marcada por ataques mútuos, batalhas de *slam*, campeonatos de declamação de poesias, assim como oficinas e outras ações sociais.

Um dos frequentadores assíduos desses torneios é o produtor cultural e MC RobSom (Robson Arruda). O jovem de 21 anos descobriu o gosto pelos versos em sala de aula, ainda na adolescência. Começou escrevendo apenas para si, até quando conheceu o movimento *hip-hop* e passou a apresentar suas composições em público. O Centro não é o único espaço campinense para competições de poesia. RobSom também participa, a cada 15 dias, da Batalha da ZL, que acontece no bairro José Pinheiro.

O MC (mestre de cerimônia, na tradução do inglês para o português) transita entre o *rap* e o *slam* e explica que, enquanto o primeiro privilegia o ritmo e a *performance*, o segundo centra-se mais na palavra e conta com avaliadores que julgam as poesias declamadas quanto à desenvoltura artística. Ambas compartilham, no entanto, o mesmo DNA: a rua, a periferia e a necessidade de dar voz aos grupos silenciados na sociedade. Para ele, é um momento em que as pessoas marginalizadas estabelecem conexão com a arte de forma gratuita a partir de seu próprio território.

“No Nordeste, a tradição de poetas de rua é muito antiga e esteve muito ligada à oralidade, sem necessariamente escrita. Então, eu acredito que tanto a Batalha das Quebradas como a Batalha das VL são uma forma de dar continuidade a isso, só que em outro formato. Tanto que a galeira chama o *slam* de ‘poesia marginal’, que não está nos grandes centros acadêmicos ou em destaque na grande mídia. É a poesia das pessoas que não encontraram nenhuma outra forma de se expressar, que se inspiram nas vivências e sofrimentos do cotidiano e buscam protestar diante das injustiças sociais”, ressalta RobSom, que considera tais práticas novas formas de literatura.

A representação convencionalmente atribuída do leitor diante de um livro ou do autor sentado escrevendo suas obras é posta em xeque. RobSom insiste no direito de criar, performar e compartilhar a palavra, como faziam os antigos cantadores nas feiras livres. No contexto de uma cultura participativa impulsionada pela interatividade proporcionada pela *internet*, o acontecimento literário incorpora o público e incentiva que também ele participe de sua construção. A periferia, por sua vez, deixa de ser apenas objeto de representação e passa a figurar como espaço de produção cultural e linguagem.

Para RobSom, o registro é uma preo-

cupação secundária, que acaba sendo feita pelos poetas ou MCs, que até já publicaram livros, ou ainda com as gravações em vídeos que são disponibilizadas nas plataformas digitais. O mais importante, segundo ele, é a ocupação de espaços públicos, a troca de ideias e diálogos. “No *slam*, quando você faz um verso de muito impacto, a galera reage, grita e bate palma. Você não está lá sozinho, consumindo passivamente aquilo para se entreter individualmente. É uma proposta coletiva, por isso eu acho que o principal é estar presencialmente na rua. A gente não pode tirar o pé do chão e esquecer das raízes, de que nossa poesia é chamada ‘marginal’ porque somos pessoas que não tiveram tanto acesso a livros ou a outros tipos de produção”, defende.

A reivindicação por espaços e formas de exercer o ofício da palavra é legítima, sobretudo quando se observa que foram os artesãos das palavras legitimados historicamente, e quais escritos foram chamados de “literatura”. O questionamento que surge, então, é se as formas tradicionais de produzir e definir o que é literatura ainda não dão conta dos muitos lugares, vozes e modos de circulação da produção contemporânea.

Para o escritor Bruno Ribeiro, mineiro radicado na Paraíba, a literatura começou como uma resposta a algumas das violências que sofria na escola, como *bullying* e racismo. Aos poucos começou a compreender que esse lugar de dor era também coletivo e permitia deixar de fixar somente para seu próprio umbigo para enxergar as dores do mundo. Hoje, quando pensa em escrever um livro, ele parte sempre de algo que o incomoda, mas contenta-se em tensionar questões, em vez de buscar respostas.

“A literatura é uma forma de imaginação radical sempre, quer seja através da ficção ou da não ficção. Ela permite reorganizar o mundo, mexer naquilo que parecia estabelecido, inventar outras possibilidades de existência. A literatura não precisa ser comportada, ela pode ser algo que desencana e, para mim, ela também serve para olhar para aqueles lugares que muitas pessoas não querem olhar, para os becos escuros, sejam eles internos ou exteriores”, argumenta.

O modo que Bruno encontrou para fazer isso foi recorrendo ao gênero de horror e às narrativas fantásticas, que ainda hoje enfrentam algum preconceito da crítica literária brasileira. O autor mistura violência, raça, família, poder, masculinidade, desejo, memória, corpo, grotesco e insólito para fazer literatura. E, ao contrário do que se possa sugerir, não se trata de uma fuga da realidade, mas de, por conta desses gêneros, mergulhar nela.

“A palavra ‘sobrevivência’ está muito presente nos meus personagens. Sobreviver a um mundo que tem um racismo estrutural terrível, que lida com machismo, com o colonialismo e com inúmeras violências históricas... sobreviver aos nossos próprios demônios... Eu utilizo o horror e a literatura fantástica como uma lupa para investigar as inúmeras violências que acometem nossa sociedade, tensionando, inclusive, o direito desses personagens serem contraditórios, desagradáveis, engraçados, violentos, amorosos e até

monstruosos”, defende o escritor.

Apesar de Bruno dizer que a literatura e a cidade de Campina Grande, onde mora, o escolheram, essa combinação expõe também outro tensionamento vivido: a dificuldade em fazer literatura fora do eixo Rio e São Paulo, considerado o maior do mercado no país por concentrar grandes editoras, imprensa especializada e boa parte dos eventos. Ele reconhece que as possibilidades atuais são maiores que até bem pouco tempo atrás, assim como ainda há muito por fazer. À frente da curadoria da terceira edição do Festival Literário Internacional da Paraíba (FliParaíba), que acontecerá de 26 a 28 de novembro deste ano, Bruno Ribeiro pretende reforçar a presença de autoras nordestinas e paraibanas.

O incentivo aos escritores nordestinos não deve ser entendido, segundo o curador, como estímulo à representação do Nordeste, até porque as experiências vividas nesse território são atravessadas por relações de convivência e conflito de classe, raça, sexualidade, paisagem, sotaques e tradições. De acordo com Ribeiro, é justamente quando a literatura se apresenta como multiplicidade que ela começa a desmontar a imagem homogênea da região, construída historicamente. “É importante pensar na Paraíba como algo plural, com várias literaturas, com várias formas de existir, de habitar e de ser escrita”, propõe.

As questões estruturais não estão fora do radar do escritor, que reivindica mais políticas públicas para acesso a livros em bibliotecas e livrarias, assim como a formação de leitores, incentivando o consumo e produção de literatura nas escolas. Para Bruno, ainda são poucos os escritores, por isso defende melhores condições para que as pessoas se reconheçam enquanto leitores e escritores, isto é, como alguém autorizado a escrever, qualquer que seja a forma ou conteúdo.

“Uma das coisas mais importantes é fazer com que mais pessoas possam olhar a literatura não como algo que pertence a uma elite distante, mas como uma linguagem que também lhes pertence, seja essa linguagem com - plexa ou não. A literatura precisa ser entendida, acima de tudo, como o direito à imaginação. Ela é arte e, como arte, tem uma pluralidade de caminhos a ser percorrida, não importa a forma como ela é feita”, insiste.

Entre o livro e o microfo-

ne, a editora e a batalha de rua, o escritor que escolhe viver fora do grande eixo e o jovem que transforma sua experiência na periferia em versos, a literatura revela-se mais como território de encontros do que um espaço demarcado. Como propõe o pesquisador Luciano Justino, ao retomar o conceito de multidão de Michel Hardt e Antônio Negri, a literatura não se encerra no autor, no texto ou na obra; constrói-se em relação com os muitos lugares, memórias, corpos, vozes e formas de circulação.

“Todo sujeito já contém em si uma multiplicidade de extratos existenciais. Historicamente, no entanto, o pensamento crítico literário valorizou as obras que têm como foco individualidades muito fortes, como *Dom Casmurro*, de Machado de Assis, ou *Ulisses*, de James Joyce. Entendo que é preciso a gente voltar a tomar literatura não do ponto de vista dos sujeitos, mas das relações. A multidão, nesse sentido, não pode ser entendida como um fim a que se chega, mas como uma premissa de onde se está, um ponto de partida”, defende Justino, coordenador do Observatório de Crítica Literária e Literaturas Menores, grupo de pesquisa vinculado à Faculdade de Linguística, Letras e Artes (Falla), da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).



Foto: Arquivo pessoal



Foto: Arquivo pessoal

Bruno Ribeiro (acima) utiliza o horror e a literatura fantástica como uma lupa para investigar as violências que acometem a sociedade; já MC RobSom (ao lado) considera as práticas orais como as batalhas de slam e afins como novas formas de um fazer literário

POSSIBILIDADES

Diversidade produzida no interior da PB

É necessário ter cuidado para que a identidade e o território geográfico não se transformem numa espécie de “cercado literário”

Marcos Carvalho
marcoscarvalhojor@gmail.com

A literatura carrega, em si, a ideia de reconhecimento, daquilo que é consagrado pela maioria. Os silêncios e as ausências de mulheres, pessoas negras e das periferias nesse campo ficam ainda mais evidentes quando lançamos um olhar sobre os contornos do território. Embora a *internet* tenha ampliado as possibilidades de produção, divulgação e circulação literária, os grandes centros urbanos ainda concentram editoras, livrarias, festivais e outros espaços de legitimação. Para quem vive longe desses espaços, as margens existenciais confundem-se com as geográficas.

A professora e escritora Daniela Pereira, de São José da Lagoa Tapada, no Sertão da Paraíba, experimenta bem essa realidade. Hoje ela reconhece que demorou bastante para se assumir como escritora. Ainda criança, juntava as amigas para contar histórias que ela mesma inventava. Depois começou a escrever, mas, até bem pouco tempo, não mostrava a ninguém. Sentia medo e até uma certa vergonha do que iriam pensar. “A escrita

era um lugar muito meu, quase secreto. Comecei a permitir que o outro lesse o que eu escrevia, a participar de projetos, publicar e entender que um texto não termina necessariamente quando colocamos o ponto final”, relata a escritora. A importância de espaços para encontrar outros escritores e compartilhar os textos mudou a experiência de Daniela, que já publicou três livros: o primeiro deles, *Perfil*, em parceria, e o mais recente, *Depois do verbo*, vencedor do 3º Concurso de Poesia Arribaça, promovido pela editora de mesmo nome, sediada no município paraibano de Cajazeiras.

Nesse entremeio, Daniela publicou *No fechar dos olhos*, uma coleção de contos de horror. O gênero fantástico sempre a fascinou pela fissura que promove na realidade. Longe dos estereótipos da casa abandonada e do sobrenatural, ela trabalha o assustador e inexplicável presente nas contradições da condição humana, marcadas pelo desejo, medo e silêncio daquilo que se experimenta, mas não se consegue nomear. O estranho que procurava fora, hoje percebe que está dentro, atravessado pelas marcas do território.

“Sou sertaneja e escrevo a partir desse lugar, mas não acredito que precise colocar mandacaru, seca ou qualquer outro símbolo reconhecível em cada página para provar isso. O Sertão não

precisa necessariamente ser o assunto daquilo que escrevo. Ele já é o lugar de onde eu olho”, afirma a escritora, que recorre a memórias e oralidades próprias de seu entorno, sem se restringir a elas.

Para a autora, a identificação de escritores “sertanejos”, “caririzeiros” ou “brejeiros” amplia a compreensão da diversidade da literatura produzida na Paraíba, pois localiza sua palavra não só geográfica, como cultural e afetivamente. Em contrapartida, reconhece que é preciso ter cuidado para que essa identidade não se transforme em uma espécie de “cercado literário”. Nesse sentido, ela mesma se coloca como contraponto: uma sertaneja escrevendo terror, fantástico, conflitos psicológicos, amor, corpo, linguagem e poesia. “Gosto da identidade regional quando ela diz: ‘Olhe também para o que está sendo produzido aqui’. Não quando diz: ‘Você só pode escrever sobre isto’”.

O território geográfico, no entanto, nem sempre favorece a produção literária. Ainda que a rede mundial de computadores tenha rompido muitas distâncias, são os grandes centros urbanos, no caso da Paraíba, João Pessoa e Campina Grande, que concentram as editoras e eventos, dificultando a publicação e o acesso dos leitores aos escritores do interior. Para Daniela Pereira, o maior desafio ainda é chegar ao leitor e ser lida. Nesse sentido, ela lembra que não basta à escritora independente e do interior apenas escrever: é preciso divulgar, apresentar, vender, procurar eventos, conversar com leitores e criar suas próprias oportunidades.

“Acho que precisamos aprender a olhar mais para perto. As ve-

zes, conhecemos detalhadamente escritores que estão do outro lado do mundo e não sabemos quem está produzindo literatura na cidade vizinha. Não se trata de substituir uma literatura pela outra, mas de ampliar o nosso olhar. Há muita gente escrevendo no interior. Talvez ainda faltem mais pontes para que essas escritas circulem”, defende Daniela Pereira.

Localizada em Cajazeiras, no Sertão Paraibano, a Editora Arribaça vem suprimindo um pouco essa lacuna, ainda que não se restrinja a publicar apenas autores do interior

“

Sou sertaneja e escrevo a partir desse lugar [...]. O Sertão não precisa necessariamente ser o assunto daquilo que escrevo. Ele já é o lugar de onde eu olho

Daniela Pereira

nem tampouco da Paraíba. A iniciativa surgiu com o retorno do poeta e jornalista Linaldo Guedes à sua terra natal, após anos de atuação na imprensa e no setor cultural de João Pessoa. As primeiras propostas de publicação foram de autores de sua rede de contatos. Hoje ele publica escritores que o procuram de diversas regiões do país.

“Estamos abertos a publicação de qualquer livro de qualidade, sem essa preocupação de somente autores do interior, mas a editora acaba incentivando esses escritores, abrindo espaço para eles. E eu tenho muito prazer em publicar novos autores”, confessa Linaldo Guedes, que reconhece a concentração do circuito editorial voltada para os grandes centros urbanos. A lista de publicações inclui autores de cidades das regiões do Sertão, Cariri e Brejo paraibanos, assim como de outros estados do país.

Para incentivar a descoberta de novos escritores, o editor criou o Concurso de Poesia Arribaça, que teve Daniela Pereira como vencedora da mais recente edição, realizada neste ano. O projeto recupera o modelo dos antigos concursos, nos quais os autores submetem seus originais com pseudônimos. Os ganhadores têm sua obra publicada, ampliando as possibilidades de entrada no mercado editorial. “Isso abre muitas portas. Eu vejo como, depois, os primeiros vencido-

Linaldo Guedes, editor da Arribaça, casa editorial que lança autores de diversas regiões do país

Foto: Arquivo A União

res já publicaram vários livros por outras editoras. Por aí vejo que o objetivo do concurso foi cumprido”, ressalta Linaldo Guedes.

Para além de publicar, é preciso fazer circular. Iniciativas como o Mulherio das Letras — Sertão, realizado em Cajazeiras, em 2022, e a Festa Literária de Boqueirão (Flibo), no Cariri paraibano, representam formas de descentralização do debate literário, tradicionalmente concentrado nos grandes centros urbanos. Fomentam, ainda, a aproximação entre autores dessas regiões, estimulando a formação de redes de produção e colaboração.

Não se pode deixar de mencionar as contribuições da *internet* para tornar as obras mais conhecidas e fazer chegar aos leitores. Para Linaldo Guedes, as redes quebraram muitas distâncias e têm promovido uma verdadeira revolução na literatura. “Apesar da queda do livro impresso, a *internet* estimula muito a circulação do que você escreve. Mil pessoas, por exemplo, podem ler seu poema nas redes, gostar ou não gostar, comprar ou não seu livro, mas sabe que aquele autor existe, que ele faz poema, conhece o estilo da poesia dele”.

As redes são também a forma que Daniela Pereira encontra para driblar os desafios de residir fora dos grandes eixos. “Se o livro não consegue pegar a estrada, a gente dá um jeito de fazer o texto viajar sozinho”, revela ela, que publica no *site* Recanto das Letras e por lá tem estabelecido uma relação de fidelidade com leitores, boa parte deles acima dos 60 anos de idade.

“Em um tempo de vídeos de poucos segundos, textos cada vez menores e uma disputa enorme pela atenção, tenho leitores 60+ que chegam, leem, comentam, voltam para o próximo texto e acompanham o que escrevo. Alguns já reconhecem minha escrita. É muito bonito perceber que existem pessoas esperando uma história, uma crônica ou qualquer coisa que eu resolva publicar”, confessa, relembrando do tempo que, ainda criança, no recreio da escola, juntava as amigas para contar histórias. A diferença, agora, é que seu público está espalhado por vários lugares.

Daniela Pereira dribla os desafios impostos pelo campo ocupando espaços possíveis. Se as plataformas digitais, os concursos ou projetos não vingam, ainda lhe resta a sala de aula. Como professora de Língua Portuguesa e Literatura, acredita e defende a formação de leitores e procura aproximar os alunos da escrita, incentivando-os a reconhecerem o valor daquilo que produzem. “Quando a distância aparece, tento fazer a palavra caminhar. E ela acaba chegando a lugares e pessoas que eu nunca imaginei”.

Segundo a professora e escritora independente Daniela Pereira, de São José da Lagoa Tapada, no Sertão paraibano, o maior desafio ainda é chegar ao leitor e ser lida

Foto: Arquivo pessoal

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Da espada às urnas: evolução e peso do cargo máximo

Foto: Carlos Rodrigo

Posto é o mais lembrado na escolha do voto pelos brasileiros, mas isso não significa que os eleitores saibam quais são as funções exercidas pelo governante

Vanessa Queiroga
vanessaqueiroga@gmail.com

Dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) apontam que, neste ano, 158,7 milhões de brasileiros estão aptos a votar em todo o país. O eleitorado vai às urnas para escolher, além de presidente da República, governador, senadores, deputado federal, deputado estadual e deputado distrital. Na Paraíba, são mais de 3,2 milhões de eleitores.

Uma pesquisa do Datafolha, divulgada em junho deste ano, revelou que 85% dos brasileiros entrevistados afirmaram lembrar em quem votaram para presidente da República, nas eleições de 2022. Mas o mesmo não aconteceu com os cargos legislativos, em que apenas 23% dos eleitores sabiam dizer em quem votaram para senador e deputados federal e estadual.

Por que o presidente ocupa o topo da hierarquia na memória eleitoral dos brasileiros? A explicação é simples: quanto maior a visibilidade do cargo, maior a lembrança do voto. Contudo, os eleitores lembrarem em quem votaram não significa que eles saibam quais as funções exercidas pelo presidente da República. Para o historiador Emílio Figueiredo, o interesse das classes dominantes determina a seguinte realidade: que o povo saiba pouco de política, para que não se manifeste.

Conforme o historiador, o desconhecimento da política entre os brasileiros é um retrato do que a nossa sociedade enfrenta hoje. “Muitas vezes, presidentes são resumidos a figuras, não ao que fizeram de fato. Existem ideologias por trás de cada presidente que, de certa forma, comandam o seu governo. Mas as pessoas acabam achando que a função do presidente é mandar. Se está tudo ruim, é culpa do presidente; se está tudo bom, é mérito do presidente”, explica.

Quem é o chefe

Autoridade máxima da política brasileira, o presidente da República acumula duas funções: chefe de Estado e chefe de governo. Isso porque o Brasil adota o sistema de governo presidencialista. “Ele é o nosso representante internacional e também o nosso chefe maior da administração pública interna”, define a advogada eleitoral Thiciane Carneiro.

No Brasil, o presidente da República é eleito pelo sistema majoritário, que considera

eleito o candidato que receber a maioria absoluta dos votos válidos — ou seja, que atingir votação maior que a metade dos votos mais um —, para mandatos de quatro anos. Assim, na contagem final, os votos brancos e nulos são descartados e o que vale para o resultado das eleições são apenas aqueles direcionados aos candidatos. Além disso, desde 1998, é possível a reeleição para o cargo de presidente da República para um único mandato consecutivo.

A Constituição Federal de 1988 determina que o direito aos cargos de presidente e de vice-presidente é privativo ao brasileiro nato e com idade mínima de 35 anos. Os candidatos também precisam ter pleno exercício dos direitos políticos, ou seja: não ter nenhum impedimento de votar ou ser votado; possuir alistamento eleitoral e domicílio eleitoral na circunscrição em que concorre; e ser filiado a um partido político.

Funções da presidência

O presidente da República é responsável pela administração pública federal; pela criação e execução de políticas públicas e programas de governo; pela proposição de leis; pela edição de Medidas Provisórias; pela promoção de serviços e obras de infraestrutura; pela implementação da política fiscal do país; e pelo encaminhamento das peças do orçamento público ao Congresso Nacional — Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA) e Plano Plurianual

(PPA). Depois de aprovadas, essas leis serão executadas pela Presidência, com transparência e submissão aos órgãos legislativos de controle.

Outra atribuição do presidente é a indicação de ministros para o Supremo Tribunal Federal (STF) e de magistrados para o Superior Tribunal de Justiça (STJ), que devem ter os seus nomes ratificados pelo Senado Federal, após uma sabatina. “Também cabe ao chefe de governo negociar acordos internacionais e articular as relações internacionais do país”, acrescenta o cientista político José Artigas.

Da República Velha até hoje

Os brasileiros votaram para escolher o primeiro presidente civil logo após a proclamação da República, em 1894. O vencedor foi Prudente de Moraes. Nessa época, as leis eleitorais não eram bem definidas. A lista de candidatos apresentou 205 nomes em disputa. Não era necessário filiar-se a partido político nem mesmo oficializar a candidatura. O eleitor podia escrever qualquer nome na cédula, até mesmo o dele, mesmo sem ser candidato.

O voto não era obrigatório e era restrito a homens maiores de 21 anos, alfabetizados, em pleno gozo dos seus direitos civis e políticos e que comprovassem o pagamento de uma taxa de alistamento eleitoral — fatores que excluía uma grande parte da população, principalmente os mais pobres e analfabetos.

Do fim do século 19 aos dias de hoje, o contexto eleitoral

mudou bastante. Vivemos, além da República Velha, a Era Vargas, a República Populista, a Ditadura Militar e, por fim, a Nova República, que segue até os dias atuais.

Descontando-se as juntas governativas (na época de Juscelino Kubitschek) e militar (durante a ditadura) que governaram o país por alguns dias, além de pessoas que exerceram o cargo por uma semana ou menos, o Brasil contabiliza 39 presidentes — dentre os quais, apenas uma mulher. Nesse grupo, encontra-se Epitácio Pessoa, único paraibano que chegou à Presidência do Brasil, de 1919 a 1922.

“Em nossa política, temos uma forte ligação com o militarismo”, diz Emílio Figueiredo. Ele lembra que a primeira fase da nossa república é também conhecida como “República da Espada”, pois quem deu o golpe republicano contra o imperador Dom Pedro II, em 1889, foi um militar, o marechal Deodoro da Fonseca, que governou até 1891 e foi seguido por outro marechal, Floriano Peixoto, que ocupou o cargo até 1894.

“Os dois primeiros presidentes eram militares. Depois, quando entramos na política do café com leite, os militares foram afastados, mas voltaram a exercer pressão por meio do movimento tenentista, que leva Getúlio Vargas ao poder. Os militares se perpetuaram não diretamente, mas indiretamente, até chegarmos à República Populista. Em seguida, chegaram ao poder, de fato, com a Ditadura Militar, de 1964 a 1985. Tivemos cin-

co presidentes militares”, detalha o historiador.

Presidência e Congresso

A obra *O espírito das leis*, de Montesquieu, discorre sobre a necessidade de se estabelecer autonomia e limites entre os poderes. Cada poder tem uma função específica prioritária e também funções dos outros poderes dentro da própria administração. A partir dessa teoria, surgiu o sistema de freios e contrapesos, que faz com que os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário se controlem mutuamente, de modo que cada um tenha mecanismos para supervisionar, influenciar e conter os excessos uns dos outros.

Segundo o cientista político José Artigas, apenas o Senado pode promover o *impeachment* de um presidente, caso se confirme o crime de responsabilidade. Antes disso, o pedido é protocolado na Câmara dos Deputados, que decide se aceita ou arquiva a denúncia. Somente depois de a Câmara aprovar a abertura do processo é que o Senado Federal entra em cena. “Câmara Federal e Senado são órgãos importantes não apenas pelo caráter legislativo, mas pela possibilidade de controlar possíveis abusos de poder por parte do governante”, diz Artigas.

Além dessa relação mútua de controle, os poderes Executivo e Legislativo também dialogam para a aprovação de matérias. Porém, segundo o cientista político, os interesses ideológicos e partidários influenciam essa colaboração, provocando um desequilíbrio e prejudicando a articulação conjunta e a harmonia entre o presidente e os parlamentares, o que cria problemas para a governabilidade do país.

Conforme Artigas, nem sempre o Congresso Nacional está disposto a acompanhar o governo na aprovação de legislações, o que cria rusgas e comprometimentos que, muitas vezes, demandam do governo uma contrapartida em relação aos partidos da base oposicionista — e mesmo aos partidos da base do governo —, e exigem, a cada votação importante, mais concessões na forma de cargos ou de recursos para as bases eleitorais. “Dessa forma, o presidente da República precisa se amparar numa base sólida no Congresso Nacional para poder executar todas as medidas propostas no seu programa de governo”, detalha o cientista social.



Da esquerda para a direita, em pé: Juscelino Kubitschek, Prudente de Moraes e Deodoro da Fonseca. Sentados, da esquerda para a direita: Epitácio Pessoa e Getúlio Vargas

Ilustração: Tônio

Engrenagens que movem o Congresso Nacional

Pesquisa do Datafolha revela que maioria do eleitorado brasileiro desconhece como funciona o sistema político do país

Felipe Lima
eldnerfelipe@gmail.com

A conquista da República Nova tem cheiro de pólvora e aço. Virada a página desse capítulo funesto da nossa história, o processo de redemocratização deixou posto, no papel, que “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”. Por isso, hoje, presidente, senadores e deputados são escolhidos pelo voto direto da população, não mais por eleições indiretas controladas pelas Forças Armadas.

Nas eleições de 2026, seis cargos estão em disputa: presidente da República, governador, dois senadores, deputado federal e deputado estadual. A escolha desses representantes, no entanto, é permeada por muitos equívocos e desinteresse da população.

Alheio

Há uma espécie de “esquecimento eleitoral” no Brasil, devido à falta de alfabetização política da população — indispensável para compreender o papel de cada político

Há uma espécie de “esquecimento eleitoral” no país, como revela uma pesquisa do Datafolha, divulgada em julho deste ano. A maioria dos brasileiros não lembra em quem votou para os cargos de deputados e senadores, em 2002. Além disso, 75% dos eleitores não sabem citar um senador em exercício e 68% não lembram o nome de nenhum deputado federal.

Para o historiador Emílio Figueiredo, a falta de conhecimento da população sobre o papel dos políticos tem a ver com uma falta de alfabetização política — que, segundo ele, é indispensável para o eleitor compreender o papel e a função exata de cada político. “Talvez, o cargo de senador seja, para a população em geral, um dos que mais causam dúvidas. O que é um senador? Qual é a sua função?”, questiona.

Figueiredo observa que a maioria das pessoas confunde as competências dos deputados ou ignora a função dos senadores, e atribui esse quadro a uma herança histórica e a vícios que permanecem no nosso sistema eleitoral. “Ainda guardamos características do início da República Velha, como o coronelismo, os currais eleitorais, a compra de votos e até mesmo as ameaças de morte”, avalia.

Três Poderes

A tripartição de poderes remonta ao Iluminismo, quando várias ideias e estratégias de estrutura política estavam sendo desenhadas pelos intelectuais da época. “Entre elas, a mais famosa de todas é a de Montesquieu, que é a ideia da divisão dos poderes”, diz Figueiredo. A configuração presente dessas instituições é resultado de uma contínua cons-

Início

A origem da representação parlamentar dos deputados está nas assembleias medievais, como as Cortes, em Portugal, e o Parlamento, na Inglaterra

trução teórica, evolução jurídico-filosófica e acordos constitucionais.

No Brasil, o artigo 2º da Constituição Federal estabelece que “são poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário”. A estrutura fica da seguinte forma: o Poder Executivo administra o Estado e aplica as leis (exercido pelo presidente e por governadores e prefeitos); o Poder Legislativo cria as leis e fiscaliza as ações do Executivo (deputados federais e estaduais, senadores e vereadores compõem esse poder); e o Poder Judiciário julga os conflitos e garante o cumprimento das leis e da Constituição (composto por juízes e tribunais).

O Congresso Nacional é dividido em duas casas: o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, cada um com as suas atribuições. O deputado federal — assim como o estadual, que atua

na Assembleia Legislativa de cada estado —, tem mandato de quatro anos. Já o mandato de um senador dura oito anos. Há diferença, também, em relação à idade mínima: para deputado, é de 21 anos de idade, enquanto para senador é de 35 — o que, teoricamente, pressupõe mais maturidade para o candidato ao Senado. Além disso, as características que os distinguem servem para garantir estabilidade em projetos de longo prazo.

O Senado Federal atua como a Câmara Alta e a principal Casa Revisora do Poder Legislativo no Brasil. Por isso, conforme o cientista político José Artigas, essa casa precisa ter membros com trajetória mais longa e mais experiência política, administrativa e legislativa. “Essas diferenças são importantes, também, para que os senadores acompanhem propostas de âmbitos internacional e federativo que, muitas vezes, não se limitam ao período de quatro anos”, observa.

Senado Federal

A figura do senador remonta ao período da Roma Antiga, pensada como um conselho consultivo de anciãos patrícios. “No nosso país, o senador representa a unidade federativa, ou seja, a unidade subnacional, o Estado”, ressalta Artigas. Ele acrescenta que a representação é equitativa, de três senadores por estado, para evitar que estados mais populosos preponderam sobre os menores.

Compete ao Senado legislar, fiscalizar, autorizar e aprovar autoridades. Além disso, os senadores têm a responsabilidade de aprovar a escolha de ministros do STF, que são indicados pelo presidente da República, de autorizar transações finan-



Deputados estaduais têm funções semelhantes às dos federais, mas em nível estadual

ceiras e de aprovar contas públicas, como operações de crédito para a União e limites para a dívida pública.

Duas candidaturas por estado estão em disputa para o Senado, neste ano. Isso porque a renovação da Casa acontece de maneira escalonada: após renovar um terço, que corresponde a 27 vagas, em 2022, a etapa deste ano exige a renovação de dois terços, que correspondem a 54 vagas.

Câmara Federal

A representação parlamentar dos deputados ganhou contornos nas assembleias medievais e nas transformações do parlamentarismo bretão, como as Cortes, em Portugal, e o Parlamento, na Inglaterra. Conforme Artigas, de maneira diversa dos senadores, hoje na Câmara dos Deputados, “há uma representação do povo, dos eleitores, e não apenas da unidade federativa. Cabe à Câmara Fe-

deral a representação do conjunto da sociedade”.

Ao deputado federal, compete a função de legislar, o que inclui propor, debater e a votar projetos de lei — inclusive, emendas ao texto constitucional. Os deputados também aprovam ou rejeitam medidas provisórias do presidente. Além disso, eles têm o papel de fiscalizar as ações do Poder Executivo e do presidente e de seus ministros, com apoio do Tribunal de Contas da União.

Os deputados federais também aprovam o Orçamento da União, que é um planejamento anual de receitas e despesas do governo — podendo haver a criação de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI), caso identifiquem alguma irregularidade — e são os únicos que podem autorizar o *impeachment* do presidente e do vice-presidente. O deputado estadual tem funções semelhantes, em nível de unidade federativa.

Mais deputados

Desde 1993, a distribuição de cadeiras na Câmara dos Deputados não era atualizada mesmo com o crescimento populacional de várias regiões. Em 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que a Câmara Federal deveria ajustar o número de deputados baseado no Censo 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O Congresso aprovou a criação de 18 novas vagas, mas o Governo Federal vetou, argumentando que a proposta “não observou os princípios da eficiência e da responsabilidade fiscal”.

Com o impasse, o presidente do Congresso acionou o STF pedindo a garantia da segurança jurídica e do princípio da anualidade eleitoral, que prevê que as regras das eleições sejam definidas com

um ano de antecedência. Em seguida, o plenário do Supremo decidiu que a Câmara dos Deputados manterá a composição de 513 parlamentares até 2030. Com esse entendimento da corte, a Paraíba, que estava na lista de cortes e perderia dois parlamentares, garante a manutenção dos seus 12 deputados federais para mais um mandato.

Como é a disputa

No modelo eleitoral majoritário, vence o candidato que conquistar mais votos no pleito. Essa é a modalidade mais fácil de ser compreendida. Há, ainda, duas subdivisões: a maioria simples e a maioria absoluta. Na maioria simples, ganha quem tem mais votos do que os outros candidatos, mesmo que não chegue a 50% do total. É assim que funciona para eleger um senador.

Na maioria absoluta, o vencedor precisa ter mais da metade dos votos válidos, ou seja, 50% mais um voto. Se isso não for alcançado no primeiro turno, os dois candidatos mais votados seguem para o segundo turno. É assim para os cargos de presidente, governadores e prefeitos de municípios com mais de 200 mil eleitores e eleitorais.

Já o sistema proporcional é usado para formar o Poder Legislativo, exceto o Senado. No Brasil, usa-se o quociente eleitoral, que é a divisão do número de votos válidos pelo total de cadeiras em disputa. Por exemplo, se 100 mil eleitores votaram e há 10 cadeiras, o quociente eleitoral é 10 mil, e cada partido que atingir esse número de votos recebe uma cadeira, essas cadeiras vão sendo ocupadas pelos mais votados de cada partido. Os eleitores podem escolher um candidato ou votar no partido diretamente.

Elaborar as leis do país, representar a população e fiscalizar os atos do Governo Federal são algumas das funções desempenhadas no Congresso Nacional — órgão máximo do Poder Legislativo no Brasil



GOVERNADORES DE ESTADO

Qual o real poder do governador?

Atribuições estão ligadas à administração de áreas que fazem parte do cotidiano da população, como saúde, segurança e educação

Lucas Batista
lucasbaptistapb@gmail.com

Quando uma viatura da Polícia Militar chega para atender a uma ocorrência ou quando uma escola estadual abre as portas para receber estudantes — ou, ainda, quando uma rodovia recebe investimentos ou um hospital da rede estadual amplia o atendimento —, existe uma estrutura pública comandada por uma autoridade escolhida diretamente nas urnas: o governador.

A cada quatro anos, brasileiros de cada unidade federativa elegem quem vai chefiar o seu estado. O cargo está entre os mais importantes em disputa nas Eleições 2026, mas o alcance da atuação de um governador nem sempre é compreendido pela população. Afinal, quais decisões realmente dependem dele? Até onde vai o poder de quem governa um estado? Entenda quais são os seus limites e a trajetória histórica de quem comanda o Poder Executivo estadual.

Quem é

O governador é o chefe do Executivo estadual e, portanto, ocupa a posição central na administração pública do estado. Entre as suas atribuições, estão a condução da máquina pública estadual, a execução de políticas públicas e a administração dos recursos previstos no orçamento.

A advogada eleitoral Thiciane Carneiro explica que as responsabilidades do governador estão diretamente relacionadas às competências atribuídas aos estados. “Ele é o líder da administração pública estadual. Então, é o líder do Executivo estadual. É ele quem vai determinar todas as decisões importantes sobre segurança, saúde, educação”, diz.

Na prática, essas decisões aparecem em diferentes

momentos da vida da população. Cabe ao Governo do Estado administrar estruturas como as polícias Civil, Militar e Penal e o Corpo de Bombeiros Militar. A rede estadual de ensino, os hospitais estaduais e as rodovias sob responsabilidade do estado também fazem parte dessa estrutura administrativa.

Isso não significa, no entanto, que todos os serviços públicos sejam responsabilidade do governador. A Constituição distribui competências entre União, estados e municípios e estabelece áreas de atuação compartilhada.

A divisão ajuda a estabelecer os limites de atuação de cada gestor. “O governador é o chefe da administração pública estadual; o presidente é o chefe da federal”, compara Thiciane Carneiro.

Presidente de província

A figura que atualmente ocupa o comando do Executivo estadual passou por transformações ao longo da história. Antes da República, durante o período imperial, as províncias eram administradas por presidentes de província. A nomenclatura e a organização política foram modificadas posteriormente, acompanhando as diferentes fases institucionais do país.

Com a Proclamação da República, em 1889, e a promulgação da primeira Constituição do Brasil, em 1891, o país adotou o sistema federativo, em que as antigas províncias viraram estados-membros da Federação. Para reforçar a ideia de soberania e autonomia dessas novas unidades federativas — que passaram a redigir as suas próprias constituições e eleger os seus próprios chefes —, o cargo máximo do Executivo estadual foi denominado “presidente de estado”.

Essa primeira fase republicana terminou com a vitória da Revolução de 1930, da qual Getúlio Vargas saiu vitorioso. Durante o seu governo, os presidentes estaduais deram lugar aos interventores federais, em substituição aos governantes ligados às estruturas políticas anteriores.

Com o fim do Governo Provisório e a promulgação da Constituição de 1934, o Brasil voltou à normalidade democrática — e o termo “governador” foi usado pela primeira vez. Mas esse período durou pouco. Em 1937, Vargas deu o golpe do Estado Novo, extinguiu as liberdades democráticas, destituiu os gover-

nadores e trouxe de volta a figura dos interventores federais.

A transição final e definitiva do termo aconteceu no processo de redemocratização pós-Vargas. Foi quando o uso de “governador” se padronizou, tanto para evitar confusão com o presidente da República quanto para refletir com mais precisão a subordinação administrativa ao pacto federativo nacional.

Famílias no poder

Na Paraíba, a história do cargo também se mistura à própria formação política do estado. Ao longo de diferentes períodos, grupos e famílias exerceram influência sobre a política estadual, em um processo que, segundo o historiador Emílio Figueiredo, ajuda a compreender a formação das forças políticas que disputaram o poder paraibano ao longo das décadas.

Para ele, conhecer essa trajetória também ajuda a compreender outro fenômeno: a concentração das expectativas da população na figura do chefe do Executivo. A ideia de que uma única autoridade seria capaz de resolver os principais problemas da sociedade atravessa diferentes momentos da história política.

“Muitas vezes, a população centraliza as suas esperanças em uma única pessoa. Ela não percebe, por exemplo, que, para uma lei ser aprovada, ela precisa passar por várias instâncias e por várias pessoas”, analisa Figueiredo.

Aliados

Embora seja a principal autoridade do Executivo estadual, o governador não age sozinho para colocar um programa de governo em prática. A relação com a Assembleia Legislativa é fundamental para a administração do estado.

É entre os deputados estaduais que são discutidos e votados os projetos de lei e as propostas orçamentárias. O Legislativo também exerce a função de fiscalização sobre o Executivo.

De acordo com o cientista político José Artigas, muitas políticas propostas pelo Governo Estadual dependem de legislação, regulamentação ou aprovação dos parlamentares. “O governador sempre precisa buscar maioria suficiente para aprovar os seus projetos na Assembleia Legislativa”, explica.

É nesse cenário que aparece a chamada “governabilidade”. Como os governadores nem sempre contam com maioria formada exclusivamente pelo próprio partido, alianças e coalizões com outras legendas tornam-se parte da relação entre Executivo e Legislativo. “Essa relação de diálogo, de proximidade e, muitas vezes, de coalizão multipartidária é necessária para garantir o livre curso da governabilidade”, acrescenta Artigas.

Os dois poderes, no entanto, não têm as mesmas funções. Executivo e Legislativo possuem atribuições próprias e mecanismos de controle entre si. A Assembleia Legislativa fiscaliza atos e contas do Governo do Estado — e vale-se, nesse processo, do auxílio técnico do Tribunal de Contas do Estado.

A própria elaboração do orçamento exemplifica essa divisão. O Executivo apresenta os projetos referentes ao planejamento e ao orçamento estadual, mas, antes da exe-

cução, eles passam pela apreciação da Assembleia Legislativa. A Constituição do Estado da Paraíba determina que os projetos relativos ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias e ao Orçamento Anual passem pelo Legislativo estadual.

Dinheiro público

O orçamento é uma das principais responsabilidades de um governador. É por meio dele que o estado define quanto pretende arrecadar e como os recursos serão destinados a diferentes políticas públicas.

Mas o governador não pode decidir livremente como utilizar todo o dinheiro disponível. Além da necessidade de aprovação legislativa do orçamento, há despesas obrigatórias e percentuais mínimos estabelecidos constitucionalmente para determinadas áreas.

Artigas destaca que o orçamento é uma das formas mais concretas de transformar propostas de governo em políticas públicas. “As ações do presidente da República e dos governadores têm uma relação prioritariamente executiva, ou seja, de formulação, execução, controle e avaliação das políticas públicas”, explica.

Também é por meio do orçamento que investimentos em escolas, hospitais, segurança, infraestrutura e outros serviços podem ser planejados e executados. Ao mesmo tempo, a aplicação dos recursos públicos é submetida a mecanismos de transparência, fiscalização e prestação de contas.

Assim, mesmo eleito diretamente pela população, o governador atua dentro de limites constitucionais, orçamentários e institucionais. A existência desses limites também contraria a percepção de que o chefe do Executivo concentra sozinho o poder político estadual.

Emílio Figueiredo avalia que a personificação do poder contribui para que responsabilidades de diferentes instituições sejam atribuídas a uma única figura. “Muitas vezes, entrega-se à função do Poder Executivo a função de ‘Salvador da Pátria’, que não pertence a ele”, afirma.

Como é escolhido

A eleição para governador segue o sistema majoritário. Para vencer no primeiro turno, o candidato precisa alcançar a maioria absoluta dos votos válidos, sem considerar votos brancos e nulos. Se ninguém atingir essa marca, os dois candidatos mais votados disputam o segundo turno. Nas Eleições 2026, o primeiro turno será realizado no dia 4 de outubro. Se necessário, o segundo turno ocorrerá no dia 25 do mesmo mês.

A Constituição estabelece ainda idade mínima de 30 anos para concorrer ao cargo, além das demais condições de elegibilidade, como nacionalidade brasileira, pleno exercício dos direitos políticos, alistamento eleitoral, domicílio eleitoral na circunscrição e filiação partidária. Governador e vice-governador são eleitos juntos, para um mandato de quatro anos.

Em 2026, quem for escolhido nas urnas para governar a Paraíba tomará posse no dia 6 de janeiro de 2027. A mudança na data de posse dos governadores, prevista pela Emenda Constitucional nº 111, passa a valer justamente a partir destas eleições.

Ao longo de diferentes períodos, grupos e famílias exerceram influência sobre a política paraibana

Nova sede do Governo da Paraíba, o Palácio dos Despachos está localizado no Centro Histórico de João Pessoa. Nesse espaço, o futuro governador paraibano responderá pela gestão do estado, a partir de janeiro de 2027



Foto: Carlos Rodrigo